

ARQUITETURA, PATRIMÓNIO E AUTENTICIDADE

Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico

Doutoramento em Arquitetura Conservação e Reabilitação

Joaquim Francisco Trigueiro Miranda

Orientador: Doutor Carlos Alberto da Assunção Alho

Presidente: Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos,
Professora Associada,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutor Manuel António Correia Teixeira,
Professor Catedrático Aposentado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Sérgio José Castanheira Infante,
Professor Catedrático,
Universidade Lusíada do Porto;

Doutor Carlos Alberto Assunção Alho,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

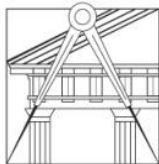
Doutor Jorge Manuel de Oliveira Rodrigues,
Professor Auxiliar,
Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Pedro Paulo da Silva Marques de Abreu,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Documento definitivo

Novembro, 2015



ARQUITETURA, PATRIMÓNIO E AUTENTICIDADE

Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico

Doutoramento em Arquitetura

Conservação e Reabilitação

Joaquim Francisco Trigueiro Miranda

Orientador: Doutor Carlos Alberto da Assunção Alho

Presidente: Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos,
Professora Associada,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutor Manuel António Correia Teixeira,
Professor Catedrático Aposentado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Sérgio José Castanheira Infante,
Professor Catedrático,
Universidade Lusíada do Porto;

Doutor Carlos Alberto Assunção Alho,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

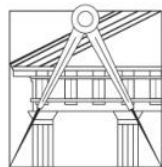
Doutor Jorge Manuel de Oliveira Rodrigues,
Professor Auxiliar,
Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Pedro Paulo da Silva Marques de Abreu,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Documento definitivo

Novembro, 2015



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MIRANDA, Joaquim Francisco Trigueiro

Mestre Arquiteto, Amadora, Portugal

joaquimiranda@gmail.com

Doutoramento em Arquitetura – Conservação e Reabilitação



2015

RESUMO

Título: ARQUITETURA, PATRIMÓNIO E AUTENTICIDADE

Subtítulo: AUTENTICIDADE NA REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Os monumentos de um povo são o reflexo da sua identidade como Nação, e como portadores de mensagens do passado são inspiração para as gerações futuras, são o testemunho vivo e atual do desenvolvimento histórico de um País.

Atendendo à Carta de Veneza (1964) “... A humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo coletivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e Autenticidade.”

O objetivo da investigação pretende ser um contributo para definir o conceito de Autenticidade na Conservação e Reabilitação do Património Histórico em Portugal, através de um conjunto de critérios.

Em primeiro lugar este trabalho transmite de forma abrangente o conceito de Autenticidade ao ambiente construído com base numa revisão de investigação pertinente e teorias sobre o modo como se conjuga Autenticidade e critérios de Conservação, e por outro lado define um conjunto de critérios de Autenticidade de modo a preservar as áreas históricas.

O conjunto de critérios para avaliar a Autenticidade na Conservação e Reabilitação de áreas históricas patrimoniais é baseado no espírito da UNESCO, Documento de Nara e critérios definidos nas “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial”, Cartas e Convenções pertinentes, incluindo as definições de critérios utilizados pelo National Park Service dos EUA, que avaliam a integridade e Autenticidade não só do imóvel histórico, como englobando ainda a sua inserção na paisagem, da qual faz parte integrante o Património em questão.

PALAVRAS CHAVE: Autenticidade; Conservação; Património; Monumentos e Sítios.

ABSTRACT

Theme: ARCHITECTURE, HERITAGE AND AUTHENTICITY

Sub-Theme: HERITAGE REHABILITATION AUTHENTICITY

The people monuments are a reflection of their identity as a Nation as well as messengers of ancient history, inspiring futures generations for evolution.

Heritage is the living and actual testimony of Country historic development.

Concerning Venice Chart (1964) "... People are becoming more and more conscious of the unity of human values and regard ancient monuments as a common heritage.

The common responsibility to safeguard them for future generations is recognized.

It is our duty to hand them on in the full richness of their Authenticity."

The aims of this research are to contribute to the concept of Authenticity for Conservation and Rehabilitation of Heritage in Portugal.

The focus of this work is the development of the concept of Authenticity in the building environment, based in the theories and research about Authenticity criteria at Conservation and Rehabilitation, which define a set of Authenticity criteria for preserving Heritage areas.

The set of Authenticity criteria is based in UNESCO at Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, Charts and Conventions about this thematic, including the National Park Service of USA Criteria witch validate not only Integrity and Authenticity of Heritage but also her insertion in the landscape.

KEY WORDS: Authenticity; Conservation; Heritage; Monuments and Sites

AGRADECIMENTOS

O Homem para enaltecer o seu conhecimento e saber, necessita sobretudo de ter espírito aberto e curioso, e a humildade de aprender, com a vida, e o saber dos que o rodeiam.

Como disse Heráclito (535-475 a.C.), filósofo, “É necessário a necessidade da realidade”. Para se ser verdadeiro e autêntico.

A sabedoria começa com a reflexão pessoal, introspectiva, alimentando-se do conhecimento teórico e da prática adquirida.

Entendo deste modo que a realização da Tese de Dissertação, apesar de ser um trabalho individual, acaba por ser a síntese dos mais variados contributos, na medida do enriquecimento científico pretendido para o trabalho proposto.

Por todas estas razões, expresso os sinceros agradecimentos ao meu Orientador, Prof. Doutor Arq. Carlos Alho.

Agradeço toda a sua disponibilidade, apoio e incentivo na prossecução desta “enorme mas grandiosa empreitada”, geradora de muita dedicação, pesquisa, revisão, sentido crítico, até à satisfação de uma conclusão, que acaba igualmente por indicar novos pontos de partida para outros estudos e outros conhecimentos.

Expresso pela presente agradecimentos à minha família, pelos sacrifícios que a realização deste empreendimento impôs.

Devo naturalmente assinalar o trabalho incansável da minha esposa Ana Teresa na execução escrita de toda a Dissertação em computador, e quantas vezes alterado..., todo o seu apoio e ânimo.

Quero também aqui expressar um especial agradecimento e apreço, ao meu filho Diogo André, por todo o seu interesse e dedicação, nomeadamente no tratamento das imagens da Dissertação em computador, e nos power points apresentados no âmbito da mesma.

CHAVE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
DO.CO.MO.MO.	Documentação e Conservação do Edificado e Sítios do Movimento Moderno
GECORPA	Grémio do Património
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
NPS	Serviço de Parques Nacionais
ONG	Organização Não Governamental
OUV	Valor Universal Excecional
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
SRU	Sociedade Reabilitação Urbana
TICCIH	Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial
UIA	União Internacional de Arquitetos
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
WH	Património Mundial
WHC	Centro do Património Mundial

ÍNDICE

Resumo.....	1
Abstract.....	2
Agradecimentos.....	3
Chave de Siglas e Abreviaturas.....	5
Índice.....	7
Índice de Figuras.....	11
Glossário.....	15
CAPÍTULO I – Introdução.....	23
1.1 Pertinência do Assunto.....	23
1.1.1 Contexto.....	23
1.1.2 Princípios Teóricos.....	25
1.1.3 Questão Fundamental.....	31
1.2 Objetivo.....	33
1.3 Metodologia.....	34
1.3.1 Análise Dedutiva.....	35
1.3.2 Estudos de Caso.....	37
1.3.3 Fontes de Informação.....	38
1.3.4 Critérios Propostos.....	38
1.4 Conclusão.....	40
1.4.1 Poema das Coisas.....	41
1.4.2 Desenho da Investigação.....	42
CAPÍTULO II – Enquadramento.....	47
2.1 Introdução.....	47
2.2 Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico.....	48
2.2.1 Os Teóricos e a Dimensão do Conceito.....	48
2.3 Conclusão.....	64
CAPÍTULO III – Estado da Arte.....	69
3.1 Introdução.....	69
3.2 Cartas e Declarações sobre Autenticidade.....	70
3.2.1 Carta de Nara (1994).....	70
3.2.2 Carta de Cracóvia (2000).....	76
3.2.3 Memorando de Viena (2005).....	77
3.2.4 Declaração de Xi’Na (2006).....	78
3.2.5 Carta de Interpretação e Apresentação do Património Cultural (2008)...	80
3.2.5.1 Definições.....	81
3.2.5.2 Objetivo.....	82
3.3 Conclusão.....	87

CAPÍTULO IV – Conceitos	89
4.1 Introdução.....	89
4.2 Os Investigadores e os Tratados.....	89
4.3 Conservação.....	92
4.4 Restauro.....	96
4.5 Integridade.....	99
4.6 Autenticidade.....	102
4.6.1 Etimologia.....	107
4.6.2 Dimensão Histórica.....	109
4.6.3 Dimensão Cultural e Social	110
4.6.4 Paisagem Cultural.....	110
4.6.5 Invenção das Tradições.....	111
4.6.6 Autenticidade Relativamente a Tratamento e Restauro.....	112
4.6.7 Restauro no Período Romântico.....	113
4.6.8 Autenticidade na Sociedade Contemporânea.....	114
4.6.9 Museus e Sítios Históricos Vivos.....	115
4.7 Conclusão.....	116
CAPÍTULO V – Contexto Caraterizador	121
5.1 Enquadramento Internacional.....	121
5.1.1 UNESCO – Caraterização do Património.....	122
5.1.1.1 Artigo 1º - Património Cultural.....	122
5.1.1.2 Artigo 2º - património Natural.....	123
5.1.2 Património Misto Cultural e Natural.....	123
5.1.3 Paisagens Culturais.....	124
5.1.4 Valor Universal Excecional.....	125
5.1.5 Workshop Internacional de Especialistas sobre a Integridade e Autenticidade do Património Mundial de paisagens Culturais-Aranjuez (2007).....	125
5.1.5.1 Introdução da Discussão.....	126
5.1.5.2 Recomendações.....	129
5.1.6 Introdução à Gestão e Conservação dos Centros Históricos e Paisagens Urbanas Históricas.....	129
5.1.6.1 Introdução.....	129
5.1.6.2 Instrumentos Internacionais Chave.....	131
5.1.6.3 Evolução do Conceito “Paisagem Urbana Histórica”.....	133
5.1.7 Critérios de Avaliação do Valor Universal Excecional.....	139
5.1.8 Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial.....	143
5.1.8.1 Critérios de Autenticidade.....	143
5.1.8.2 Autenticidade e/ou Integridade.....	144
5.1.8.2.1 Autenticidade.....	144
5.1.8.2.2 Integridade.....	146
5.2 Enquadramento Nacional.....	148

5.3 Conclusão.....	149
CAPÍTULO VI – National Park Service dos EUA.....	153
6.1 Introdução.....	153
6.2 Definição de Autenticidade.....	154
6.3 Conceitos Fundamentais dos Recursos Culturais, Guia de Gestão dos Recursos Culturais.....	156
6.3.1 Informação.....	156
6.3.2 Gestão de Recursos.....	157
6.3.2.1 Tipos de Recursos Culturais.....	158
6.3.2.2 Tipos de Recursos – NPS.....	158
6.4 A Natureza dos Recursos Culturais.....	160
6.4.1 Significado.....	160
6.4.2 Associações.....	160
6.4.3 Integridade.....	160
6.4.4 Legado Vivo.....	161
6.4.5 Exclusão do Património Histórico Cultural.....	161
6.5 Historial da Lei Federal da Preservação do Património Histórico.....	162
6.6 Critérios de Avaliação do Património Histórico dos EUA e Critérios de Registo Nacional.....	163
6.6.1 Critérios.....	163
6.6.2 Exclusões.....	166
6.7 Conclusão.....	167
6.7.1 Uma Questão de Autenticidade.....	167
CAPÍTULO VII – Património Cultural Português.....	169
7.1 Introdução.....	169
7.2 Conservação do Património.....	169
7.2.1 Evolução Histórica e Legislação.....	169
7.3 Critérios de Autenticidade e Conservação do Património Histórico Cultural de Portugal.....	173
7.3.1 Critérios e Atributos.....	175
7.3.1.1 Valor Cultural.....	176
7.3.1.2 Integridade.....	176
7.3.1.3 Conservação.....	177
7.3.1.4 Função / Uso.....	177
7.3.2 Conteúdo e Significado dos Atributos.....	178
7.3.2.1 Valor Cultural.....	178
7.3.2.1.1 Tradição.....	178
7.3.2.1.2 Imaterial.....	179
7.3.2.1.3 Espírito/Sentimento.....	180
7.3.2.1.4 Forma e Conceção.....	181
7.3.2.2 Integridade.....	181
7.3.2.2.1 Materiais.....	181

7.3.2.2.2 Técnicas.....	181
7.3.2.2.3 Sítio.....	182
7.3.2.3 Conservação.....	182
7.3.2.3.1 Preservação Local.....	182
7.3.2.3.2 Monitorização.....	183
7.3.2.3.3 Transmissão.....	184
7.3.2.4 Função/Uso.....	184
7.3.2.4.1 Turismo.....	184
7.3.2.4.2 Utilização.....	185
7.4 Conclusão.....	185
CAPÍTULO VIII – Estudos de Caso.....	187
8.1 Introdução.....	187
8.2 Estudos de Caso.....	187
8.2.1 Região Vinhateira do Alto Douro.....	188
8.2.1.1 Conclusão.....	202
8.2.2 Paisagem Cultural de Sintra.....	202
8.2.2.1 Conclusão.....	213
8.2.3 Mosteiro dos Jerónimos – Torre de Belém.....	215
8.2.3.1 Conclusão.....	225
CAPÍTULO IX – Conclusões.....	227
9.1 Introdução.....	227
9.2 Conclusão Geral.....	227
9.3 Conclusões Específicas.....	230
9.4 Perspetivas de Desenvolvimento.....	231
Bibliografia.....	233
Bibliografia Referida.....	247

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 -	Panteão Nacional – Vista do Rio Tejo	
	Património Nacional.....	24
Fig. 2 -	Angra do Heroísmo – Vista Aérea	
Fig. 3 -	Paisagem Cultural – Património Mundial.....	32
Fig. 4 -	Angra do Heroísmo – Cais.....	32
	Angra do Heroísmo – Jardim Público.....	32
Fig. 5 -	Marvão – Ruínas Romanas de Ammaia	
Fig. 6 -	Património Histórico	
	Convento de Santos-o-Novo – Claustro.....	47
Fig. 7 -	Mérida – Espanha – Ruínas Romanas	
	Património Histórico – Monumento.....	48
Fig. 8 -	Marvão – Vista Aérea	
	Paisagem Cultural – Património Nacional.....	49
Fig. 9 -	Mérida – Espanha – Ruínas do Teatro Romano	
	Preservação Histórica.....	50
Fig. 10 -	Berlim – Alemanha – Parlamento	
	Restauro do Património.....	50
Fig. 11 -	Berlim – Alemanha – Parlamento	
	Restauro High-Tech da Cúpula.....	50
Fig. 12 -	Viollet-le-Duc (1864)	
	Concert Hall – Restauro.....	51
Fig. 13 -	Castelo de Vide – Centro Histórico	
	Sítio Histórico.....	55
Fig. 14 -	Castelo de Vide – Fonte da Vila, séc. XVI	
	Património Histórico Urbano.....	55
Fig. 15 -	Castelo de Vide – Judiaria	
	Centro Histórico.....	55
Fig. 16 -	Lisboa – Torre de Belém	
	Património Mundial.....	56
Fig. 17 -	Guimarães – Centro Histórico	
	Património Mundial.....	56
Fig. 18 -	Foz Coa – Pintura Rupestre	
	Património Mundial.....	56
Fig. 19 -	Foz Coa – Pintura Rupestre	
	Património Mundial.....	56
Fig. 20 -	Foz Coa – Pintura Rupestre	
	Património Mundial.....	56
Fig. 21 -	Lascaux – França – Pintura Rupestre	
	Património Mundial.....	57
Fig. 22 -	Lascaux – França – Pintura Rupestre	
	Património Mundial.....	57

Fig. 23 - Lisboa – Baixa Pombalina	
Conservação e Reabilitação do Património.....	58
Fig. 24 - Sistema Construtivo Pombalino.....	58
Fig. 25 - Sistema Gaioleiro.....	58
Fig. 26 - Sistema Gaioleiro Atualidade.....	58
Fig. 27 - Lisboa – Sé de Lisboa – Claustro.....	62
Fig. 28 - Lisboa-Sé de Lisboa.....	62
Fig. 29 - Lisboa-Ruínas do Teatro Romano.....	62
Fig. 30 - Lisboa-Sé de Lisboa-Altar.....	62
Fig. 31 - Porto – Centro Histórico	
Paisagem Cultural.....	63
Fig. 32 - Fado – A Severa – Pintura de Malhoa	
Património Mundial Imaterial.....	64
Fig. 33 - Crato – Pousada Flor da Rosa	
Conservação através do Uso.....	65
Fig. 34 - Lisboa – Mosteiro dos Jerónimos	
Património Mundial.....	66
Fig. 35 - Kinkaku-ji – Pavilhão Dourado	
Quioto-Japão – Património Mundial.....	70
Fig. 36 - Guimarães – Centro Histórico	
Património Mundial.....	76
Fig. 37 - Lisboa – Castelo de S. Jorge	
Centro Histórico.....	83
Fig. 38 - Egito – Pirâmides de Gizé – Concerto Musical	
Uso do Património Cultural.....	84
Fig. 39 - Egito – Pirâmides de Gizé – Concerto Musical	
Uso do Património Cultural.....	84
Fig. 40 - Sintra – Palácio da Pena	
Paisagem Cultural.....	84
Fig. 41 - Berlengas	
Paisagem Natural.....	85
Fig. 42 - Lisboa – Baixa Pombalina – Vestígios Romanos	
Património Histórico.....	85
Fig. 43 - Marvão – Vestígios Romanos de Ammaia	
Património Histórico.....	86
Fig. 44 - Igreja do Menino Deus – Reabilitação de Pintura	
Valores de Autenticidade.....	87
Fig. 45 - Tomar – Convento de Cristo	
Património Cultural.....	88
Fig. 46 - Tomar – Convento de Cristo	
Janela Manuelina.....	88
Fig. 47 - Lisboa – Igreja da Encarnação.....	93
Fig. 48 - Mérida – Espanha	
Sistema Construtivo Romano - Pormenor.....	95

Fig. 49 - Mérida – Espanha	
Sistema Construtivo Romano - Pormenor.....	95
Fig. 50 - Mérida – Espanha	
Sistema Construtivo Romano - Pormenor.....	95
Fig. 51 - México – Teotihuacan	
Sítio Património Mundial.....	96
Fig. 52 - México – Teotihuacan – Alinhamento Solar	
Sítio Património Mundial.....	96
Fig. 53 - Quebec – Canadá – Centro do Velho Quebec	
Reconstituição Histórica.....	97
Fig. 54 - Weiden – Baviera – Centro Histórico	
Reconstituição Histórica.....	97
Fig. 55 - Alcobaça – Mosteiro	
Património Mundial.....	99
Fig. 56 - Alcobaça – Mosteiro – Interior.....	99
Fig. 57 - Alcobaça – Mosteiro – Túmulo de D. Pedro.....	99
Fig. 58 - Évora – Templo Romano	
Património Mundial.....	100
Fig. 59 - Madeira – Floresta Laurissilva	
Paisagem Cultural.....	100
Fig. 60 - Roma – Itália – Coliseu Romano	
Património Histórico - Monumento.....	104
Fig. 61 - França – Palácio de Versalhes	
Património Histórico Cultural.....	122
Fig. 62 - Brasil – Pantanal	
Património Natural.....	123
Fig. 63 - Kakadu – Austrália	
Paisagem Natural.....	124
Fig. 64 - Salzburg – Austria – Vista da Cidade	
Paisagem Cultural.....	124
Fig. 65 - Brasil – Amazónia	
Património Natural.....	125
Fig. 66 - Varsóvia – Polónia – Centro Histórico	
Reconstituição Histórica.....	126
Fig. 67 - Perú – Santuário de Machú Pichú	
Paisagem Cultural.....	127
Fig. 68 - Douro – Douro Vinhateiro	
Paisagem Cultural.....	127
Fig. 69 - “O Fado” – Pintura de Alfredo Moraes	
Património Imaterial.....	128
Fig. 70 - Évora – Centro Histórico	
Património Mundial.....	130

Fig. 71 - Lisboa – Palácio Sotto Mayor – Centro Comercial/Hotel	
Novos Usos.....	133
Fig. 72 - Lisboa – Edifício Eden	
Alteração de Função/Uso.....	135
Fig. 73 - Lisboa – Praça dos Restauradores	
Reabilitação e Alteração de Uso.....	136
Fig. 74 - Veneza – Itália – Praça de S. Marcos	
Sítio Histórico.....	138
Fig. 75 - Lisboa – Mosteiro dos Jerónimos – Claustro	
Património Mundial.....	140
Fig. 76- Porto – Torre dos Clérigos	
Materiais.....	141
Fig. 77- Lisboa – Gaiola Pombalina – Maquete	
Métodos Construtivos.....	141
Fig. 78- Marvão – Castelo	
Sítio Património.....	142
Fig. 79- Marvão – Castelo – Vista do Interior da Vila	
Património Nacional.....	142
Fig. 80- Coimbra – Universidade	
Biblioteca Joanina.....	142
Fig. 81- Porto Rico – EUA	
Fortaleza de San Juan – Património Histórico.....	157
Fig. 82- Novo México – EUA – Pueblo de Taos	
Paisagem Cultural.....	158
Fig. 83- Novo México – EUA – Cultura Chaco	
Paisagem Cultural.....	158
Fig. 84- Charlottesville – EUA – Universidade de Virginia	
Monumento.....	159
Fig. 85- Aparelho de Eletromagnetismo – Nicola Tesla	
Recurso Cultural.....	159
Fig. 86- Tipis Sioux – Pintura de Karl Bodmer (1833)	
Recurso Etnográfico.....	159
Fig. 87- Nova York – EUA – Estátua da Liberdade	
Recurso Cultural.....	160
Fig. 88- EUA – Sino da Liberdade	
Património Histórico por Associação.....	164
Fig. 89- New Bedford – EUA – Union Square	
Sítio Histórico.....	165
Fig.90- Melbourne – Austrália	
Teatro Real e Jardins Carlton – Monumento.....	167

GLOSSÁRIO

Anastilose

Termo de origem grega que significa remontagem de peças sobre estrutura existente em estado de desagregação.

Esta operação só pode realizar-se quando existam evidências indiscutíveis relativamente às características físicas e localização correta do material em falta, e a integrar a lacuna em questão.

Este tipo de intervenção não pode ser executado com base em conjecturas.

Autenticidade

Autêntico deriva do grego, significando “eu, o mesmo”.

Em latim relaciona-se com autor “o que transmite conhecimento, o iniciador, a autoridade, o que procura a verdade”.

O conceito de autêntico tem sentido de verdade, original, sincero e é assinalado em vários contextos históricos.

A autenticidade não pode ser integrada no objeto da arte ou bem património, apenas pode ser revelada.

Herder dizia que o folclore é a expressão mais simples, verdadeira e autêntica do povo se manifestar.

Heidegger define a essência da obra de arte como poesia e a essência da poesia o fundamento da verdade.

Bens Culturais

São os bens, considerados por cada comunidade como tendo valor arqueológico, histórico ou científico.

Cidades Históricas

São conjuntos urbanos históricos de maior ou menor dimensão, incluindo cidades, vilas os centros e bairros históricos, englobando a envolvente natural ou construída, os quais para além de constituírem documentos históricos são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Conjuntos Arquitetónicos

São agrupamentos de construções urbanas ou rurais, isoladas ou reunidas, que em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Conservação

A conservação deve promover os métodos, as técnicas e as competências profissionais no que respeita ao restauro e à reabilitação, no sentido da preservação da autenticidade e integridade do bem património, incluindo os espaços interiores, mobiliário e decoração, de acordo com o aspeto original.

O Documento de Nara, determina que a conservação compreende todas as operações que visam a compreensão de uma obra, o conhecimento da sua história e do seu significado; assegurar a salvaguarda material e, eventualmente, o seu restauro e a sua valorização.

Identidade

As obras do passado, monumentos ou sítios históricos refletem o modo de pensar conceptual, estético, técnico, social e sentimental de cada geração.

Considerando-se a contínua mudança da sociedade, atualmente o indivíduo e a comunidade restrita onde se insere, adquiriu sentimentos instintivos de valorização e preservação do seu património histórico.

Deseja-se que o bem património seja transmitido às gerações futuras na sua Autenticidade, como legado essencial da memória coletiva e identidade local, regional ou nacional.

A Carta de Cracóvia diz-nos que a Identidade é um referente coletivo, constituído pelos valores atuais da comunidade e pelos valores Autênticos do passado.

Lacuna

Em qualquer objeto de arte, lacuna constitui uma interrupção no seu contexto representativo, que impede ou dificulta a fruição integral desse objeto artístico na sua plena dimensão estética e histórica.

É uma falta ou omissão na sua integridade estrutural de composição ou padrão de um bem património histórico cultural.

Manutenção de Edifício

Operações previsíveis desenvolvidas ciclicamente no sentido de minimizar ou parar os ritmos de deterioração da vida e integridade de qualquer edifício.

Estas intervenções devem assumir aspetos preventivos de modo a evitar danos mais graves e onerosos.

Monitorização

Processo que assegura o acompanhamento evolutivo e eventuais desvios ao previsto, e preconizado como situação ideal no início da monitorização.

A monitorização pode realizar-se através de meios técnicos e científicos perfeitamente mensuráveis, ou observação visual direta.

A monitorização permite avaliar a integridade e Autenticidade do bem património a qualquer momento, possibilitando assim intervenções adequadas em tempo útil, assegurando-se deste modo a longevidade do bem.

Monumentos

De acordo com a definição da Convenção do Património Mundial “ Monumentos, são obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos com estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”.

Em nosso entender, esta noção não se aplica apenas às obras eruditas, mas também às obras mais modestas que assumem através dos tempos valores com significado cultural.

Por outro lado o conceito de monumento histórico engloba além da arquitetura erudita isolada, o sítio, a arquitetura rural ou urbana, testemunho de civilização ou manifestação de acontecimentos históricos marcantes.

Monumento é um elemento histórico portador de valor artístico e sentimentos de memória.

Paisagens

As paisagens culturais são bens património representativos das obras conjugadas do homem com a natureza.

São testemunho da interação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente em função das condicionantes ou possibilidades que o meio natural apresenta.

Neste contexto a paisagem cultural integra valores materiais e imateriais.

Património

É a obra ou conjunto de obras com significado cultural, nas quais a comunidade reconhece valores específicos de Autenticidade e com eles se identifica.

Identifica-se com o bem, através de diferentes formas de expressão tangível e intangível, caracterizando valores históricos, artísticos e sociais.

Conforme enunciado no Artº 1º da Convenção do Património Mundial, Património Cultural são os Monumentos, os Conjuntos e os Sítios com significado e Valor Universal Excecional, do ponto de vista da história, da arte, da ciência, estética, etnologia ou antropologia.

Reabilitação

A reabilitação integrada constitui um contributo para a preservação e vivificação do património cultural das cidades, tanto na vertente do edificado como no tecido social que o habita e assegura a sua identidade.

Tem por objetivo principal a conservação e consolidação da construção bem como a preservação ou reposição da sua conceção original correspondente aos momentos significativos da sua história.

A reabilitação deve colocar o Homem no centro das suas preocupações, na medida de melhorar as suas condições de vida nos Centros Históricos, utilizando a conservação e preservação do edificado como instrumento desse objetivo, assegurando ainda a manutenção das estruturas sociais de vizinhança e a identidade e Autenticidade cultural da cidade, expresso nas formas sociais e patrimoniais.

Permite a historicidade ativa do património pela continuidade da função residencial exercida pela população enraizada.

Reconstituição Histórica

É uma recriação ou encenação de determinado acontecimento histórico, cuja veracidade ou Autenticidade fica dependente das fontes de informação fidedignas consultadas.

Veja-se o exemplo do Centro Histórico de Varsóvia, Polónia, destruída na 2ª Guerra Mundial, e reconstruída ao detalhe, porque existem os planos construtivos originais do edificado, nomeadamente dos mais antigos, possibilitando deste modo a reconstituição histórica da cidade, que é Património Mundial.

Reconstrução

A reconstrução de secções limitadas, com significado arquitetónico pode ser excecionalmente aceite na condição de se fundamentar em fontes de informação credíveis, com a finalidade de que o restauro não falseie o significado artístico ou histórico do património.

A reconstrução nunca se pode basear em conjecturas.

Restauro

Segundo a Carta de Veneza “restauro é uma operação altamente especializada, mas que deve ter sempre um carácter excecional”.

Nunca se deve perder de vista o objetivo principal acometido às operações de conservação e restauro que é salvaguardar o monumento, a obra de arte e o testemunho histórico de que o património está imbuído.

Restauro é uma intervenção dirigida sobre um bem património, tendo por objetivo a preservação da sua Autenticidade e posterior apropriação pela comunidade local.

Reversibilidade

É a possibilidade de determinado material ou solução construtiva, poderem ser removidos no final da sua vida útil, sem contudo causar danos aos restantes materiais.

Trata-se de um princípio fundamental em intervenções de conservação no património cultural, na aplicação de materiais novos, na medida em que se torne viável e seguro a sua extração no futuro, quando deixar de cumprir as respetivas funções, sem causar danos aos materiais originais e sem contribuir para a perda da Autenticidade da obra que se pretende conservar.

Sítio

É obra combinada do Homem e da Natureza, parcialmente construída, constituindo espaços suficientemente característicos para serem objeto de delimitação topográfica, notável pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.

Um Sítio histórico é uma paisagem definida, evocativa de um facto memorável, lugar de acontecimento histórico relevante, batalha importante ou combate épico, tema de quadro célebre, etc.

Tradição

É o reflexo do significado do folclore e costumes enraizados num passado longínquo, transmitida ao longo das gerações através de contos, poesia, rituais religiosos ou profanos, de forma escrita ou oral.

Turismo

É a atividade do viajante que visita uma localidade fora do seu ambiente natural e habitual, como atividade de lazer ou enriquecimento cultural.

Segundo Hunziker e Krapf (1942) “turismo é uma deslocação e permanência pouco prolongada de indivíduos fora da respetiva área de residência habitual”.

È uma das atividades económicas mais importantes a nível Mundial, gerador privilegiado de receitas que podem ser canalizadas para a correta preservação do Património Cultural.

Valor Universal Excecional

O Património Cultural está imbuído de Valor Universal Excecional quando possui significado e importância cultural de tal forma excecional que transcende fronteiras nacionais, revestindo-se de carácter inestimável para toda a Humanidade.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 – PERTINÊNCIA DO ASSUNTO

A preservação da Autenticidade do património monumental tem sido desde sempre uma preocupação dos especialistas e interventores no património cultural, refletindo-se nos inúmeros Estudos, Cartas e Convenções Internacionais produzidas sobre a temática.

Por outro lado e tendo em conta a crise económica e financeira, entendemos que os processos de classificação da UNESCO deveriam ser os referenciais Nacionais, privilegiando-se a definição de uma política de prioridades de intervenção, tendo em atenção precisamente os Critérios de Autenticidade, porque em boa verdade não é possível salvaguardar todo o Património Cultural.

É fundamental preservar a Autenticidade do nosso Património Cultural no sentido de assegurar a transmissão da herança histórica e valores culturais às futuras gerações.

Consideramos deste modo, que a implementação de um conjunto de Critérios capazes de evidenciar os valores de Autenticidade do Património Cultural Nacional pode produzir uma matriz orientadora para as intervenções sobre o património e assim preservá-lo.

1.1.1 – CONTEXTO

Muito se tem escrito sobre autenticidade em Património monumental e hoje o conceito de “monumento” inclui não só o edifício isolado com valor histórico, mas todos os edifícios e áreas que, devido ao seu carácter excecional representam algum período significativo na evolução dos seres humanos, enquanto comunidade.

A requalificação urbana passa pela assumpção da valorização de determinados edifícios ou grupos de edifícios com características arquitetónicas e monumentais e a sua correta inserção no espaço urbano, de forma a dinamizar o interesse cultural intrínseco e promover assim a sua conservação sustentável.

A este respeito o Documento de Nara vem reforçar o espírito da UNESCO relativamente à preservação da riqueza espiritual e intelectual do património histórico cultural representativo das mais díspares culturas, pois uma vez que fazem parte dos valores culturais da humanidade são por isso, insubstituíveis.

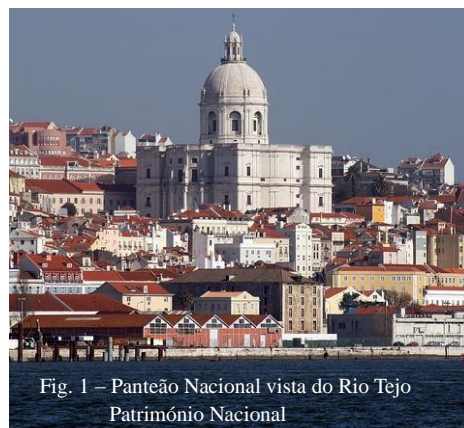


Fig. 1 – Panteão Nacional vista do Rio Tejo
Património Nacional

“Todas as culturas e todas as sociedades estão enraizadas em formas e meios particulares de expressão tangível e intangível que constituem o seu património, e que devem ser respeitadas.”

A UNESCO através do Comité do Património Mundial, produz o seguinte Guia Operacional “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial” definindo na sua introdução que o valor cultural de integridade e autenticidade do património cultural e natural, tangível e intangível de cada país devem ser considerados inestimáveis e insubstituíveis não só do próprio país, mas de toda a humanidade.

Por esta razão a destruição do património histórico por incúria ou deficiente conservação, constitui um empobrecimento cultural da humanidade, uma vez que se perde um bem patrimonial singular portador do conhecimento de eventos históricos e artísticos de determinado período da evolução dos povos no mundo.

As Orientações Técnicas têm por objetivo valorizar e sistematizar as intervenções no património, considerando-se as operações de conservação no bem, extremamente delicadas e importantes no sentido da sua identificação, proteção adequada, valorização e manutenção da integridade e autenticidade para transmissão do Património Cultural de Valor Universal Excecional, às gerações futuras.

Em Portugal este tema era assegurado através da publicação da Lei nº 13/85 de 6 de julho, Lei do Património Cultural Português (Revogada pelo Artº 114º da Lei nº 107/2001 de 8 Setembro- Lei de Bases da Política e Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural).

Verifica-se deste modo que já se antecipavam no nosso País as preocupações com o reconhecimento da necessidade de proteção adequada do Património Nacional, relativamente ao que se discutia a este respeito a nível internacional.

Desde que a comunidade internacional aceita consensualmente os princípios determinantes qualificativos do património, inscritos na Convenção do Património Mundial (1972), os critérios para inscrição na Lista do Património Mundial têm sido mais rigorosos, no sentido da preservação da Autenticidade do mesmo.

E como o Património Cultural ou Natural aceite então na Lista do Património Mundial é de toda a humanidade é justo que o mesmo seja inequivocamente autêntico e integro quanto à sua natureza intrínseca.

A diversidade cultural da humanidade manifesta-se através dos seus valores tangíveis e fundamentalmente dos valores intangíveis com o seu enfoque nas sociedades mais restritas com códigos culturais próprios.

Em nosso entender o elemento aglutinador transversal a todas as culturas é a Autenticidade do Património, que deve ser determinado pela definição do seu Valor Universal Excecional.

Propomos deste modo o estudo da presente temática ligada à realidade do nosso Património, procurando avaliar, quais os critérios observados nas intervenções do património e em que medida a Autenticidade está presente nas preocupações dos decisores e interventores no património cultural ou natural de Portugal.

1.1.2 – PRINCÍPIOS TEÓRICOS

O sentimento de que a Autenticidade e integridade do património é um valor fundamental, caracterizador dos monumentos e de toda a história de que estão imbuídos, afigura-se desde sempre como elemento independente nas discussões, nos encontros e conferências de especialistas sobre conservação e restauro do património cultural.

Apesar de secundarizado já em 1931, a Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos refere nos seus princípios gerais a recomendação quanto ao respeito e dignidade da integridade e autenticidade, devida ao bem património histórico ou artístico do passado, sem mimetismos ou alterações de estilo de qualquer época.

É condição implícita para a manutenção da autenticidade do bem, uma conservação escrupulosa, aceita-se no entanto a reposição de elementos originais (anastilose) sempre que se apresente oportuno nomeadamente quando se confirma a existência dos materiais referidos.

Quanto à introdução de novos materiais, estes devem ser clara e inequivocamente reconhecíveis, no sentido de não se adulterar ou mistificar a autenticidade do bem património.

Constatamos assim a necessidade generalizada de intervenções de conservação e restauro pouco intrusivas, na medida de não se falsear ou encenar o património, salvaguardando-se a originalidade dos materiais e a transmissão da expressão cultural histórica do monumento ou sítio às gerações futuras.

Na conclusão do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) - 1933, foi redigida a Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, considerando-se que a vida e atividade das cidades é o reflexo dos traçados urbanísticos e construções que efetivamente personalizam e singularizam, através das suas obras materiais que atravessam os tempos e cujos valores tangíveis e intangíveis refletem os sentimentos e a alma dos seus habitantes e construtores.

Estas obras devidamente contextualizadas no ambiente urbano tradicional são testemunhos inequívocos do seu passado histórico, refletem tradições, sentimentos e valores artísticos do génio criador dos seus autores, devendo estes critérios ser respeitados e adotados em intervenções de conservação no bem património cultural, tendo em atenção naturalmente a continuidade da sua autenticidade.

“Estas obras fazem parte do património humano e aqueles que as possuem ... têm a responsabilidade e a obrigação de transmitir, intacta, esta nobre herança às gerações futuras.”¹

A respeito da intervenção em zonas históricas introduzindo estilos do passado sob pretextos estéticos ou de integração no espaço, cumpre realçar o ponto 70 da Carta de Atenas, refletindo o sentimento que deve estar sempre presente em intervenções no património, procurando-se acima de tudo manter a autenticidade do bem,

¹ Lopes, Flávio, Correia, Miguel Brito. Património Arquitetónico e Arqueológico, cartas, recomendações e convenções Internacionais, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pág. 53.

contrariamente ao protagonizado pelo facilitismo com que a maior parte das vezes se abordam os problemas da conservação e restauro, pois uma reconstituição cenográfica, fictícia, apenas deturpa o verdadeiro com o falso.

O resultado final não é mais do que uma ilusão relativamente ao valor real da autenticidade da obra de arte.

No primeiro terço do Séc. XX, assume-se claramente uma postura crítica face às evoluções tecnológicas crescentes, e ao aparecimento de novos materiais.

Propõe-se o abandono da imitação da arquitetura existente em zonas históricas, pois esta solução, ao fim e ao cabo cenográfica, não acrescenta valor estético ao nosso edificado, tendo em atenção o meio envolvente mais antigo e genuíno, tornando-se apenas simples cópia de uma arquitetura singular e original, ainda que humilde ou arcaica.

Os critérios, verdadeiro ou falso, são imediatamente definidos pelos materiais e técnicas construtivas aplicadas.

As condições e exigências de conforto e habitabilidade são muito distintas do passado para a contemporaneidade, devemos então claramente atualizar esta arquitetura mas de forma sustentável e equilibrada, porque Autenticidade é também assumir a evolução.

Apesar da evolução teórica conceptual e artística vemos ainda hoje em zonas estruturadas e nobres da cidade, edifícios caracterizadores da arquitetura de determinadas épocas, estruturalmente estabilizados, sendo demolido todo o seu interior, mantendo-se no entanto a fachada principal.

Qual o valor artístico, arquitetónico, estético, histórico,... daí resultante?

Em nosso entender, nenhum valor foi acrescentado ou preservado ao novo edifício, que vai nascer amarrado à fachada original, podemos afirmar que é uma arquitetura híbrida indefinida, porque visualmente apresenta um cenário de determinada época, mas quando se atravessa essa tela, estamos num universo contemporâneo, digital e futurista.

O ponto de viragem para a consciencialização dos valores do património, espelhados nos monumentos de uma qualquer comunidade, nomeadamente valores materiais e imateriais, é o reconhecimento da responsabilidade coletiva na preservação e salvaguarda da sua integridade e autenticidade para transmissão às gerações futuras.

Este conceito reflete-se na Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964), nomeadamente quando o significado do património histórico é associado às tradições do povo traduzido no testemunho vivo do seu conhecimento empírico secular, como tal é primordial assegurar toda a sua integridade e autenticidade, para que as gerações futuras usufruam da plenitude e riqueza histórica e artística do bem.

Por outro lado a presente Carta de Veneza, é o culminar sintetizado do II Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicas de Monumentos Históricos, onde são definidos conceitos de património histórico e metodologias de intervenção na sua Conservação e Restauro.

É a primeira vez, que, de forma concertada e objetiva se realiza uma reunião de especialistas representativos da Humanidade através de Instituições como a UNESCO e o ICCROM, e representações de variadíssimos países, unicamente para definir os princípios básicos da conservação e restauro, anteriormente abordados na Carta de Atenas de 1931.

A Carta de Veneza define então a noção de monumento histórico englobando não só a obra arquitetónica singular, mas igualmente a cidade, o sítio urbano ou rural, representativo da civilização singular ou acontecimento histórico, considerando igualmente as obras mais modestas equivalentes ao património mais nobre, em termos de valor cultural a manter e a transmitir às gerações futuras.

Define os conceitos de Conservação e Restauro determinando-se efetivamente que a correta intervenção na conservação de um bem património cultural deve assegurar também o mesmo nível de conservação ao ambiente envolvente e que faz parte integrante do monumento ou obra de arte.

Por outro lado, não nos devemos esquecer nunca de um princípio fundamental inerente à conservação dos monumentos e que assenta na planificação e execução de uma manutenção permanente adequada à sua escala, determinada pela totalidade da propriedade património.

De referir ainda que o restauro é entendido apenas como uma intervenção de carácter excecional.

Apenas executado em função de determinadas circunstâncias, apoiando-se de qualquer modo os interventores no respeito pela autenticidade e integridade dos materiais originais, documentação específica relacionada com o bem e ainda outras fontes de informação credíveis, para sustentar tomadas de decisão corretas e adequadas aos problemas suscitados durante as intervenções.

O restauro nunca deve ser realizado com base em conjecturas.

Em 1972, a 17ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, adota a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

A Convenção do Património Mundial agora aprovada baseou os seus princípios na Carta de Veneza de 1964.

Considera que determinados bens patrimoniais culturais e naturais são únicos e insubstituíveis para todos os povos do mundo, independentemente a que povos pertençam, sendo por conseguinte a sua preservação responsabilidade de toda a humanidade.

Tal como a Carta de Veneza (1964), começa por definir o conceito de Monumento, Conjuntos e Sítios como património cultural com Valor Universal Excecional, e como património natural de Valor Universal Excecional os Monumentos Naturais constituídos por formações físicas ou biológicas, as formações geológicas e fisiográficas, e as paisagens.

Considera ainda ser obrigação dos Estados a criação de um inventário, na medida do estabelecimento de uma matriz comum a todo o património, nomeadamente quanto à sua identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras.

Esta obrigação além de vincular os Estados a uma atualização constante do estado de conservação do seu património cultural e natural torna-se também parte de uma rede padronizada internacional baseada obviamente nos mesmos princípios, protagonizando-se deste modo um conhecimento atualizado das várias culturas.

É criado no âmbito desta Convenção, o Comité do Património Mundial, tendo como consultores e conselheiros, ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios e UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

Esta convenção foi assinada e ratificada por Portugal em 1979 através do Dec. Lei nº 49/79 de 6 de junho.

Em 1985 é criada a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85 de 6 de junho) referindo nos seus Princípios Fundamentais, Artº 1º “O Património Cultural Português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” e ainda no Artº 2º “Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.”

Significa então esta Lei o assumir pelo Estado Português do valor e singularidade do nosso Património cultural e natural, criando para efeitos da sua proteção, valorização e conservação, mecanismos legais e orientações de intervenção.

Uma vez aceite a realidade intrínseca do nosso Património material e imaterial, do ponto de vista histórico e enquanto sociedade humana evolutiva, com características particulares bem definidas, não devemos nunca esquecer a manutenção da Integridade e Autenticidade do mesmo.

Nós como Povo, temos espalhado pelo Mundo inteiro um elevado valor de civilização e cultura representado pelos monumentos deixados por força das descobertas marítimas e ocupação desses territórios, temos portanto, pelo menos a obrigação de manter a autenticidade do património construído em Portugal como matriz a seguir na conservação dos monumentos existentes no exterior, marcos importantes da nossa cultura, influência histórica e social nessas comunidades, patentes ainda em tradições e expressões linguísticas.

Segundo a UNESCO a herança cultural de cada povo é determinada pelos valores materiais e imateriais presentes nas suas tradições e culturas e preservadas na sua autenticidade para toda a Humanidade.

Especialistas em Património reuniram-se em Nara no Japão-1994, em conferência para debater o tema “AUTENTICIDADE”, cujas conclusões ficaram conhecidas como “Documento de Nara sobre a Autenticidade”.

Denotam estas intervenções de especialistas, a nível internacional que o interesse e a importância do valor da Autenticidade existente no Património deve ser mantido para transmissão às gerações futuras.

Na sequência da Conferência de Nara sobre Autenticidade, no Japão, em 1994, vários especialistas do ICOMOS, têm publicado artigos em revistas científicas sobre o assunto mas sem chegar a um consenso na área agora em estudo.

Segundo Stovel (1994) o termo “Autenticidade” aparece no preâmbulo da Carta de Veneza (1964) sem uma definição, porque a maioria das pessoas envolvidas na redação da Carta, partilhava origens semelhantes, e portanto, igual consenso sobre a natureza de uma resposta adequada aos problemas da conservação.

A palavra “Autenticidade” ganhou conceito de autoridade formal dentro do Comité do Património Mundial no final dos anos 70, quando o mesmo Comité incluiu o “teste de autenticidade” nas suas Diretivas Operacionais como medida de verdade essencial aos valores estabelecidos, na visão dos critérios culturais (Stovel, 1994).

A UNESCO em 1997, ampliou o conceito de autenticidade para a “paisagem cultural”, na medida em que se devem assumir e respeitar os contributos válidos das diferentes épocas da construção.

1.1.3 – QUESTÃO FUNDAMENTAL

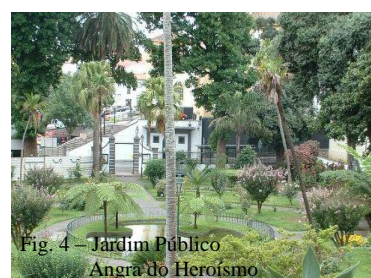
De acordo com as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial (2010), aceita-se que quando os valores culturais do património são expressos de forma objetiva e credível através de variados atributos, possui esse bem valores de Autenticidade.

A exigência de uma Declaração de Autenticidade visa naturalmente avaliar o grau de autenticidade expresso em cada atributo significativo do património em análise determinando então o conjunto resultante, o valor de autenticidade do bem património.

Desde então a questão que se coloca é **«quais os critérios de autenticidade na tomada de decisão quanto à conservação do Património em Portugal?»**

Isto é particularmente importante hoje, em zonas históricas de Portugal, face ao número crescente de indivíduos e grupos de trabalho a atuar sobre a conservação, reabilitação e restauro do património arquitetónico.

O objetivo no desenvolvimento da presente Tese, consiste em analisar a importância da Conservação e Reabilitação tendente à preservação do Património Histórico e Cultural de Portugal segundo Valores de Autenticidade intrinsecamente enraizados na nossa cultura, assegurando a transmissão íntegra dos Valores Culturais Nacionais às gerações vindouras.



1.2 – OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo defender a tese, determinando-se que uma das soluções sustentáveis nas intervenções em conservação ou reabilitação do Património Histórico passa pela observância de parâmetros e critérios de Autenticidade segundo os quais as necessárias intervenções no património respeitem a integridade intrínseca dos mesmos.

O propósito da tese pretende determinar e aferir um conjunto de critérios que permitam preservar o valor de Autenticidade do património intervencionado.

Esta proposta pretende ir mais além dos conceitos e noções generalistas incluídos na Convenção do Património Mundial e exigências das Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial.

A intenção fundamental é realçar a singularidade da cultura portuguesa por valores de Autenticidade que distingue e enaltece o Património Histórico Nacional, incluindo-se atributos materiais e imateriais, tais como tradições, crenças, turismo, gestão e monitorização.

Para o efeito, partimos de um conjunto de noções globais, já testadas, e portanto aceites pela comunidade científica para uma concetualização que nos diz diretamente respeito e nos valoriza, social, artística e historicamente como povo, pelo fato de possuímos uma cultura autêntica e genuína.

Os critérios propostos, definidores da Autenticidade do bem património englobam igualmente valores humanos e sociais, nomeadamente através dos atributos de tradição, valores imateriais, espírito e sentimento, que refletem naturalmente valores comunitários.

De notar a este respeito os bairros ou centros históricos com uma população estruturada e estável que se mantém ao longo dos tempos através de núcleos familiares com continuação geracional, possibilitando assim fortes laços de vizinhança, traduzidos efetivamente em manifestações culturais populares ou religiosas.

Veja-se por exemplo as procissões religiosas de Santos padroeiros de comunidades restritas, ou as marchas populares representativas do núcleo urbano que é o bairro.

A determinação dos critérios de Autenticidade procura então sistematizar por simplificação metodológica qualquer intervenção no bem património de forma equilibrada e sustentável tendo em atenção a preservação do referido património histórico cultural, para transmissão às gerações futuras.

1.3 – METODOLOGIA

A presente investigação assenta no método lógico dedutivo, considerando como premissas os Critérios propostos e como objetivo conclusivo, a confirmação validada dos valores de Autenticidade preconizados para avaliação do património cultural Nacional, no contexto complexo da compreensão holística do assunto em estudo, através da análise qualitativa dos Estudos de Caso selecionados.

Os casos de estudo são considerados matéria fundamental formal e objetiva para afirmação e consolidação da teoria desenvolvida na presente proposta.

Pretendemos relacionar os casos de estudo com os critérios adotados para determinação dos Valores de Autenticidade.

Consideramos ser este método dedutivo, naturalmente adequado como modelo técnico comprovado e aceite pela comunidade científica, uma vez que os estudos de caso selecionados são classificados como Património Mundial.

Para o efeito, e como todo o conceito subjacente à nossa proposta é baseado nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, Convenção do Património Mundial, e Documento de Nara, somos a aferir os critérios selecionados, através do Património Português classificado como Património Mundial.

A presente proposta de investigação pretende assim ser um contributo para melhor entendimento do conceito e Critério de Autenticidade na Conservação e Preservação do Património Histórico Cultural Português.

A importância da constatação da convergência dos conceitos formais expressos nos Estudos de Caso com os Critérios agora propostos é determinante para a validação dos mesmos, e por conseguinte a confirmação de novo paradigma nesta área do conhecimento.

A estratégia desenvolvida, é baseada numa abordagem qualitativa a conceitos estruturados que satisfazem exigências de Autenticidade e Valores Universais Excepcionais.

O ponto de vista da investigação dedutiva reflete a procura da compreensão das inter-relações complexas da realidade da sociedade, comprovando-se as premissas consideradas inicialmente sobre a questão em análise.

1.3.1 – ANÁLISE DEDUTIVA

Esta análise dedutiva qualitativa é apoiada naturalmente numa investigação teórica e técnica que assegure a veracidade factual observada.

Robert Stake (1999), ligado a uma corrente construtivista nas ciências sociais, e Robert Yin (2005), ligado ao positivismo nas ciências sociais, teóricos nesta área do conhecimento, que apesar de divergências conceptuais, estão de acordo quanto a questões essenciais relativamente ao reconhecimento científico das conclusões veiculadas através dos estudos de caso.

Para Stake, o estudo de caso deve demonstrar o que é comum e o que é singular em cada caso, devendo a sua conclusão registar algo original relativamente a aspetos da natureza, do histórico e do contexto do caso.

A análise qualitativa tem por objetivo a compreensão das inter relações complexas ligadas à vida real.

Robert Stake afirma ainda que o investigador ao realizar a generalização do seu estudo antecipa acontecimentos previstos na referida investigação bem como em outras situações.

Um estudo singular, com uma história própria, única, é considerado uma entidade complexa, inserido em vários contextos, físicos, estéticos, económicos, éticos e outros.

Inevitavelmente a análise das complexidades exige uma compreensão holística do assunto em estudo, sendo neste caso, o conhecimento holístico uma característica da investigação qualitativa.

Por outro lado Robert Yin (2005), refere que as conclusões de qualquer estudo podem ser extrapoláveis para outros casos tomando em consideração as condições particulares e contextuais de cada situação, porque a correta utilização da teoria ajuda a definir o design eficaz do estudo de caso, sendo naturalmente a teoria essencial para a generalização dos resultados subsequentes.

De facto as generalizações confirmam hipóteses testadas em outros contextos similares, por replicação dos estudos de caso, como pretendido no caso vertente.

A comunidade académica de acordo com os autores, aceitam que o estudo de caso qualitativo, constitui efetivamente uma investigação específica num determinado contexto, selecionada segundo critérios pré determinados e utilizando múltiplas fontes de informação, resultando numa visão holística da temática em estudo.

Para Robert Yin, o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenómeno contemporâneo contextualizado a uma realidade.

Robert Yin (2005), conclui ainda que a análise de múltiplos casos de estudo, torna mais convincentes e acuradas as conclusões da nossa investigação, porque incrementa a possibilidade de extrapolação dos resultados produzidos, confrontados com as premissas da nossa proposta.

Para estes autores, a triangulação de dados de várias fontes de informação sobre um acontecimento permite determinar a fiabilidade dessa mesma informação.

Segundo Yin (1993), “Se todas as fontes indicarem as mesmas respostas, os dados foram triangulados com sucesso”, sendo esta a característica essencial do método qualitativo de investigação.

A análise qualitativa pode ser entendida como uma interpretação pessoal determinada por sentimentos.

Acontece no entanto, que do ponto de vista epistemológico a compreensão da Sociedade é baseada efetivamente nos sentimentos pessoais, nas suas perceções e crenças.

1.3.2 – ESTUDOS DE CASO

Então, face aos considerandos anteriores, entendemos ser viável a presente proposta de Critérios para avaliação da Autenticidade, confirmados através dos estudos de caso do património Português inscrito na Lista do Património Mundial, nomeadamente:

- Alto Douro Vinhateiro;
- Paisagem Cultural de Sintra;
- Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém.

Neste momento devemos assinalar, que no Património do Alto Douro Vinhateiro (2001), são reconhecidos claramente os Critérios de Autenticidade preconizados.

Através de uma metodologia eficiente, a proposta trata consecutivamente todos os parâmetros exigidos nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, nomeadamente o Programa de Gestão, o Programa Económico-Financeiro, a Monitorização, a Conservação, o Turismo, etc.

Deste modo e face a uma proposta tão bem estruturada é fácil avaliar e aferir os valores dos critérios de Autenticidade, por analogia aos preconizados no nosso estudo.

Por outro lado a proposta da Paisagem Cultural de Sintra (1995), evidencia fragilidades na formalização processual com lacunas precisamente ao nível dos critérios de Autenticidade, de Programas de Gestão e Monitorização.

Passados dez anos, na primeira avaliação do Comité do Património Mundial, estes factos foram evidentemente referidos, com a notificação da regularização das incorreções determinadas.

Constata-se então, quão importante pode ser a caracterização de um conjunto de critérios de Autenticidade no sentido de simplificar e sistematizar a validação dos valores de Autenticidade do Património analisado.

O terceiro caso de estudo, Mosteiro de Jerónimos e Torre de Belém (1983), vem igualmente apontar a ausência de um guia estruturado que assente sobre a realidade cultural Nacional.

Contudo e apesar da dilação temporal, comparativamente aos exemplos anteriores, verifica-se uma cuidada preservação da Autenticidade Histórica dos Monumentos, havendo no entanto que assinalar alguns pontos fracos na Gestão a nível global.

Esta questão apenas vem reforçar a oportunidade do surgimento de um novo paradigma na área da Conservação do Património Histórico Cultural Português, traduzido num conjunto de critérios de Autenticidade que reflitam essencialmente os Valores Culturais Nacionais.

Por conseguinte a metodologia aplicada, permitiu a determinação e confirmação da validade dos critérios e atributos definidos.

1.3.3 – FONTES DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação bibliográficas foram determinantes para estruturar e cimentar o pensamento teórico exposto, na presente Tese, nomeadamente os textos científicos de estudiosos como Jukka Jokilehto, Françoise Choay, Gustavo Giovannoni, William Morris, John Ruskin, Camilo Boito, Viollet-le-Duc,....,etc., e as Cartas e Convenções Internacionais de referência, tendo em atenção a matéria em estudo.

Damos ainda ênfase ao fator humano na interação das comunidades com o património e a sua envolvente, considerando a população residente como fazendo parte integrante do Sítio Património Cultural, e como tal, elemento preponderante na avaliação do valor de Autenticidade.

A conjugação de todas estas fontes e conhecimentos, no âmbito do nosso estudo, vão permitir-nos evidenciar a dimensão artística, histórica, social e científica através dos critérios agora propostos, nomeadamente no que respeita à forma e à conceção, aos materiais e substância, ao uso e função, às tradições e às técnicas, à localização e enquadramento, ao espírito e à expressão e evidentemente à evolução histórica do Património Cultural Nacional.

1.3.4 – CRITÉRIOS PROPOSTOS

Em nosso entender, todo este processo metodológico culmina no modelo proposto para avaliação do Valor de Autenticidade na Conservação do Património Histórico Nacional, constituído pelos seguintes critérios:

- **Valor Cultural** – Deve satisfazer atributos de Tradição; Valor Imaterial; Espírito e Sentimento e Forma e Conceção, para se verificar o Valor de Autenticidade
- **Integridade** – Deve satisfazer os atributos dos Materiais; das Técnicas e do Sítio, para se verificar o Valor de Autenticidade
- **Conservação** – Deve satisfazer os atributos de Preservação Local do bem; de Monitorização e de Transmissão às gerações futuras, para se verificar o Valor de Autenticidade
- **Função / Uso** – Deve satisfazer atributos de Turismo e de Utilização, para se verificar o Valor de Autenticidade

Para a correta compreensão do significado dos critérios agora propostos, somos a desenvolver cada um deles através de atributos que vão referenciar os valores de Autenticidade do Património Histórico Cultural analisado.

Verificando-se efetivamente os atributos relativamente a cada critério, devemos aceitar que possui o mesmo valor de Autenticidade, cujo somatório de todos os critérios implica que o Património Histórico Cultural intervencionado tem valores de Autenticidade.

Não podemos deixar de assinalar que a metodologia empregue neste projeto, através da certificação da proposta teórica confrontada com a realidade dos casos de estudo em questão, dá-nos a verdadeira dimensão da incidência dos critérios de Autenticidade preconizados e a confirmação da validade teórica e técnica dos conceitos apresentados, satisfazendo a lacuna existente no que concerne à intervenção mais adequada sobre o património Histórico Nacional, tendo em atenção a preservação da sua integridade e Autenticidade, para transmissão plena às gerações futuras.

A escolha pela análise comparativa dos Estudos de Caso para avaliar e certificar a aplicação efetiva dos Critérios de Autenticidade propostos, foi considerada por esta ser

de facto uma metodologia qualificativa do estudo, porque o assunto tratado não vislumbra preocupações de tratamento estatístico ou quantitativo.

1.4 – CONCLUSÃO

Efectivamente pretende-se com os Estudos de Caso a caracterização e tipificação de um conjunto de Critérios de ordem cultural que interajam e influenciem tomadas de decisão nas intervenções de Conservação e Restauro do Património, tendo em atenção a Preservação da sua Autenticidade.

Os Estudos de Caso permitem realizar uma profunda análise do elemento a estudar; analisa as situações em contexto real a partir de um contexto teórico; utiliza múltiplas fontes de informação, tal como previsto no Documento de Nara para a avaliação da Autenticidade; pode naturalmente o estudo ser enriquecido com elementos de natureza quantitativa, quando tal se entender necessário para a total compreensão, ou para realçar um fundamento ou conceito, mas é realmente a análise qualitativa que nos interessa.

Por outro lado, a seleção de múltiplos Estudos de Caso visa ampliar a análise científica da matéria em apreço e assim valorizar as conclusões do trabalho de investigação.

De referir que a pesquisa bibliográfica foi determinante para o presente estudo, realizando-se várias investigações na Biblioteca Nacional, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e Organismos Nacionais e Internacionais, tais como Gecorpa, IGESPAR, ICOMOS, UNESCO, DO.CO.MO.MO, UIA, ICCROM, Secretaria de Estado da Cultura, D.R C.L.V.T., IFLA, ...

Relativamente à elaboração literária da presente tese, considerou-se observar as Normas ISO e Portuguesas em vigor.

As referências e citações bibliográficas foram executadas em conformidade com a Norma ISO 690 e NP 405.

O Poema das Coisas de António Gedeão, retrata perfeitamente a questão central da Preservação do Património, logo da sua Autenticidade.

Pois, por mais que se ame o Sítio e os sentimentos ligados ao mesmo, a realidade económica e financeira muitas das vezes sobrepõe-se ao valor memorial dos elementos

a preservar condignamente, caminhando-se então por programas de conservação e restauro baseados essencialmente em parâmetros de rentabilidades financeiras.

1.4.1 – POEMA DAS COISAS

“Amo o espaço e o lugar, e as coisas que não falam.

O estar ali, o ser de certo modo,
o saber-se como é, onde é que está, e como,
o aguardar sem pressa, e atender-nos
da forma necessária.

Serenas em si mesmas, sempre iguais a si próprias,
esperam as coisas que o desespero as busque.

Abre-se a porta e o próprio ar nos fala.
As cortinas de rede, exatamente aquelas,
a cadeira onde a memória está sentada,
a mesa, o copo, a chávena, o relógio,
o móvel onde alguém permanece encostado
sem volume e sem tempo, nós próprios, quando os olhos indignados
nas pálpebras se encobrem.

Põe-se a pedra na mão, e a pedra pesa,
pesa connosco, forma um corpo inteiro.
Fecha-se a mão, e a mão toma-lhe a forma,
conhece a pedra, entende-lhe o feitio,
sente-a macia ou áspera, e sabem que lugares.
Abre-se a mão, e a mesma pedra avulta.

Se fosse o amor dos homens
quando abrisse a mão já lá não estavam.”²



Fig. 5 – Ruínas Romanas Ammaia
Marvão
Património Histórico

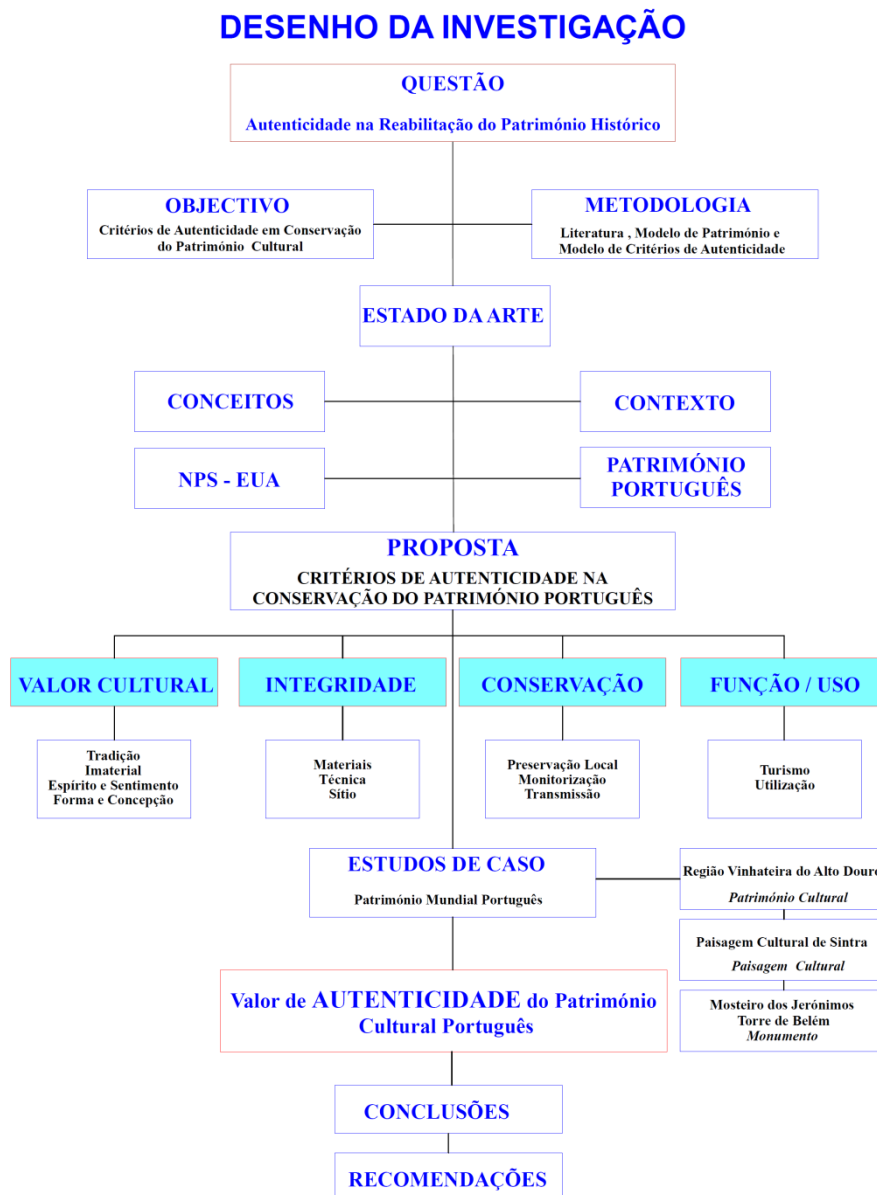
Tendo o presente Capítulo assinalado a questão de partida, a pertinência do assunto a estudar, tal como projetado no objetivo e segundo a metodologia preconizada para o efeito, consideramos o método lógico dedutivo através da análise qualitativa de Estudos

² GEDEÃO, António. Poemas Escolhidos. Poema das Coisas. Edições João Sá Costa. Lisboa. 2002

de Caso, o mais adequado para fundamentar as premissas da investigação, e que se traduz pela afirmação dos Critérios de Autenticidade referenciados ao Património Cultural Nacional.

1.4.2 – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Atendendo aos considerandos anteriores, e em termos da clarificação estrutural do trabalho em causa, entendemos apropriado apresentar o Desenho da Investigação a que nos propomos, observando-se o desenvolvimento da Tese por Capítulos, no sentido de um melhor encadeamento das ideias e conhecimento científico, expresso de forma clara e sistemática.



O ponto de partida encontra-se necessariamente na Questão fundamental que nos colocamos e para a qual determinamos um caminho tendente a alcançar a resposta ou respostas mais adequadas ao esclarecimento do que nos questionamos.

No caso presente, a Questão colocada passa pela procura de uma resposta à determinação de um conjunto de Critérios para definir a Autenticidade na Conservação e Reabilitação do Património Histórico em Portugal.

Para o efeito o Capítulo I – Introdução ao tema, contextualiza e identifica a pertinência do assunto, identificando o objetivo a atingir com este trabalho e a metodologia delineada para o concretizar, de modo a valorizar o conhecimento atual da temática em estudo, focalizado no Património Mundial Nacional e na preservação da sua Autenticidade.

O Capítulo II – No enquadramento, sintetiza o pensamento dos teóricos e a visão histórica do conhecimento adquirido sobre a temática da Autenticidade do património histórico, sua conservação e preservação para transmissão às gerações futuras.

Colocada a questão de partida e o seu enquadramento, devemos avaliar agora no Capítulo III – Estado da Arte – O estado actual do conhecimento científico sobre a matéria em estudo, nomeadamente sobre Autenticidade, Conservação e Património.

No Capítulo IV – Na definição dos conceitos, analisamos os Investigadores e os Tratados sobre Conservação, Património, Restauro, Integridade e naturalmente Autenticidade, de forma a enriquecermos o conhecimento holístico da temática.

Capítulo V – Aborda-se o contexto caraterizador com a dimensão formal institucional, regulamentar, consubstanciado num Enquadramento Internacional e num Enquadramento Nacional.

Esta análise dicotómica vai permitir definir conceitos teóricos Internacionais adequados à nossa realidade Nacional e conceitos singulares intrínsecos à nossa génese histórica e social, distintos de uma realidade generalista globalizadora.

O Capítulo VI – A experiência do National Park Service dos EUA, permite-nos conhecer a prática na avaliação dos Valores de Autenticidade presentes na Conservação do Património Histórico dos EUA desde 1906, sendo determinada a Autenticidade através da observância de 7 Critérios:

- Localização;
- Design;
- Materiais;
- Forma e concepção;
- Sentimentos;
- Associação e
- Situação e enquadramento.

Por outro lado a Convenção do Património Mundial (1972), define o Valor de Autenticidade através de 5 Critérios:

- Design;
- Materiais;
- Artefactos;
- Sítio-Localização e
- Função/Uso.

Verifica-se assim alguma divergência quanto ao significado dos Valores de Autenticidade do Património Cultural, numa perspectiva global Mundial, ou comunitária, local, naturalmente decorrentes da sua singularidade, face aos restantes povos ou Nações.

No Capítulo VII- Património Cultural Português, leva-nos a situar a Conservação do Património Histórico, através da evolução histórica e legislação criada para a sua preservação, subscrevendo na essência as orientações da Convenção do Património Mundial da UNESCO.

É no contexto do observado nos Capítulos anteriores e no âmbito da singularidade do Património Histórico Cultural Nacional, atendendo ainda ao vasto Património Português espalhado pelo Mundo, que propomos um conjunto de Critérios que defina os Valores de Autenticidade do referido Património, a saber:

- Valor Cultural;
- Integridade;
- Conservação e
- Função/Uso.

Entendemos que estes Critérios de Autenticidade respondem à nossa realidade social e cultural como matriz em futuras intervenções de Conservação e Preservação do Património Português.

No presente Capítulo desenvolvemos analiticamente o significado dos atributos subjacentes a cada um dos Critérios propostos no sentido da plena compreensão dos conceitos de que os referidos Critérios estão imbuídos e assim evidenciar os Valores de Autenticidade intrínsecos do Património.

Dita-nos agora a sequência lógica a empreender neste caminhar silencioso, a confirmação conceptual dos Critérios de Autenticidade propostos.

Para o efeito, tal vai acontecer no Capítulo VIII- Estudos de Caso, que vamos dedicar a testar e validar a aplicação dos Critérios de Autenticidade selecionados, em três Estudos de Caso considerados Património Mundial, nomeadamente a Região Vinhateira do Alto Douro; a Paisagem Cultural de Sintra e o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém.

O desenvolvimento de todo este Capítulo permite-nos confirmar pela demonstração objetiva da aplicação dos atributos que dão corpo aos Critérios de Autenticidade em casos e situações concretas do Património Português, estabelecendo assim a validade dos conceitos e valores subjacentes aos Critérios de Autenticidade propostos na Tese.

Finalmente o Capítulo IX- Conclusões, torna-se na síntese de todo o trabalho representado pela Tese, entendemos ainda fazer mais sentido apresentar uma Conclusão Geral abrangendo o conhecimento global internacional relativo ao tema, e uma Conclusão Especifica focada essencialmente na nossa proposta para o Património Português.

Por outro lado e igualmente importante, em nosso entender, apresentamos indicações e caminhos passíveis de investigação nesta área temática, que intitulamos de Perspectivas de Desenvolvimento.

Qualquer investigação científica, qualquer que seja o seu âmbito, nunca vai estar concluída, uma vez que existe sempre a possibilidade de evolução no conhecimento científico.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO

2.1 – INTRODUÇÃO

Determinada a questão central da investigação e perspectivado o trabalho a desenvolver, propomos como passo seguinte, o enquadramento histórico evolutivo do tema, no sentido de dar conhecimento das reflexões dos teóricos especialistas, relativamente ao assunto da Conservação e Preservação da Autenticidade do Património.

No caso de Portugal, apesar das contrariedades, pressões sociais e constrangimentos financeiros no sentido da conservação e reabilitação mais adequada do património histórico, considera-se como fator intransigente a manutenção do valor de Autenticidade e integridade do Património Cultural Português.

Em nosso entender a preservação da Autenticidade do Património Cultural Nacional, vai inexoravelmente influenciar critérios e metodologias de intervenção no bem património espalhado pelo Mundo, pois é em Portugal que se vêm procurar as origens históricas do mesmo.

Como tal, os intervenientes no Património Nacional devem ser perseverantes na defesa dos reais valores de Autenticidade do bem, uma vez que reflete a Cultura Portuguesa.



Fig. 6 – Claustro
27/01/2006
Convento de Santos-o-Novo

O monumento ou sítio histórico cuja finalidade é fazer reviver o passado no tempo presente, está permanentemente exposto às agressões do tempo vivido, exigindo por isso uma manutenção continuada ou uma reutilização adequada aos seus espaços.

O abandono, a desafetação, e o desuso, fazem esquecer-los e deixam-nos cair,³ por incúria e esquecimento.

³ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa. 2006. pág. 22

2.2 – AUTENTICIDADE NA REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

2.2.1 – OS TEÓRICOS E A DIMENSÃO DO CONCEITO

Os conceitos de monumento histórico e os instrumentos para a sua preservação (museus, inventários, classificação, reutilização) são elaborados em 1790 no âmbito da conservação dos monumentos levada a cabo por Guizot durante a Revolução Francesa.⁴

Não é possível debruçar-nos sobre o património, nem interpretar as imagens que nos são transmitidas atualmente, sem compreender que essas imagens são constituídas pelo somatório da fusão de fragmentos adicionados ao longo da sua história.

Desde o Renascimento que as antiguidades, fontes do conhecimento surgiram como referências para o presente, sendo obras que se podiam igualar ou ultrapassar.

A Revolução Industrial no entanto, torna o monumento histórico insubstituível, considerando-se que os danos que sofre são irreparáveis, e a sua perda inevitável.⁵

Ruskin dá-nos bem a dimensão do sentimento subjacente à noção de monumento, ao referir que as sociedades conseguem viver e evoluir sem património cultural ou mesmo adorar Deus sem a existência dos monumentos, ignorando no entanto o facto importante de que, sem património cultural não é possível recordar a nossa história, as tradições, os valores culturais que formam a nossa singularidade no seio das nações.⁶



Fig. 7 – Ruínas Romanas
Mérida – Espanha
Património Histórico Monumental

As ideias de Ruskin enriqueceram o conteúdo do conceito de monumento histórico ao incluírem, como elemento de pleno direito, a arquitetura doméstica, Ruskin sonha também com a continuidade do tecido formado pelas habitações mais humildes.

Ele é o primeiro a incluir os «conjuntos urbanos» na mesma categoria dos edifícios individuais no âmbito da herança histórica a preservar.

⁴ L.A.MILLIN. Antiquités Nationales ou Recueil des Monuments historique en France. 1790-1798. Capítulo III. pág. 99

⁵ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa. 2006. pág. 119

⁶ RUSKIN. The Seven Lamps of Architecture. Capítulo VI. J.M.Deut and Sons.Londres.1956. pág.116

Quaisquer que sejam as civilizações ou grupos sociais que o ergueram, o monumento histórico dirige-se a todos os homens.⁷

Gustavo Giovannoni numa perspetiva mais historicista engloba o conceito da arquitetura doméstica como fazendo parte integrante do novo monumento, o conjunto urbano antigo.

«Uma cidade histórica constitui em si mesma um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspeto paisagístico, quer ainda pelo caráter das suas vias e pelo conjunto dos seus edifícios maiores e menores».⁸



Fig. 8 – Vista Aérea
Marvão
Paisagem Cultural

No início do séc.XX notabilizou-se um movimento de profissionais com preocupações ao nível da conservação e restauro dos monumentos, culminando numa Conferência da qual resultou um texto doutrinal de princípios gerais, conhecido por Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos, marco notável ao nível dos conceitos e metodologias mais adequadas relativamente a intervenções sobre o património.

Observando os conceitos presentes, Ruskin na sua obra “Lamp of Memory”, atendendo ao conceito de Autenticidade do bem património, insurge-se acerca do restauro dos monumentos históricos..

⁷ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa. 2006. pág. 122

⁸ GIOVANNONI, Gustavo. Vecchie Città ed Edilizia Nuova. Turim. Luione tipográfico-editrice. 1931. pág. 140

Segundo o autor, não é possível intervir nos monumentos considerando que não é permitido às sociedades contemporâneas atuar diretamente no património alterando-o, porque o mesmo não lhes pertence.

Os monumentos e obras de arte em primeiro lugar pertencem aos seus autores e/ou construtores, e em segundo lugar às gerações futuras emergentes da sociedade contemporânea, sendo fundamental a sua preservação íntegra para transmissão às gerações futuras.

Em seu entender constitui um atentado e um sacrilégio qualquer intervenção sobre o património cultural.⁹

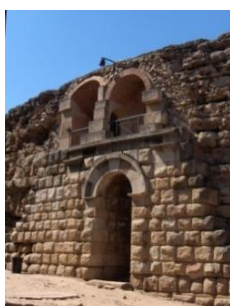


Fig. 9 – Teatro Romano, entrada
Mérida – Espanha
Preservação Histórica



Fig. 10 – Parlamento
Berlim – Alemanha
Restauro de Património



Fig. 11 – Parlamento, Cúpula High-Tech
Berlim – Alemanha
Restauro de Património

Morris contemporâneo de Ruskin partilha inteiramente a sua ideologia e preocupações, opondo-se igualmente à reabilitação dos monumentos históricos, considerando que o bem intervencionado se torna numa reconstituição ou cópia.

Estes teóricos acreditam não ser possível emergir no espírito do tempo em que o edifício foi construído, nem identificarmo-nos completamente com o autor, daí ser impossível realizar-se uma intervenção correcta e adequada.

Ao realizar o restauro de um edifício ou objeto histórico altera-se a Autenticidade que constitui o seu próprio significado.

Por outro lado admitem a intervenção e manutenção dos monumentos atendendo à sua solidez estrutural, mas na condição de ser invisível.

William Morris referindo-se aos trabalhos e pensamento de Viollet-le-Duc define restauro como a preservação do edificado histórico no mesmo estado de conservação

⁹ RUSKIN. The Seven Lamps of Architecture, the Lamp of Memory. J.M. Deut and Sons, Londres. 1956. pág. 201

com que nos foi transmitido pelos nossos antepassados, reconhecíveis enquanto obras de arte ou relíquias históricas, isentos de qualquer intervenção alheia aos seus autores.

De outro modo seriam considerados cópias dos originais, ou adultrações dos mesmos, uma vez que não foram os seus autores a intervir nas obras de arte.¹⁰

De sentido oposto às doutrinas preconizadas pelos ingleses temos Viollet-le-Duc com as suas intervenções e pensamentos teóricos consubstanciados no tratado intitulado “Dicionário,” onde define restauro do património como uma intervenção num edifício de uma forma de tal modo completa que pode até nunca ter existido num determinado momento.¹¹

De qualquer modo Viollet-le-Duc considerava que, havia de se ter consciência das intervenções a realizar no Património, o interventor tem de possuir conhecimento dos materiais e técnicas construtivas da época em questão, conforme advertiu aos inspetores em 1837, será inconcebível reproduzir-se num restauro, um elemento ou conjunto de elementos cuja disposição seja claramente inadequada ao local.

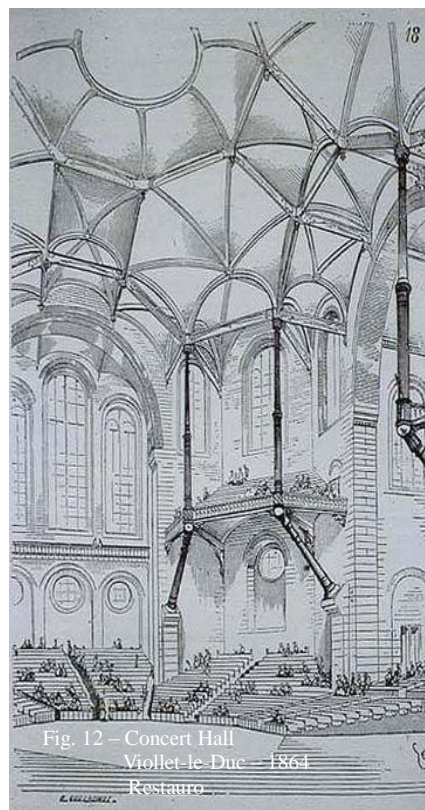


Fig. 12 – Concert Hall
Viollet-le-Duc – 1864
Restauro

Este tipo de consideração permite-nos questionar a noção de monumento histórico levando em linha de conta que a noção de Autenticidade é relevada nas operações de restauro, tornando-se assim o objeto restaurado numa abstração ou elemento no mínimo bizarro.¹²

Victor Hugo responsável pelo restauro de monumentos em França tem uma atitude perante os mesmos, idêntica ao defendido por Ruskin e Morris, considerando que os monumentos históricos mesmo envelhecidos e muitas vezes danificados, mantêm uma vetustez e nobreza com o passar dos tempos, não devendo ser alterados.

¹⁰ MORRIS, William. Arts and Crafts. Kelmscott Press. London. 1891. Pág. 114

¹¹ VIOLLET-LE-DUC. Entretiens sur l'Architecture. Revue Générale de l'Architecture. 1852. pag. 371

¹² VIOLLET-LE-DUC. Fragments. 1937. pag. 293

Esse caráter não deve ser manchado sob qualquer pretexto de conservação ou restauro, porque por mínima que seja a intervenção no objeto histórico com a ausência do seu autor, só pode significar supressões à história e à arte, não sendo portanto deste ponto de vista, aceitável.

Apenas será permitido a consolidação estrutural do edificado histórico de modo a evitar-se o colapso, e assim a perda total do monumento.¹³

Por outro lado, Vitet contemporâneo de Victor Hugo é mais preciso quanto ao princípio da Autenticidade nas intervenções do Património apontando a necessidade de nos libertarmos de preconceitos teóricos contemporâneos, no sentido de melhor compreendermos o tempo, conceptualização e técnicas vividas pelos autores, ou artistas do monumento ou obra de arte que se restaura, temos de conhecer a sociedade da época da construção do bem.

O interventor no monumento deve conhecer intimamente os procedimentos da arte, as metodologias e técnicas, os materiais presentes e a sua interação no conjunto, nomeadamente os referentes a determinado período específico temporal e relacionado localmente a fim de se estabelecer uma conscienciosa indução teórica e técnica que mantenha inalterada a autenticidade do monumento.¹⁴

Em finais do séc. XIX, e tendo em atenção os progressos verificados ao nível do conhecimento da arqueologia e da História da Arte, Camilo Boito em Itália (1835/1914), com formação académica em Arquitetura, Engenharia e História da Arte, permite-lhe articular estas competências: Mundo da arte passada e atual e o mundo da modernidade técnica.

Boito formula um conjunto de diretivas para a conservação e restauro dos monumentos históricos, sendo algumas integradas na lei Italiana em 1909.

Estas diretrizes formuladas em termos de ensaio “Conservare o Restaurare” incluído no seu estudo “Questione pratiche di belli arti” em 1893, constrói a sua própria doutrina, onde assenta a conceção da conservação dos monumentos sobre a noção de Autenticidade, referindo a propósito que não se deve apenas preservar a prática dos edifícios antigos, mas também os acrescentos sucessivos de que o tempo os carregou.

¹³ HUGO, Victor. Oeuvres complètes. Massin. 1846. pág. 1248

¹⁴ VITET. Entretiens sur les Beaux-Arts. Paris. 1835. pág. 290

“O respeito pela Autenticidade deve igualmente fazer recusar a conceção paleontológica, por meio da qual Viollet-le-Duc reconstitui as partes desaparecidas dos edifícios”.¹⁵

Boito, apesar de tudo sustenta a prioridade do presente sobre o passado aceitando a legitimidade do restauro. Entende que o restauro apenas deve ser aplicado quando todos os outros meios de salvaguarda falhem (manutenção, consolidação, reparações intrusivas, ...).

Nesta situação considera-se não só indispensável mas absolutamente necessário, a operação de restauro.

Boito considera ainda, que uma vez o trabalho de restauro concluído, deve o mesmo ser ostensivamente assinalado, para não deixar dúvidas quanto ao valor de autenticidade do monumento intervencionado.

A ausência de Autenticidade da área restaurada deve ser perfeitamente distinta dos materiais originais e claramente perceptível à vista desarmada, recorrendo-se a artifícios múltiplos: diferentes materiais, materiais de cor diferente do material original.

Considera-se ainda importante a imposição sobre os elementos restaurados de inscrições e sinais simbólicos informando as condições e datas de intervenção, considerando-se fundamental a difusão por qualquer meio disponível de informações relativas à intervenção, particularmente fotografias com registo das diversas fases da intervenção.

Atualmente nestas situações é absolutamente crucial a observância e execução da “Carta de Interpretação e Apresentação do Património Cultural - ICOMOS (2008) porque pode revelar pormenorizadamente a intervenção realizada no bem património.

Boito propõe três tipos de intervenções de acordo com o estilo e idade dos monumentos, como indicado seguidamente:

- Para os monumentos, em termos de Autenticidade sugere um restauro arqueológico, que se preocupa acima de tudo com a exatidão científica e, em caso de reconstituição, considera apenas a massa e o volume, ignorando o tratamento das superfícies e a sua manutenção;

¹⁵ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa. 2006. pág. 137

- Para os monumentos góticos propõe um restauro pitoresco, concentrando o principal esforço na estrutura (ossatura) do edifício, abandonando a estatuária e decoração à sua ruína;
- Para os monumentos clássicos e barrocos propõe um restauro arquitetónico que tome em consideração os edifícios na sua totalidade.¹⁶

Verifica-se que o conceito de Autenticidade de Boito, hierarquizado nas intervenções de restauro permitiram estabelecer os princípios críticos do restauro como disciplina, que no essencial permanecem válidas.

Relativamente ao urbanismo, nomeadamente os centros históricos, a cidade antiga, Françoise Choay dá-nos uma noção de Património Urbano Histórico, como sendo o culminar da dialética da história e da historicidade que se joga entre três figuras da cidade antiga, denominando-as respetivamente de Material, Histórica e Historial.¹⁷

De acordo com Françoise Choay, Ruskin consegue aperceber-se que ao longo dos séculos a cidade representa o papel da memória atribuída apenas ao monumento, mas sem que os seus habitantes ou construtores disso tivessem consciência, recusando portanto aceitar a alteração do espaço urbano, Ruskin encerra a cidade histórica no passado da sua construção, imutável, perdendo-se deste modo a cidade historial, aquela que se afirma no futuro da historicidade e evolui socialmente.¹⁸

A figura histórica encontra uma expressão privilegiada na obra de Camillo Sitte (1843-1903).

A cidade pré-industrial surge como um objeto pertencente ao passado e a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea é assumida na sua dimensão e positividade.

A cidade antiga, prescrita pelo futuro da cidade industrial, não deixa de ser reconhecida e constituída numa figura histórica original.¹⁹

¹⁶ BOITO, Camilo. *Restaurare o Conservare*. Ulrico Hoepli. Milão. 1893. pág. 15 e seguinte e 28

¹⁷ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Edições 70. Lisboa. 2006. pág. 158

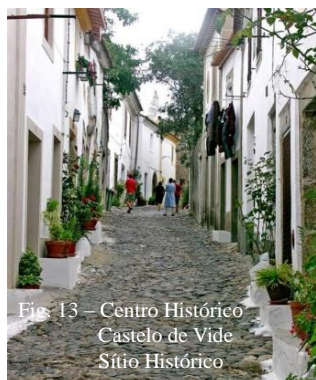
¹⁸ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa. 2006. pág. 160

¹⁹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa. 2006. pág. 160

Quanto à figura historial, é definida como a síntese e superação das antecedentes, constituindo a base da interrogação atual não apenas sobre o destino dos antigos tecidos urbanos, mas sobre a própria natureza dos povoamentos a que se continua a chamar cidades.²⁰

Giovannoni em artigos publicados entre 1898 e 1947 referia a certa altura ter encontrado justificação para retirar das análises morfológicas de Sitte, uma lição de conservação, de modo a nunca mais deixar de tratar a cidade como um organismo estético.

Para Giovannoni, uma cidade histórica constitui em si mesma um monumento, não deixando de ser um tecido vivo, sendo este um princípio sobre a conservação urbana, sobre o qual o autor funda a doutrina da conservação e restauro do património urbano.



Segundo esta aceção, o conceito de monumento histórico não pode designar apenas o edifício singular, isolado, excluído do contexto urbano em que se insere, muito pelo contrário, o monumento histórico contempla todo o ambiente envolvente fazendo do mesmo parte integrante, quer seja paisagem natural ou paisagem edificada, paisagem urbana ou as suas redes de comunicação.

A universalidade dos valores culturais nomeadamente os referentes ocidentais contribui para a expansão das práticas patrimoniais.

O desenvolvimento destes valores relativamente à proteção do património mundial cultural e natural é consubstanciado pela adoção em 1972 na Conferência Geral da Unesco, identificando-se o conceito de Monumento Histórico e o de Património Cultural Universal, referindo-se a monumentos, conjuntos edificados, sítios arqueológicos.

²⁰ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa. 2006. pág. 168

São por conseguinte considerados património cultural:



Fig. 16 – Torre de Belém
Lisboa
Património Mundial

Os monumentos: caracterizados por obras arquitetónicas ou de arte monumentais, estruturas arqueológicas, incluindo-se obviamente as grutas e inscrições ou pinturas rupestres, e que na sua avaliação global possuam Valor Universal Excecional do ponto de vista da arte, da história ou da ciência.

Os conjuntos: caracterizados por grupos de edifícios que de forma isolada ou reunidos formalmente relativamente à sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, possuam Valor Universal Excecional do ponto de vista da arte, da história ou da ciência.

Fig. 17 – Centro Histórico
Guimarães
Património Mundial



Os sítios: caracterizados por grupos de edifícios que de forma isolada ou reunidos formalmente relativamente à sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, possuam Valor Universal Excecional do ponto de vista da arte, da história ou da ciência.

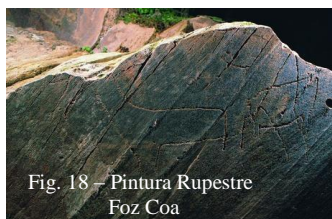


Fig. 18 – Pintura Rupestre
Foz Coa

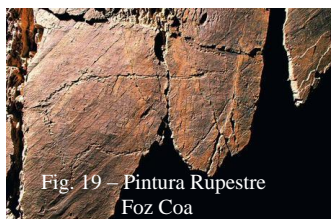


Fig. 19 – Pintura Rupestre
Foz Coa



Fig. 20 – Pintura Rupestre
Foz Coa

Por outro lado, e como reverso da medalha, o reconhecimento do património como valor cultural, induz ao incremento do fluxo de visitantes.

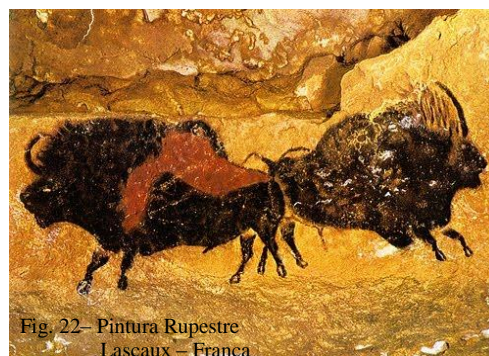
O elevado número de visitantes quando não controlado, consome e desagrega os pavimentos, as paredes e as decorações, porque não resistem à fricção e desgaste constante das circulações e ao toque das mãos.

Considerando a saturação física do ambiente histórico patrimonial, e tendo em atenção o número de visitantes/segundo e de centímetros quadrados/visitante, alguns elementos patrimoniais atingiram já os seus limites.

Obviamente, nestas situações e locais, a Autenticidade do património histórico cultural é posta em causa, por força das reabilitações necessárias à sua conservação, em virtude do desgaste e deterioração dos materiais.

A propósito, Ruskin entendia que a Autenticidade desertifica o património histórico, e em rigor assim acontece, porque, para mantermos a integridade e Autenticidade do edificado histórico, teremos de controlar a circulação dos visitantes e nalguns casos interditá-la.

De qualquer forma, atente-se na solução encontrada para a gruta de LASCAUX ameaçada de destruição pela intensa circulação de visitantes.



Como medida de preservação, a gruta foi encerrada, sendo no entanto construída uma outra gruta, igual ao ínfimo pormenor da original, aberta ao público desde 1983, designada LASCAUX II.

De modo a entendermos o conceito de Autenticidade no património histórico, devemos compreender o conceito de restauro.

Cesare Brandi define como princípio do restauro que o mesmo deve perseguir o objetivo de estabelecer a unidade de obra de arte patrimonial, desde que tal seja possível sem se cometer um falso histórico ou artístico, e essencialmente sem deteriorar ou apagar qualquer sinal indicativo da passagem do património através do tempo.²¹

Em Portugal, em meados do séc. XIX, Alexandre Herculano insurgia-se contra o abandono dos monumentos e a incúria na sua conservação, colocando obviamente em causa a Autenticidade e Integridade do Património Histórico na transmissão às gerações vindouras.

«Mas que serão os Monumentos? Que serão essas admiráveis agregações de mármore ou de granito? Senão o resultado ou produto da conceção, de aplicação e de execução».

²¹ BRANDI, Cesare. Teoria del Restauro. Giulia Einaudi Editores s.p.a. Torino. 1977. pág. 6 (Tradução da edição portuguesa)

Num outro texto, consternado com a inépcia do poder político, critica duramente políticos e governantes do seu tempo pelo abandono e decrepitude dos monumentos pátrios, considerando que tal atitude passiva destruía as memórias do nosso nobre passado, aviltando deste modo a história e as nossas tradições.

O autor mostra-se ainda revoltado contra a inépcia dos governantes por não se preocuparem com a salvaguarda dos monumentos para as gerações futuras, sendo mesmo visionário na medida em que, já nessa altura vislumbrava interesses materiais resultantes de uma adequada conservação dos monumentos, como o turismo cultural, hoje em dia importante fonte de recursos financeiros, permitindo a manutenção e conservação do bem património,²² quando devidamente gerido.



Fig. 23 – Baixa Pombalina
Lisboa
Conservação e Reabilitação de Património



Fig. 24 – Sistema construtivo Pombalino

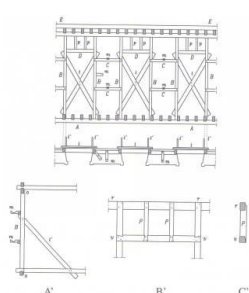


Fig. 25 – Sistema Gaioleiro

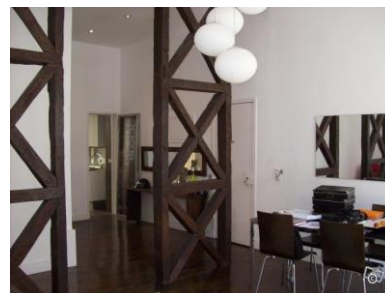


Fig. 26– Sistema Gaioleiro – atual

Mas nem sempre tal aconteceu, podemos considerar o nosso Rei D. João V, um homem de visão, avançado à sua época nomeadamente na consciência da importância do património histórico e monumental.

²² HERCULANO, Alexandre. Opúsculos, Vol. III. Editorial Presença. Porto. 1982. Pág. 154 e 155. Conforme Monumentos Pátrios. 1843. Pág. 179-219

Mandou publicar com força de Lei o primeiro Regulamento em defesa do património conforme se transcreve a seguir:

D E C R E T O,
Q U E
S. M A G E S T A D E,
Q U E D E O S G U A R D E,
Foy servido mandar à Academia em 13.
de Agosto de 1721.

DA Cópia inclusa do Decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço, terá entendido a Academia Real da Historia Portugueza Ecclesiastica, e Secular a providencia, que mando dar para se conservarem os monumentos antigos, que podem servir para illustrar, e testificar a verdade da mesma Historia. Lisboa Occidental a 13. de Agosto de 1721. Com a Rubrica de S. Magestade.

*Cópia do Decreto, que baixou à Mesa
do Desembargo do Paço em 14.
de Agosto de 1721.*

POr me representarem o Director, e Censores da Academia Real da Historia Portugueza Ecclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Academicos, os monumentos antigos, que havia, e se podiaõ descobrir no Reyno dos tempos, em que nelle dominaraõ os Fenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arabios, se achava que muitos, que puderaõ existir nos Edificios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, e outros artefactos, por incuria, e ignoran-

ignorancia do vulgão se tinhaõ consumido, perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade, assim sagrada, como politica, e que seria muy conveniente à luz da verdade, e conhecimento dos seculos passados, que no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno, em que pòde ser muito interessada a gloria da Nação Portugueza, não só nas materias concernentes à Historia Secular, mas ainda à Sagrada, q̃ são o instituto, a que se dirige a dita Academia; e desejando eu contribuir com o meu Real poder para impedir hum prejuizo tão sensivel, e tão damnofo à reputação, e gloria da antiga Lusitania, cujo domínio, e soberania foy Deos servido dar-me. Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte as Estatuas, Marmores, e Cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Fenices, Gregos, Romanos, Goticos, Arabicos, ou Laminas, ou Chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres, como outro sim Medalhas, ou Moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reinado do Senhor Rey D. Sebastião, nem encubraõ, ou occultem alguma das sobreditas; e encarrego às Cámaras das Cidades, e Villas deste Reyno, tenhaõ muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto, e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, daraõ conta ao Secretario da dita Academia Real, para elle a communicar ao Director, e Censores, e mais Academicos; e o dito Director,

ctor, e Censores com a noticia, que se lhe participar, poderão dar a providencia, que lhe parecer necessaria, para que melhor se conserve o dito monumento assim descubierto; e se o que assim se achar, e descobrir novamente, forem Laminas de metal, Chapas, ou Medalhas, que tiverem figuras, ou caracteres, ou outro fim Moedas de ouro, prata, cobre, ou de qualquer outro metal, as poderão mandar comprar o Director, e Censores do procedido da assignação, que fuy servido dar para as despezas da dita Academia. E as pessoas de qualidade, que contravierem a esta minha disposição, desfazendo os Edifícios daquelles Seculos, Estatuas, Marmores, Cippos, ou fundindo as Laminas, Chapas, Medalhas, e Moedas sobreditas, ou tambem deteriorando-as em fórma, que senão possam conhecer as figuras, e caracteres, ou finalmente encobrando-as, e occultando-as, além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão tambem a demonstração, que o caso pedir, e merecer a sua desattenção, negligencia, ou malicia; e as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ord. do liv. 5. tit. 12. §. 5. aos que fundem moeda. E porque as que acharem algumas Laminas, Chapas, Medalhas, e Moedas antigas, as quereraõ vender, e reduzir a moeda corrente, as Cameras seraõ obrigadas a comprallas, e pagallas promptamente pelo seu justo valor, e as remetterão logo ao Secretario da Academia, que fazendo-as presentes ao Director, e Censores, se mandará satisfazer às Cameras o seu custo. A Mesa do Dezembargo do Paço nesta conformidade mandará passar Alvará em fórma de Ley, que se publicará na Chancellaria, e se remetterá às Cameras das Cidades, e Villas do Reyno. Lisboa Occidental a 14. de Agosto de 1721. *Com a Rubrica de Sua Magestade.*

Diogo de Mendoça Corte Real.

Constata-se assim, como a defesa do património possui um valor inalienável e inestimável de matriz histórica evolutiva da sociedade, em particular a nossa, uma vez que se encontra representada em todos os Continentes, fruto das Descobertas.

Ainda relativamente à proteção e conservação do Património Nacional, Alexandre Herculano que admirava o Gótico, símbolo da Idade Média e formação da nacionalidade, afirmava que os governantes eram os destruidores do património Nacional, por inépcia e incompetência, transfiguravam e destruíam quaisquer vestígios de antiguidade nos monumentos, escarnecendo desta forma das crenças, sentimentos religiosos e tradições populares, admitindo nesta sua revolta o desejo de que as gerações futuras irão saber distinguir seguramente a ignorância e barbaridade dos seus antepassados incultos, daqueles que denodadamente lutavam pela preservação e integridade do património Pátrio.²³

Ruskin, dizia acerca da nobreza dos monumentos, que a mesma advém da sua secular idade, da sua expressão mais profunda e vincada, da simpatia misteriosa dos eventos históricos protagonizados no seu espaço, nas sensações e sentimentos que as suas paredes e objetos nos transmitem, e nunca pela materialidade das suas pedras, ouro ou valor monetário dos objetos de arte existentes.²⁴



Fig. 27 – Claustro
Sé de Lisboa



Fig. 28 – Sé de Lisboa

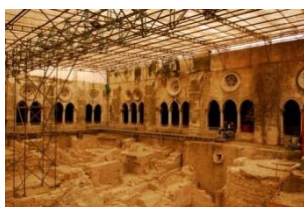


Fig. 29 – Ruínas do teatro romano
Sé de Lisboa



Fig. 30 – Altar
Sé de Lisboa

Património Nacional – Conservação Sustentável – Autenticidade

Este sentimento de carácter tranquilo no entanto transitório atribuído a todas as coisas é que marca e conserva a beleza intrínseca das suas formas através dos séculos, constituindo-se em identidades nacionais, espelho de tradições, conhecimentos e glórias do passado que transcende para o presente e que devemos naturalmente preservar para o futuro.

²³ HERCULANO, Alexandre. Opúsculos, Vol. III. Editorial Presença. Porto. 1982. Pág. 154 e 155. Conforme Monumentos Pátrios. 1843. Pág. 179-219

²⁴ RUSKIN, John. 1987. Les Sept Lampes de l'Architecture. La Lampe du Souvenir. Editions Denoel. Paris. pag. 196/197

A procura dos valores culturais do passado é que nos impele na busca da Autenticidade dos mesmos, de modo a determinarmos realmente o Valor Universal Excecional do património histórico cultural.

Boito a este respeito é ainda mais claro e direto afirmando que cada povo possui um estilo próprio de arquitetura nacional, singular, e é portanto incorreto enganar as gerações contemporâneas e futuras, com mimetismos ou estilos copiados de outros povos, porque em última análise estão a negar as suas próprias tradições, as suas raízes.²⁵

Ainda no que se refere ao restauro dos monumentos, em finais do séc. XIX, Alois Riegl havia observado a importância crescente do monumento como “valor evocativo da memória, incontestavelmente fundamentado sobre o valor da rememoração: A obra aparece-nos como um monumento, intencional”.²⁶

De facto o registo da nossa memória apenas reflete sentimentos representativos de eventos passados, traduzidos no presente através das marcas e vestígios materiais indicadores da sua idade.

Ainda segundo Riegl, o conceito do significado de monumento, é apenas uma impressão difusa, residindo o seu valor histórico essencialmente no significado que ele representa particularmente para cada um de nós no contexto da criação humana.²⁷



Fig. 31 – Porto
Centro Histórico
Paisagem Cultural

As cidades como centros vivos das sociedades, apoiam o desenvolvimento sustentável e a economia, comprometendo-se a salvaguardar os valores culturais do património e da

²⁵ BOITO, Camilo. 1880. *L'Architettura de Medio Evo in Italia. Sullo Stile Futuro dell'Architettura Italiana*. Ulrico Hoepli. Milano

²⁶ RIEGL, Alois. 1997. *O Culto Moderno dos Monumentos. A sua essência e a sua génese*. Obra citada em Alfredo de Andrade 1839.

²⁷ RIEGL, Alois. 1997. *O Culto Moderno dos Monumentos. A sua essência e a sua génese*. Obra citada em Alfredo de Andrade (1839-1915). *Da Pintura à Invenção do Património*. Costa, Lucília Verdelho de. Veja, pág. 425/426

tradição, base e sustentáculo da sua fundação e evolução na medida em que os seus valores históricos e culturais sejam respeitados.²⁸

Não podemos esquecer que o elemento fundamental para a preservação da vida dos centros históricos, e que são os seus habitantes, os cidadãos anónimos, que com as suas atividades (comércio de bairro) e as relações de vizinhança, continuam a manter vivas as comunidades onde se inserem, e a qualidade de vida socialmente autêntica, cultivando-se as tradições, mantendo-se ainda as crenças e sentimentos intimamente ligados ao sítio transmitindo-lhe assim significado.

Crescendo exponencialmente em poucos anos, as autoridades têm vindo a empreender esforços no sentido de preservar os núcleos urbanos mais antigos das cidades de modo a enaltecer a sua história e as suas origens acabando por ser inegavelmente o testemunho vivo da evolução da sociedade.

Em Portugal a solução encontrada para o desenvolvimento sustentável aliado à conservação do património histórico, aparece na figura Institucional conhecida por SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, com trabalhos desenvolvidos por todo o país, verdadeiramente excecional do ponto de vista histórico, técnico e metodologias tradicionais, inventários do património, ...²⁹

2.3 – CONCLUSÃO

Sob o patrocínio da UNESCO, ICCROM e ICOMOS, subscreveram vários Estados, em Nara no Japão, em novembro de 1994, o “Documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural”, definindo-se que o património cultural de qualquer época ou cultura ou sob que aspeto é apresentado, justifica a sua conservação considerando-se os valores atribuídos ao bem em questão, nomeadamente valores de autenticidade.

Aceita-se assim que o património cultural de qualquer sociedade manifestado nas suas variadas expressões com valores tangíveis e intangíveis, deve ser respeitado, admitindo-se o princípio fundamental da UNESCO, segundo o qual, o património cultural de cada povo ou cultura, é o património cultural de toda a humanidade, e



Fig. 32 – Fado – A Severa
Malhoa. Património Imaterial

²⁸ Carta de Aalborg, 27 de maio de 1994. Cartas das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca

²⁹ Carta de Aalborg, 27 de maio de 1994. Cartas das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca

como tal deve ser preservado, no seu contexto, na sua integridade e Autenticidade.

Por conseguinte e tendo presente a natureza e localização do património cultural é de toda a justeza que a responsabilidade pela gestão e conservação do referido bem pertença em primeira linha à comunidade onde o mesmo se insere, por dele ter um conhecimento profundo.

“[...] Dependendo da natureza do monumento ou do sítio, do seu contexto cultural e da sua evolução no tempo, a avaliação sobre a autenticidade pode estar ligada a uma grande variedade de fontes de informação.

Estas compreendem a forma e a conceção, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e a evolução histórica.

Estas fontes podem ser internas ou externas ao homem, e permitem a descrição do património cultural nas suas dimensões artística, histórica, social e científica”.³⁰



Fig. 33– Pousada Flor da Rosa, Crato
Conservação através do uso

Atendendo ao pensamento e prática dos teóricos anteriormente referidos, podemos deduzir a preocupação genuína e concreta sobre a conservação, restauro e manutenção do património histórico, com especial relevância para o tema da Autenticidade, preocupação esta reproduzida em toda a Documentação e Legislação produzida a respeito, nomeadamente em Portugal, com referência para El Rei D. João V (1721), que mandou promulgar a primeira Legislação sobre a proteção do património, ou seja, pode existir a vontade, o conhecimento técnico-científico, mas a realidade é muitas vezes diferente dos princípios com que nos pautamos.

A conservação e a manutenção do património cultural, são operações muito lentas, não só pela necessidade da execução de Projeto de Restauro completo e complexo, tão pormenorizado quanto possível, mas também por estarem sujeitos a realidades objetivas incontornáveis, nomeadamente económicas, deste modo há que rentabilizar o referido

³⁰ DOCUMENTO DE NARA, 1994. Sobre a Autenticidade do Património Cultural. UNESCO. ICCROM. ICOMOS. Nara. Japão

património, sem se descurarem obviamente à partida os princípios anteriormente aceites.

Não podemos ainda, deixar de referir, a Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno (CIAM/1933); referindo a propósito, que os valores arquitetónicos dos edifícios isolados (monumentos) ou conjuntos urbanos (sítios) devem ser salvaguardados, na medida em que transmitem o testemunho cultural da comunidade enquadrado em determinada época.

A personalidade e atividade de uma cidade manifesta-se evolutivamente ao longo dos séculos, por meio das suas obras materiais, traçados e construções, conferindo-se-lhes estatuto de património histórico e cultural de acordo com os valores de autenticidade e integridade dos quais emana a sua alma.

Face ao valor histórico e sentimental aliado a valores estéticos, sociais, humanos e técnicas conceptuais, estas obras assim referenciadas são efetivamente testemunhos do elevado nível qualificativo do génio humano, do engenho e vontade de realização das comunidades.

Por esta razão se entende a importância do significado contido na conservação dos valores de Autenticidade da obra de arte ou património cultural, como forma objetiva da preservação dos valores culturais do passado.

Como tal, as entidades ou comunidades, detentoras deste património é que devem assumir a responsabilidade e a obrigação da sua integral conservação e proteção no sentido de transmitir intacta esta nobre herança às gerações futuras, na medida em que assim a receberam dos seus antepassados.³¹



Fig. 34 – Mosteiros dos Jerónimos
Lisboa
Património Mundial

³¹ Carta de Atenas.1933.Sobre o Urbanismo Moderno.4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).Atenas

O presente enquadramento transmite-nos a dimensão histórica do conceito de Autenticidade e o âmbito da sua verificação, constatando-se a importância que o mesmo assume na avaliação da integridade e originalidade que o Património Cultural deve evidenciar.

Estas são também, fontes de informação de cujos autores fomos beber o conhecimento e princípios que pretendemos fazer transparecer nos Critérios de Autenticidade propostos, uma vez que clarificam e ajudam a focar a questão.

O prosseguimento da nossa caminhada leva-nos agora à exposição do Estado da Arte nesta área do conhecimento, como adiante se verá.

CAPÍTULO III – ESTADO DA ARTE

3.1 – INTRODUÇÃO

O Estado da Arte visa estabelecer e analisar a importância dos Documentos, Cartas, Declarações e Legislação pertinente para a validação dos aspetos e Valores da Autenticidade do Património, com incidência particular na nossa área de estudo, nomeadamente como matriz orientadora para a elaboração dos Critérios de Autenticidade na Conservação do Património Nacional.

Ora apesar de atualmente o conceito de Autenticidade relativamente ao património aparecer quase como uma moda, na realidade fica demonstrado pelas intervenções públicas dos autores anteriormente referidos que efectivamente este é um assunto deveras importante para se discutir e clarificar, na medida em que é transversal a todas as culturas, influenciando tomadas de decisão nas intervenções sobre os Monumentos e os Sítios.

Em Portugal a legislação segue as orientações internacionais, não obstante, pensamos haver condições históricas, artísticas, sociais, para uma interpretação Nacional destas orientações, face à singularidade do nosso património, à semelhança do que outros Estados Parte já consagram em relação ao seu património, nomeadamente o Canadá e a Austrália.

A afirmação do conceito de Autenticidade é fundamental na Conservação do Património, na medida em que é o garante transmissor da verdade histórica do património cultural às gerações futuras.

Aceitando a comunidade científica o valor do significado deste conceito na preservação do património cultural, torna-se então pró-ativa no aprofundamento de estudos ligados ao tema.

3.2 – CARTAS E DECLARAÇÕES SOBRE AUTENTICIDADE

Para o efeito a UNESCO, através do Comité do Património Mundial e dos organismos ICOMOS, ICCROM e UICN, realizam inúmeras reuniões de especialistas, os quais produzem variadíssimos Documentos orientativos, Cartas e Declarações, que no final são consubstanciados nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial (2010).

Após estas considerações, analisamos seguidamente os Documentos determinantes para a análise dos aspetos que confirmam a Autenticidade na Conservação do Património, nomeadamente:

- A Conferencia de Nara, Japão (1994)
- A Carta de Cracóvia, Polónia (2000)
- O Memorando de Viena, Áustria (2005)
- A Declaração de Xi'Na, China (2006)
- A Carta de Interpretação e Apresentação do Património Cultural – ICOMOS (2008)

3.2.1 – CARTA DE NARA, JAPÃO – (1994)



Fig.35 – Kinkaku-ji, O Pavilhão Dourado
Quioto – Japão
Património Mundial

De acordo com a investigação pertinente e teorias, apresentadas na Conferência de Nara (1994) “Autenticidade” é um conceito definido como algo singular e único que prova a si mesmo, assim como assume credibilidade e autoridade a partir de si mesmo.

O Documento de Nara vai buscar o conceito de Autenticidade ao espírito da Carta de Veneza de 1964, transpondo-o para a atualidade, considerando-se obviamente a evolução do conhecimento nesta área da Conservação do Património, atendendo naturalmente a novas exigências de conforto, novos materiais, novos métodos de intervenção, nomeadamente pouco intrusivos e essencialmente reversíveis.

Fator determinante para a análise do valor de Autenticidade é a credibilidade das fontes de informação.

As fontes de informação, diferem de cultura para cultura e nalguns casos mesmo no interior de determinada cultura.

Por conseguinte os valores culturais e nomeadamente de Autenticidade não se podem basear em critérios fixos para todo o Património Mundial, devendo sim ser aceites os valores culturais e de Autenticidade de cada cultura, porque essa é a sua verdade, o seu sentimento relativamente ao património material ou imaterial da comunidade ou região.

É neste sentido que vamos procurar compreender um conjunto de critérios de Autenticidade a verificar em intervenções de Conservação no Património Nacional Português, pois é esta a nossa realidade, a nossa história comum.

O Documento de Nara, defende ainda que a determinação da autenticidade de um bem está ligada a valores de uma grande variedade de fontes de informação incluindo determinados aspetos definidores do valor do património nomeadamente: a forma e o desenho; os materiais e a substância; o uso e a função; as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento; e o espírito e sentimento, assim como outros fatores externos e internos.

Estas fontes caracterizam portanto o valor de autenticidade do património cultural na sua dimensão artística, histórica, social e científica, permitindo então de forma objetiva e factual desenvolver uma Declaração de Autenticidade.

Herb Stovel (1948-2012) um dos redatores do Documento de Nara, anexa um Apêndice 1 como sugestão para um melhor entendimento do referido Documento de Nara.

Neste Apêndice 1, H. Stovel explica que não se podem impor procedimentos ou formulas mecanizadas para a definição da autenticidade dos monumentos e sítios, uma vez que se deve respeitar a diversidade cultural de todos os povos.

Reforça ainda esta perspetiva na sua abordagem, que para se determinar a autenticidade, devem existir diversos aspetos comuns a essas culturas, referindo-se concretamente à necessidade de se documentar aprofundadamente as particularidades singulares da

preservação dos monumentos e sítios tomando em consideração futuras intervenções de conservação e monitorização do bem.

Afirma ainda Stovel, a importância que deve existir na manutenção do diálogo aberto, entre as diversas culturas e regiões do mundo no sentido da afirmação do valor da autenticidade na preservação do património Mundial.

No Apêndice 2, H.Stovel define como Fontes de Informação todos os elementos figurativos, escritos e orais e ainda os materiais que constituem o bem e que possibilitam deste modo transmitir o conhecimento, o significado, e a história do bem património cultural.

Autenticidade é entendida então como uma noção relativa, na medida em que procuramos estabelecer a dimensão e grau de autenticidade do Sítio património, havendo necessidade de considerar para o efeito diferentes fontes de informação.

H. Stovel faz no seu texto, apresentado em Nara, a ligação evidente entre Autenticidade e Integridade aplicada na avaliação do património pelo National Park Service dos EUA e a sua aplicação nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, acrescentando todavia mais três considerações, a saber: Localização; Sentimento e Associação, ficando então a ser sete as definições a respeitar no teste à Autenticidade do Património Histórico, como segue:

- **Design**, compreendendo a forma, o plano e a organização espacial, como elemento de composição natural e cultural da propriedade histórica.
- **Situação e enquadramento**, abrangendo toda a envolvente da propriedade como zona de proteção da mesma.
- **Localização**, é o local onde todas as atividades com significado para o património acontecem.
- **Materiais**, inclui toda a propriedade nomeadamente materiais construtivos, caminhos, vedações e outras estruturas integrantes do Sítio património.
- **Forma e concepção**, é a expressão pela qual os artesãos e construtores conceberam e realizaram os Sítios património, nomeadamente a sua envolvente e os aspetos funcionais e decorativos do sítio património.

- **Sentimento**, principalmente intangível, na forma como é evocada a história do Sítio património através das suas características físicas intrínsecas.
- **Associação**, é a ligação direta entre a propriedade património e os eventos históricos ou personagens que aí ocorreram ou viveram.

Até esta altura os restauros do património eram realizados segundo orientações interpretativas, dando-se ênfase à aplicação de materiais representativos da história simbólica que se pretende fazer transmitir através do referido património.

Esta situação é a expressão sintomática, mesmo nos nossos dias, espelhada nas Pousadas de Portugal, onde em muitos casos a solução encontrada passa pela construção de cenários pseudo históricos atribuídos ao monumento intervencionado, sendo efetivamente relegado para plano secundário a autenticidade dos materiais originais.

Levantam-se no entanto vozes contrariando o “Status quo”, apelando à autenticidade dos valores do Património que culmina neste Simpósio de Nara no sentido de se discutir publicamente o conceito.

Estas críticas assumem que a geração atual apenas detém a custódia do património histórico, sendo sua obrigação manter preservada a autenticidade e integridade material do mesmo, considerando-se obviamente que as gerações futuras possuirão conhecimentos mais evoluídos do que os contemporâneos, no sentido da mais correta manutenção e conservação dos Monumentos e Sítios históricos.

No Canadá, a Instituição Gestora do Património Histórico é o National Park Canadá, formula os seguintes princípios para definir o seu Património:

- **Respeito**, só é alcançado através da assumpção do conhecimento dos valores do património.
- **Valor**, é o significado cultural que o sítio património transmite através do respeito manifestado pela gestão e intervenção no património histórico.
- **Conhecimento**, é a compreensão dos valores com significado cultural, que o sítio património representa.

- **Integridade**, significa o respeito assegurado do património Histórico para benefício das gerações futuras.
- **Benefício Público**, significa a mais valia cultural histórica patrimonial das populações, ao observarem-se os princípios anteriores.

O aceitar e observar estes princípios à luz da conservação do património poderá ser entendido como um teste à Autenticidade do património histórico, cultural e natural mas no contexto da realidade do Canadá.

Em nosso entender, a razão de uma propriedade património cultural ou natural passar no teste de autenticidade, objetivamente assegura a sua autenticidade histórica, bem como a sua autenticidade material, excluindo-se naturalmente as reconstruções dos monumentos ou sítios históricos, (falsos históricos).

Apenas deste modo se pode garantir a Autenticidade e Integridade da vertente histórica do monumento ou de determinado período histórico.

Bernd Von Droste e Ulf Bertilson, intervenientes em Nara (1994), com um texto “Authenticity and World Heritage” referem a este propósito na página 6 do seu trabalho, que o Comité do Património Mundial reunido em Santa Fé (1992) – Recomendação nº 19, propõe a revisão dos critérios do património cultural nomeadamente no que diz respeito à avaliação crítica da Autenticidade e Integridade.

Bernd Von Droste entende que face à diversidade cultural do património Mundial e naturalmente diversas perspetivas conceptuais na conservação desse património histórico, o conceito de Autenticidade deve por força desta ordem de razões ser entendido como um conceito flexível, aplicado caso a caso, tendo em consideração o contexto histórico, cultural, ecológico e sócio-económico do sítio património cultural ou natural.

O conceito de Autenticidade remete para algo criativo, um autor, algo com uma profunda identidade na sua forma e essência.

Significa algo específico e único, sendo de qualquer modo diferente de “idêntico” com referência a algo universal, que representa uma classe, reprodução, réplica, cópia, ou reconstrução.

Raymond Lemaire (1921-1997), autor e um dos redatores do Documento de Nara (1994), apresenta- -nos um trabalho muito interessante relativamente ao conceito de Autenticidade, pois divaga sobre os diversos campos do conhecimento humano, onde o referente Autenticidade é o elemento essencial para a verdadeira compreensão dessa área do conhecimento.

A Autenticidade é uma palavra fundamental inscrita nos mais variados temas teóricos e sempre relacionada com a matéria de salvaguarda do património cultural e particularmente no que se refere ao património monumental.

Compreende-se porque é este conceito considerado como base da teoria contemporânea da conservação e restauro dos monumentos históricos.

A Autenticidade assenta a sua essência significativa num relacionamento de verdade e sinceridade entre o emissor de uma mensagem e o seu conteúdo.

Concluindo-se este raciocínio, depreende-se que uma mensagem só é autêntica quando transmitida na íntegra sem nenhuma alteração, por mais insignificante que seja.

Relativamente à obra de arte e aos monumentos transpomos este mesmo princípio, considerando-se efetivamente que o referente Autenticidade só pode ser determinado e aceite quando se verifique a ausência de qualquer alteração, por mais insignificante que seja, das suas formas ou características iniciais, originais.

Por outro lado a autenticidade de uma obra de arte pode ser entendida como evolutiva do ponto de vista do testemunho histórico, porque o contexto se altera naturalmente com a evolução histórica ao longo dos séculos, nomeadamente no que respeita à evolução das sociedades.

Podemos depreender então que existem vários níveis de autenticidade tendo em atenção o tempo presente e o contexto em que a obra se integra?

Ou podemos entender a autenticidade de uma obra no contexto histórico da sua criação, chegando aos nossos dias com o símbolo do significado histórico que lhe atribuímos ao longo dos séculos, nomeadamente no que respeita à evolução das sociedades.

Mais uma vez e parafraseando R. Lemaire “... a Autenticidade da mensagem de uma obra de arte legada pelas gerações passadas integra todo o seu significado social ... o

significado de um monumento está ligado à cultura e à vida social ao tempo da sua criação.”

De acordo com o Documento de Nara parágrafo 7, a expressão material e imaterial constituinte do património é o reflexo da origem e singularidade da cultura e sociedade onde o mesmo se insere, devendo por esta razão ser respeitada e aceite.

Assinala-se ainda que todas as culturas devem ser respeitadas tendo em atenção a diversidade de valores e crenças em questão.

Ainda assim sublinha o desejo quanto ao equilíbrio dos valores culturais de cada comunidade na direção de um valor cultural mais abrangente e comum à Humanidade.

Daí a importância dos valores de Autenticidade do Património com Valor Universal Excecional, do Património Mundial.

3.2.2 – CARTA DE CRACÓVIA (2000)

A Carta de Cracóvia indica-nos que cada comunidade deve ser responsável pela conservação e gestão do seu património histórico, pois tem do mesmo um conhecimento profundo, uma vez que faz parte das suas raízes, do seu passado como sociedade, sendo igualmente um elemento valorizador da evolução da sociedade, porque os valores dos monumentos ou bens património também se alteram com o passar do tempo, ainda que idealmente o seja de forma sustentada.

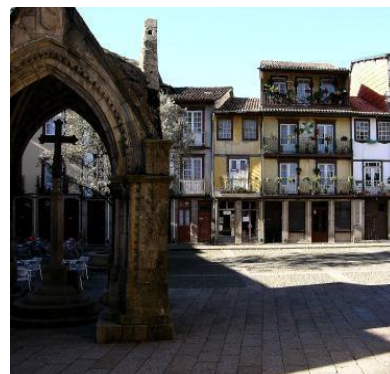


Fig. 36 – Guimarães
Centro Histórico
Património Mundial

Mas esta evolução da comunidade ou do bem só se concretiza efetivamente mantendo-se a Autenticidade do património porque só desta forma o mesmo é devidamente valorizado.

Podemos por conseguinte considerar a identificação da alteração dos valores do património como uma das características da evolução do património ao longo dos tempos.

Como redundância do atrás exposto, podemos aceitar que a comunidade detentora de bens património histórico possuem uma consciencialização e conhecimento

relativamente à necessidade absoluta da conservação do seu património, pois o mesmo é portador dos seus valores culturais comuns, é a raiz de onde emanam as suas tradições, daí a importância na preservação da Autenticidade do património em questão.

Os debates teóricos sobre os monumentos e os estudos práticos de áreas históricas urbanas realizados em cidades Europeias mostram a necessidade de se definir um conjunto de critérios de autenticidade como meio para eleger prioridades e permitir uma intervenção sustentada em cada área histórica.

3.2.3 – MEMORANDO DE VIENA, ICOMOS/UNESCO (2005)

Enfatiza a necessidade de responder de forma adequada à transformação rápida ou gradual das cidades, das paisagens e dos itinerários do património cultural, produzida pelas mudanças nos modos de vida, na agricultura, no desenvolvimento, no turismo, às grandes calamidades naturais ou provocadas pelo homem, assim como a necessidade de reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais nos seus ambientes, de forma a diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o Património Cultural em toda a riqueza da sua autenticidade.

A paisagem urbana histórica, adquire o seu valor com significado excecional do ponto de vista da sua gradual evolução ao longo dos tempos, através não só de reconhecidos processos de urbanização, ou de determinados monumentos “per si”, mas essencialmente através da integridade e autenticidade verificada no conjunto habitacional nobre e humilde que dá forma ao núcleo urbano com valor património, incluindo-se naturalmente as evidências físicas, funcionais, visuais, materiais e associativas que enaltecem as tipologias e morfologias históricas.

Por outro lado, o Memorando de Viena alerta para um fator de elevada importância a ter em conta em qualquer análise acerca da reabilitação ou conservação da paisagem urbana histórica, e que passa pelo reconhecimento da coexistência humana no território e as relações humanas da vida social em comunidade, são os relacionamentos de vizinhança que dão vivência e mantêm o sítio e a sua autenticidade.

No fundo os habitantes destes núcleos urbanos históricos, são eles próprios expressão do valor de Autenticidade do local pois são os detentores das tradições e sentimentos que refletem igualmente valores de Autenticidade, do bem património.

A paisagem urbana histórica deve igualmente incluir no seu contexto global, como forma de assegurar a sua integridade e autenticidade, as praças, jardins e espaços de convívio e lazer para fomentar e preservar as relações humanas da comunidade.

Verifica-se no Memorando de Viena, a preocupação dos relatores com a coesão social e reforço da identidade cultural e humana, elementos fundamentais para a preservação da Paisagem Urbana Histórica, tomando em atenção a estreita ligação do ser humano ao ambiente de comunidade onde se insere, o seu sentimento de pertencer ao sítio, ao bairro.

Entendemos desta maneira que qualquer intervenção de conservação e restauro num núcleo histórico tem de tomar sempre em consideração o fator humano e social dos habitantes do local, porque a sua continuidade são parte da solução para a preservação da autenticidade do sítio ou bem património.

Devemos igualmente compreender que qualquer intervenção num determinado e específico edifício histórico, deve ser sempre considerada na perspetiva e análise, do conjunto edificado adjacente incluindo toda a envolvente, pois o bem património só tem valor cultural quando integrado no conjunto do núcleo histórico.

3.2.4 – DECLARAÇÃO DE XI'NA (2006)

De referir ainda quanto à reabilitação urbana e Autenticidade do património, a Declaração de XI' NA – China, onde o carácter particular de um monumento, sítio ou área do património cultural é definido pela sua envolvente ou ambiente circundante e cuja totalidade da área faz parte integrante do bem património cultural.

A envolvente de um monumento ou sítio histórico património cultural define-se como o meio característico com singular significado, protagoniza efetivamente uma interação com o ambiente natural circundante, nomeadamente através de eventos sociais, práticas espirituais, tradições, usos e outros aspetos culturais imateriais, formando deste modo o espaço um contexto dinâmico totalmente integrado na propriedade património.

Por outro lado as relações humanas com o meio físico, visual, cultural e espiritual devem resultar de um processo orgânico, de crença espiritual reflexo de tradições culturais ao longo do tempo, ou de acontecimentos históricos marcantes da comunidade ou do sítio.

Verifica-se deste modo que a definição de envolvente exige que se compreenda profundamente a história do bem património, incluindo-se a evolução e o carácter da zona circundante.

Implicando uma gestão e planeamento adequados, nomeadamente a definição de uma zona de proteção que reflita o significado da propriedade património.

O processo de gestão deve criar as ações necessárias para a monitorização do estado de conservação do bem património, contemplando aspetos materiais, sociais, culturais e económicos.

À semelhança do Memorando de Viena, a Declaração de Xi'Na, reforça a necessidade da intervenção direta das comunidades locais e a multidisciplinaridade dos especialistas, como a arquitetura, a antropologia, a história, o planeamento urbano, engenharia, arqueologia e a etnologia, para uma correta preservação das edificações e dos sítios património, considerando-se sempre as dimensões tangíveis e intangíveis da envolvente.

Face à importância da temática em estudo e de forma a dar cabimento aos acordos internacionais relativamente às boas práticas da conservação do Património “lacto senso”, devemos referir o Decreto-Lei nº 104/2004 de 7 de maio, que vem legislar a reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas.

Para a execução e gestão da matéria legislativa criou o governo as «SRU – Sociedades de Reabilitação Urbana», tendo por objetivo, promover a reabilitação urbana das respetivas zonas de intervenção.

De realçar ainda a constituição pluridisciplinar das equipas técnicas em funções nas SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana, sendo o garante de um trabalho sustentável e objetivo nas suas intervenções.

Na 3ª Assembleia Geral do ICOMOS (1972), admitiu-se que não se devem realizar mimetismos ou cenografias em operações de conservação dos monumentos históricos,

sítios ou património cultural, porque estas intervenções vão desvirtuar ou destruir a Autenticidade.

De qualquer modo a Autenticidade, do nosso ponto de vista, deve ser sempre avaliada no contexto global da propriedade património, considerando-se efetivamente que qualquer intervenção, numa determinada área da propriedade património vai na realidade afetar o valor histórico e artístico do todo global.

Devemos também assinalar a legitimidade de usos e funções dos monumentos, tendo no entanto presente a dimensão das alterações consideradas, não devendo as mesmas modificar estruturalmente o exterior ou interior do edificado intervencionado nem o carácter único e singular, determinante da sua Autenticidade intrínseca, e significado.

3.2.5 – CARTA DE INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL – ICOMOS (2008)

Esta Carta indica-nos, que face ao elevado número de bens património cultural com valor tangível e intangível para preservar, e tendo em conta as dificuldades económicas e financeiras, problema presente e transversal a todas as Nações, então há que fazer escolhas ponderadas relativamente ao que preservar, como se preservar e o modo de apresentação ao público do bem património em causa.

Claramente, o objetivo desta Carta define os princípios para a Interpretação e Apresentação como elementos dinâmicos da conservação do património, uma vez que a sua função essencial é evidenciar as características intrínsecas e o conhecimento do bem património cultural a transmitir ao público visitante.

Os princípios em questão são baseados na compreensão do bem património, nas fontes de informação, no contexto, na preservação da Autenticidade, no planeamento e sustentabilidade, na inclusão de todos os interessados no bem, na investigação e avaliação do bem património.

São efetivamente elementos interpretativos do Sítio património com significado.

Torna-se evidente a necessidade do estabelecimento de princípios conceptuais, uma terminologia standardizada e princípios profissionais de consenso sobre a interpretação e apresentação do património.

Nos últimos anos o amplo desenvolvimento das atividades interpretativas em muitos sítios patrimoniais e a introdução de elaboradas tecnologias de interpretação, assim como novas estratégias económicas em matéria de marketing e gestão dos sítios patrimoniais foram igualmente criadas novas problemáticas e novas interrogações de elevada importância relativamente à finalidade da conservação e à avaliação pública dos sítios históricos no mundo.

- Quais os objetivos aceitáveis para a interpretação e apresentação dos sítios patrimoniais?
- Que princípios devem determinar os meios técnicos e métodos mais apropriados, em contextos culturais e patrimoniais privados?
- Que considerações éticas e profissionais deverão contribuir para formar a apresentação entre as variadas formas e técnicas específicas?

O propósito desta Carta pretende definir os princípios básicos de Interpretação e Apresentação como elementos essenciais para os esforços da conservação do património e como uma ferramenta básica para a apreciação e compreensão do público, do Património Cultural ou Sítios Históricos.

3.2.5.1 – DEFINIÇÕES

Interpretação: refere-se a todas as atividades potenciais realizadas para incrementar a consciencialização pública, e propiciar um melhor conhecimento do Sítio Património Cultural.

Neste sentido incluem-se as publicações impressas e eletrónicas, as conferências, as instalações sobre o Sítio, os programas educativos, as atividades comunitárias, assim como a investigação, os programas de formação, os sistemas e métodos de avaliação permanente do processo de interpretação em si mesmo.

Apresentação: centra-se de forma mais específica na comunicação planificada do conteúdo interpretativo com recurso à informação interpretativa, à acessibilidade física e à infraestrutura interpretativa dos sítios patrimoniais.

Pode ser transmitida através de diversos meios técnicos nomeadamente, painéis informativos, exposições museológicas, sinalização luminosa, conferências, visitas guiadas, multimédia e páginas Web.

Infraestrutura Interpretativa: refere-se às instalações físicas, aos equipamentos e espaços patrimoniais ou relacionados com os mesmos, podendo ser utilizados especificamente para os propósitos da interpretação e apresentação, incluindo-se as novas estratégias de interpretação e as tecnologias existentes.

Intérpretes do Património: refere-se ao pessoal dos sítios patrimoniais, encarregue de forma permanente ou sazonal de comunicar ao público a informação relativa ao valor e significado do património cultural.

Sítio do Património Cultural: refere-se a um lugar, uma paisagem cultural, complexo arquitetónico, arqueológico, ou estrutura existente, reconhecido como sítio histórico e cultural, normalmente protegido legalmente.

3.2.5.2 – OBJETIVO

Assumindo-se que a Interpretação e Apresentação são partes do processo global de conservação e gestão do Património Cultural, esta Carta estabelece sete princípios fundamentais, em que a Interpretação e Apresentação dos Sítios do Património Cultural se devem basear por qualquer meio ou forma que se considerar mais apropriado de acordo com as circunstâncias.

Princípio 1 – Acesso e compreensão: A interpretação e a apresentação devem ser eficazes e interagir com a experiência pessoal, incrementar o respeito e o conhecimento do público e comunicar a importância da conservação do património cultural.

Devem realizar-se todos os esforços para comunicar o valor do sítio patrimonial e o seu significado a todos os públicos

Deve ter-se em conta a diversidade de idiomas dos visitantes e das comunidades associadas na infraestrutura interpretativa.

As atividades de interpretação e apresentação devem ser fisicamente acessíveis ao público, em toda a sua variedade.

Princípio 2 – Fontes de informação: A interpretação e apresentação deve basear-se em evidências obtidas a partir de métodos científicos aceites, bem assim como através das tradições culturais vivas.

A interpretação deve mostrar o conjunto da informação existente, oral e escrita, baseada em evidências materiais, tradições e significados atribuídos ao sítio patrimonial.

As fontes de informação devem ser documentadas, arquivadas e torná-las acessíveis ao público.

A interpretação deve basear-se em investigações bem documentadas do tipo multidisciplinar do sítio patrimonial e sua envolvente.

As reconstruções visuais, que sejam realizadas por artistas, arquitetos ou desenhadas por computador devem basear-se numa análise detalhada e sistemática de dados do meio ambiente, arqueológicos, arquitetónicos e históricos, incluindo o estudo das fontes escritas, orais e iconográficas assim como da fotografia.

Princípio 3- Contexto e envolvente: A interpretação e apresentação do Património Cultural deve realizar-se tendo em atenção a sua envolvente e contexto social, cultural e histórico mais amplo.



Fig. 37 – Castelo de S. Jorge
Lisboa
Centro Histórico

A interpretação deve explorar a importância de um Sítio nas suas múltiplas facetas e contextos, histórico, político, espiritual e artístico.

Deve considerar todos os aspetos importantes e os valores culturais, sociais e meio ambiental do sítio.

A paisagem circundante, o ambiente natural e a localização geográfica são partes integrantes da relevância histórica e cultural de um sítio e como tal, devem ser consideradas na sua interpretação.

Os elementos intangíveis de um sítio patrimonial tais como as tradições culturais e espirituais, a história, a música, a dança, o teatro, a literatura, as artes visuais, os costumes locais e o legado culinário devem ser considerados na sua interpretação.

Princípio 4 – Autenticidade: A interpretação e apresentação dos sítios do património cultural deve respeitar os princípios básicos de Autenticidade pela observância do espírito do Documento de NARA (1994).

A Autenticidade é uma questão relacionada com as comunidades humanas, bem assim como com as suas evidências materiais. O design dos programas de interpretação deve respeitar as funções sociais tradicionais do lugar, as práticas culturais e a dignidade dos residentes locais e comunidades associadas.

Todas as infraestruturas interpretativas visíveis (como pontos de informação, anúncios e painéis de informação) devem ser sensíveis ao carácter, situação e relevância cultural e natural do lugar, além de serem facilmente identificáveis.

Os concertos, as representações teatrais e outros programas interpretativos no sítio devem ser planificados cuidadosamente por forma a proteger o ambiente e envolvente do lugar, minimizando-se os inconvenientes aos residentes locais.



Fig. 38 – Concerto Jean Michel Jarre
Pirâmides de Gizé – Egito
Uso do Património Cultural



Fig. 39 – Concerto Jean Michel Jarre
Pirâmides de Gizé - Egito



Princípio 5 – Sustentabilidade: O plano de interpretação para um sítio patrimonial deve ser sensível à sua envolvente natural e cultural e ter como objetivo a Sustentabilidade social, financeira e ambiental.

Fig. 40 – Palácio da Pena
Sintra
Paisagem Cultural

O desenvolvimento de programas de interpretação e apresentação devem ser uma parte integrante do processo geral de planificação e gestão dos sítios de património cultural.



Fig. 41 – Berlengas
Paisagem Natural

A interpretação e apresentação devem proporcionar um amplo espectro de objetivos de conservação, educacionais e culturais.

A interpretação e apresentação devem fazer parte integrante do processo de conservação, destacando-se a preocupação do público pelos problemas específicos da conservação

encontrados no sítio, e explicando-se os esforços realizados para proteger a integridade física e a Autenticidade do sítio.

Princípio 6 – Participação e inclusão: A interpretação e apresentação do Património Cultural tem de resultar de uma colaboração eficaz entre todos os profissionais do património, com a comunidade local associada, assim como de todos os agentes implicados.

Na formação dos programas de interpretação e apresentação devemos integrar a experiência multidisciplinar dos especialistas, membros da comunidade local, especialistas em conservação, autoridades governamentais, intérpretes e gestores do sítio patrimonial, operadores turísticos e outros profissionais.

Face à importância da propriedade intelectual e dos direitos culturais tradicionais no processo de interpretação e a utilização de diferentes meios (multimédia in situ, média digital e materiais impressos), a propriedade legal e o direito de utilização de imagens, textos e outros materiais deve ser discutida, clarificada e consentida no processo de planificação.



Fig. 42– Vestígios Romanos
Baixa Pombalina
Património Histórico

Princípio 7 – Investigação, formação e avaliação: A interpretação dos sítios património cultural é um processo progressivo e evolutivo de entendimento e explicação, que requer atividades contínuas de investigação, formação e avaliação.

A interpretação de um sítio património não se deve considerar finalizada com a colocação em funcionamento do equipamento ou serviços de interpretação específicos.

É importante continuar com a investigação por forma a ampliar o conhecimento e apreciação relevante do sítio patrimonial.

É necessário realizar um controlo permanente e uma avaliação contínua dos programas de interpretação e apresentação e o impacto físico no sítio, com base numa análise científica e nas reações do público.

Neste processo de avaliação contínua devemos incluir, tanto os visitantes, e membros da comunidade associada, assim como os profissionais do património.

Um dos objetivos fundamentais é a formação de profissionais qualificados em áreas especializadas de interpretação e apresentação do património tais como a criação de conteúdos, gestão e tecnologia, guias e educação.



Fig. 43 – Vestígios Romanos
Ammaia – Marvão
Património Histórico

Os programas de formação e cursos sobre os sítios devem desenvolver-se com o objetivo de profissionalizar o pessoal responsável pela gestão do sítio e da sua interpretação, assim como as comunidades locais associadas, de forma contínua, a fim de consolidar os conhecimentos adquiridos.

A cooperação internacional e o intercâmbio de experiências são essenciais para o desenvolvimento e manutenção de métodos e técnicas de interpretação standardizadas.

Com esta finalidade deve promover-se a organização de congressos internacionais, workshops e intercâmbios de profissionais, assim como encontros nacionais e regionais.

3.3 – CONCLUSÃO

Face ao exposto anteriormente verificamos pela discussão crescente relativamente à questão central, que o assunto é deveras pertinente na abordagem das operações de conservação e reabilitação do Património Histórico.

Devemos então questionar-nos, o que significa:

- Autenticidade na Conservação do Património?
- Quais os parâmetros dos critérios de Autenticidade a observar na Conservação de áreas Históricas?



Fig. 44 – Igreja do Menino Deus
Reabilitação de Pinturas
Valores de Autenticidade

Segundo Jokilehto (1994), a autenticidade define-se nos aspetos históricos, artísticos e culturais e é uma condição dos recursos do património determinante do Valor Universal Excecional do Património Mundial.

As considerações anteriores devem ser entendidas relativamente à forma estética, estrutural e funcional do bem em relação ao contexto físico, sócio-cultural, materiais aplicados, tecnologia e integridade associada.

Por outro lado, Stovel (1948-2012) refere que a melhor definição para a conservação do património é produzida por Feilden (1993), na medida em que admite como objetivo da conservação, a manutenção adequada do bem durante a vida útil do património cultural, protegendo-se obviamente desta forma o significado do valor histórico e artístico do bem e a sua Autenticidade.

Feilden entendia a este respeito que, devido à numerosa existência de bens património, não é possível verificar-se uma conservação adequada de todo este universo, havendo por conseguinte a necessidade de se hierarquizar o valor e significado do bem, no sentido de se dimensionar a intervenção de conservação, na perspetiva da salvaguarda da Autenticidade do mesmo na sua transmissão às gerações futuras.

Dá a sua proposta para uma manutenção continuada sobre o património cultural definido com valor histórico e artístico, focalizando-se os meios técnicos e financeiros disponíveis.

Compreende-se este pensamento, porque os recursos económicos e financeiros, são cada vez mais escassos, e onde começam a faltar é precisamente nos bens culturais.

Por conseguinte, a forma sustentável de se manter o património detentor de valores culturais, históricos, sociais com significado e Valor Universal Excecional de determinada comunidade ou País deve ser através da seleção dos bens representativos desses valores, preservando-se a sua integridade e autenticidade.



Fig. 45 – Convento de Cristo
Tomar
Património Cultural

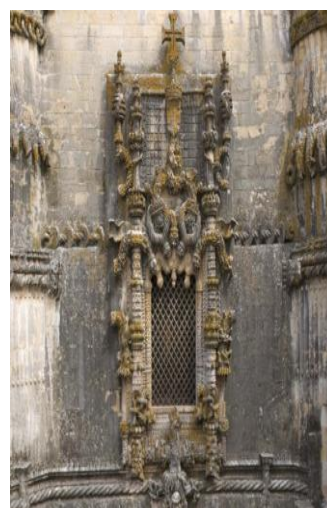


Fig. 46 – Janela Manuelina
Convento de Cristo
Tomar

As Cartas e Declarações sobre Autenticidade mencionadas, dão-nos a dimensão do estado actual do pensamento teórico coletivo sobre a temática da Preservação e Conservação do Património.

Devem ser entendidas como o resultado e síntese de prévias discussões dos especialistas nas várias vertentes do conhecimento sobre os valores de Autenticidade do património material e imaterial.

A importância das Cartas e Convenções reside na expressão consensual da comunidade científica relativamente a conceitos e métodos de intervenção no património, em particular no que diz respeito ao conceito de Autenticidade.

CAPÍTULO IV – CONCEITOS

4.1 – INTRODUÇÃO

Determinada a importância das Cartas e Convenções para o estudo e análise do Valor de Autenticidade, cumpre agora falar sobre os Tratados e os Investigadores do Património, referenciando naturalmente o seu contributo relativamente à questão dos valores e significados de Autenticidade no contexto holístico da Conservação e Preservação dos Monumentos e Sítios.

Desenvolvemos então seguidamente um referencial cronológico dos autores investigadores mais influentes no domínio do estudo e análise do património, cujos Tratados enriqueceram o conhecimento actual sobre a matéria.

Devemos realçar neste capítulo o Arquitecto e Arqueólogo Português Possidónio da Silva (1806-1896), investigador reconhecido na sua época pelo trabalho desenvolvido em prol da defesa do património Nacional, aliando a teoria à prática profissional.

4.2 – OS INVESTIGADORES E OS TRATADOS

Relativamente à definição dos conceitos sobre a Conservação, Restauro, Autenticidade e Integridade do património histórico cultural, é realmente indispensável uma referência aos tratadistas que estiveram na origem e desenvolvimento teórico destas matérias, no sentido de contextualizar a evolução histórica e científica do conhecimento sobre o valor intrínseco do património, representativo da identidade cultural de uma comunidade ou Nação, caminho este iniciado com a Revolução Francesa.

De qualquer forma vamos começar por referir Giovanni Battista Piranesi (1720- 1778), Arquitecto, investigador dos monumentos de Roma, faz o levantamento do património, desenhando-o, com a designação “ da poética da ruína à visão ideal”, que mais tarde deu origem à obra “As antiguidades romanas do tempo dos primeiros Imperadores”.

Em França, Ludovico Vitet (1802-1873), defendia o testemunho da Autenticidade Histórica, entendia a este respeito, que restaurar não é inovar, ainda que a intenção seja completar ou embelezar o monumento a intervencionar.

Lamentava ainda, que o restauro considerado como mal menor numa intervenção, tornava o mesmo numa triste realidade.

Em Portugal e por esta época, temos também um especialista e teórico nesta matéria do património, na pessoa do Arquiteto e Arqueólogo Possidónio da Silva (1806-1896), fundador da atual Associação dos Arqueólogos Portugueses, com intervenções de relevo no Património Histórico Nacional.

Arquiteto Real, autor do livro “Noções Elementares da Archeologia (1878)”, como a súpula da sua experiência e metodologia de intervenção no património, nomeadamente arqueológico.

Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), Arquiteto, foi um dos primeiros teóricos do restauro e conservação, com uma ligação muito grande ao Gótico, que transparecia nas suas obras de reabilitação de monumentos.

Foi autor de uma obra de referência “ Dicionário da Arquitetura Francesa do séc. XI ao séc. XVI”.

Intervém no restauro baseado na análise histórica, desenvolvendo depois uma intervenção estilística integral em todo o monumento.

Seu contemporâneo e opositor teórico, John Ruskin (1819-1900) defende a conservação, ao restauro que acreditava ser uma mentira.

O seu carácter teórico vinculava-se ao Romantismo.

Acredita no significado histórico da habitação modesta, atribuindo-lhe o mesmo valor que uma obra erudita, pois a sua conceção e construção representa a expressão evolutiva do povo, através da verdade e autenticidade dos materiais.

Inspira a criação do Movimento dos Arts and Crafts.

Desenvolveu os princípios da conservação do património na obra “ As Sete Lâmpadas da Arquitetura”.

William Morris (1834-1896), seguidor do pensamento de Ruskin é fundador do Movimento Arts and Crafts, concebendo igualmente o monumento como um organismo

vivo, o qual envelhece e finalmente morre, considerando então o restauro como uma intromissão e alteração da Autenticidade do património.

Camilo Boito (1836-1914), defende o restauro científico, através de oito aspetos fundamentais.

É autor da obra de Arquitetura sobre conservação do património “Conservar ou Restaurar”.

Em seu entender qualquer intervenção deve ser clara e visivelmente assinalada.

Alois Riegl (1858-1905), teórico da Arquitetura, entre outros escreveu a obra “O Culto Moderno dos Monumentos”, desenvolvendo a temática sobre as questões da conservação dos monumentos, nomeadamente sobre a prática e as tomadas de decisão acerca das intervenções no património.

O autor antecipa a contribuição teórica de Cesare Brandi no que ficou conhecido pelo restauro crítico.

Gustavo Giovannoni (1873-1947), Arquiteto, Urbanista, introduz o conceito “L’Urbanisme face aux villes anciennes”, obra que define o princípio fundamental de intervenção e restauro em Itália no séc. XX.

Pode ser entendido como o precursor do Restauro Científico iniciado por Camilo Boito.

Para Giovannoni o restauro não pode servir para tratar aspetos estéticos, mas sim para resolver problemas reais, profundos, do património, tornando-se efetivamente necessário a recolha e estudo de todas as fontes de informação sobre o bem património a intervir.

Camilo Sitte (1843-1903), Arquiteto com mérito reconhecido sobre Teorias de Urbanismo, nomeadamente através da obra “Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos”, desenvolvendo uma análise urbanística formalmente estética.

Cesare Brandi (1906-1988), Crítico de Arte e Historiador, teórico de conservação e restauro de património, foi aliás o primeiro diretor do Instituto Superior de Conservação e Restauro de Roma em 1939.

Quanto a intervenções no património, na sua opinião entende que só se deve restaurar a matéria da obra de arte.

A sua obra teórica mais importante é “A Teoria do Restauro” de 1963.

Bernard Feilden (1919-2008), Arquiteto, teórico de conservação do património, diretor do ICCROM (1977), foi um dos redatores do Guia de Gestão dos Sítios Património Cultural Mundial (ICCROM, 1993).

A sua filosofia sobre as intervenções no património, reside no facto de se dever sempre respeitar os aspetos estéticos, históricos e a integridade física e cultural da propriedade, na prossecução da preservação da Autenticidade.

Jukka Jokilehto (1938-), foi juntamente com B. Feilden coautor do Guia de Gestão dos Sítios Património Cultural Mundial (ICCROM, 1993).

Teórico de conservação e restauro do património com vasta obra publicada sobre o assunto, e corelator do Documento de Nara sobre Autenticidade (1994).

Como síntese podemos concluir que o conceito de Autenticidade se torna extremamente relevante no séc. XX, na medida em que reverencia e enaltece o significado singular do objeto cultural, obra única representativa da tradição e estado evolutivo de uma época, por oposição precisamente à produção em massa iniciada com a revolução industrial, e em constante evolução do ponto de vista tecnológico.

4.3 – CONSERVAÇÃO

Segundo Salvador Viñas, a preocupação com a metodologia a aplicar na conservação do património histórico considerando-se a Autenticidade do mesmo já vem do séc. XVIII, quando Pietro Eduwards em 1777 escreveu Capitulato, indicando um conjunto de normas a respeitar nas operações de restauro e conservação.

Estas regras ou normas ainda hoje são consideradas essenciais para a preservação da integridade e autenticidade do património intervencionado, como seja por exemplo a necessidade de utilização de produtos não corrosivos na renovação e/ou tratamento de

pinturas antigas, e a obrigação da nova pintura ou reparação não exceder a área da lacuna.³²

Devemos ainda referir que a solução mais adequada para a conservação do património passa pela sua utilização, admitido apenas quando a utilização for culturalmente sustentável e ecológica, conforme referido na Convenção do Património Mundial.

Na sequência destas preocupações compete aos Estados Parte certificarem-se que o património tem uma utilização sustentável e sem efeitos negativos, intrusivos e danosos relativamente ao seu Valor Universal Excecional, nomeadamente no que diz respeito à integridade e Autenticidade do bem.³³

Admite-se mesmo a interdição da utilização humana de certos espaços ou bens património, como medida preventiva para a sua preservação.³⁴

Segundo A. Herculano e relativamente ao tema da conservação do património arquitetónico, afirma nos Opúsculos I, que no último século se discutia muito acerca da decadência da arquitetura, mas tal acontecia porque infelizmente os resultados do abandono e destruição eram bem patentes no bem património.

“Vê-se a arte na sua lenta agonia rodeada de curandeiros que se propõem sará-la, mas que a transfiguram, sem alcançarem qual é o achaque íntimo que a devora.



Fig. 47 – Igreja da Encarnação
Lisboa

Vemos acumular colunas a propósito de tudo e de nada, vemos gesso, ouro e talha.

Vemos converter os velhos monumentos em monstros de Horácio; enxertar a capela do séc. XVIII na parede da nave do séc. XIV, semelhante a um viveiro de cogumelos, nascidos entre as visgas húmidas das pedreiras, a favor da maior obscuridade das profundas arcadas.

Vemos igrejas, como a da Encarnação ou a dos Mártires, caiadas, polidas, alinhadas onde não

³² VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Elsevier Butterworth – Heinmann. Exford. 2005. pág. 2

³³ UNESCO-Comité do Património Mundial-Convenção do Património Mundial. *Utilização Sustentável*. 2005. pág. 46

³⁴ UNESCO-Comité do Património Mundial-Convenção do Património Mundial. *Utilização Sustentável*. 2005. pág. 46

mora um só pensamento de Deus”.³⁵

A arte entendeu-se assim por muito tempo, realizando-se restauros condizentes com modas passageiras.

Efetivamente a conservação do património não pode ser executada de qualquer modo, correndo-se o risco de desvirtuar o valor histórico intrínseco do mesmo, adulterando-se a sua realidade artística com mimetismos incoerentes.

Atendendo aos princípios formulados na “Carta de Atenas do Restauro”, nomeadamente:

- A necessidade de utilizar os monumentos respeitando-lhes o seu carácter.
- Conservar os monumentos antes de os restaurar.
- A necessidade de se efetuar um estudo aprofundado do edifício antes de qualquer intervenção, munindo-se de documentação de apoio.³⁶

Reiterados pela “Carta de Cracóvia 2000”, os princípios para a conservação e restauro do património construído, indica-nos que a correta conservação do património edificado deve ser sempre executada segundo detalhado projeto de restauro, incluindo estudos estruturais, análises gráficas, volumétricas, significado histórico e artístico e sócio-cultural, concluindo-se com a indicação de uma estratégia para a conservação do monumento a longo prazo.

O património cultural é identificado como património arquitetónico, urbano e paisagístico, associado à história e aos seus contextos sócio-culturais.

A Carta de Cracóvia, assinala ainda que o princípio fundamental, o objetivo primordial inerente à conservação do património histórico conforme descrito atrás, é o de manter a sua Autenticidade e integridade, nomeadamente os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, conforme a sua configuração original.

³⁵ HERCULANO, Alexandre. 1868. Opúsculos, Vol. I. Editorial Presença. Porto. Pág. 189 e 190. Conforme Carta a Latino Coelho, 1868

³⁶ ALHO, Carlos. CABRITA, António. 1987. Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitetónico Europeu – 1º Congresso do Património construído Luso no Mundo. LNEC. Lisboa

Novamente e com o objetivo de se respeitar a autenticidade do património, as técnicas assumidas para a conservação e proteção do objeto de arte devem estar intimamente vinculados aos materiais e tecnologias aplicadas no ato da sua construção original, e no respeito pelos seus autores.

Para o efeito devemos estimular o conhecimento e estudo dos materiais tradicionais e metodologias técnicas de intervenção.

Por outro lado e complementarmente devemos assumir uma cuidadosa manutenção do edificado histórico no contexto da sociedade contemporânea, mas sem nunca escamotear os resultados finais.



Autenticidade na Conservação do Património Histórico

A conservação do património cultural deve deste modo ser uma parte integrante dos processos de planificação e gestão da comunidade, e pode naturalmente contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social da comunidade.³⁷

A intervenção selecionada, mantendo-se a função original ou alterando-se o edificado para outra função, deve em qualquer situação, respeitar e assegurar a compatibilidade dos materiais e estruturas existentes, com os novos materiais a aplicar, e respeitar os valores arquitetónicos do bem.

Verificamos deste modo a existência de parâmetros rigorosos a observar, antes do início de qualquer intervenção em sítio ou monumento histórico.

O objetivo na conservação deve assentar basilarmente na manutenção da Autenticidade do património a intervencionar, promovendo-se assim a sua beleza e Valor Universal Excecional inalterado, apesar do tempo passado.

³⁷ Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património construído. Elísio Summavielle e José M. Silva Passos (Tradutores da versão oficial)

4.4 – RESTAURO

Giovannoni, relativamente a uma questão colocada sobre a eliminação das construções parasitas, acidentais ou supérfluas, inseridas aleatoriamente nas cidades, responde que a reabilitação dos bairros antigos se deve processar do interior para o exterior, procurando-se estabelecer nas habitações as condições ideais, tão próximas quanto possível das originais, já que a habitação tem a sua ordem, a sua lógica, a sua higiene e dignidade próprias.³⁸

Camilo Boito por seu lado insiste na exigência de se assinalar visível e claramente qualquer intervenção, para que o observador, não tenha a mais pequena dúvida quanto à autenticidade do bem.

No Sítio restaurado de Teotihuacan o espectador é subjugado pelo jogo poderoso dos volumes arquitetónicos sem ser iludido pelo estado inicial das ruínas.



Fig. 51 – Teotihuacan
México
Sítio Património



Fig. 52 – Teotihuacan – Alinhamento Solar
México
Sítio Património

A reconstituição histórica fantasista, onde não se assume o restauro torna-se num método negativo de valorização corrente. Exemplo: Canadá, Centro do Velho Quebec, figura na Lista do Património Mundial e foi objeto de um vasto projeto com objetivo nacionalista e turístico, lançado em 1960, conduziu à destruição de um conjunto de imóveis antigos para os reconstruir, sem base científica, ao estilo da arquitetura francesa do séc. XVIII.

Alemanha, reconstrução das cidades destruídas durante a guerra, aliada ao gosto tradicional das reconstituições históricas, conduziu à demolição de alguns centros antigos (Weiden na Baviera; Line nas margens do Reno).

³⁸ GIOVANNONI, Gustavo. *Dirameto=Cirurgia Conservatória. Vecchie Citta ed Edilizia Nuova*. Torino, Utet, 1931. Pág. 66



Fig. 53 – Centro do Velho Quebec
Canadá
Reconstituição Histórica



Fig. 54 – Centre Histórico
Weiden – Baviera
Reconstituição Histórica

Contemporâneo de Viollet-le-Duc e Ruskin, C. Boito tinha sobre a Conservação do Património um pensamento mais pragmático, conciliando os pontos de vista dos teóricos anteriores.

Para Boito fundamentalmente, o importante numa intervenção sobre o Património, consistia na exigência de se assinalar visível e claramente a lacuna intervencionada.

Chegou mesmo a criar uma “Carta do Restauro”, desenvolvida em oito pontos:

1. Sinalização de elementos novos e antigos do monumento.
2. Sinalização dos materiais novos sobre os antigos.
3. Demolição de elementos decorativos com materiais modernos a imitar antigos.
4. Exposição e arquivo de materiais antigos removidos do monumento.
5. Inscrição de data ou simbologia nos novos materiais aplicados no monumento.
6. Memorando descritivo pormenorizado da intervenção no monumento.
7. Registo gráfico e fotográfico de todas as fases da intervenção.
8. Interação visual do trabalho realizado no monumento.

A principal preocupação de Boito com os requisitos anteriores residia na questão de se manter a Autenticidade na medida da identificação direta e imediata dos materiais originais, não renegando a aplicação de técnicas e materiais modernos quando e onde necessário para a preservação do bem património.

Viollet-Le-Duc, considerado como o primeiro teórico contemporâneo de Ruskin, em matéria da conservação do património histórico, definiu na sua obra “Dictionnaire Rassonné de l’Architecture Française” o conceito de RESTAURO.

«Restaurar um edifício não significa repará-lo, nem reconstruí-lo ou conservá-lo, significa sim reabilitá-lo a um perfeito estado, como jamais existiu em nenhum dado momento» (1866)

Viollet-le-Duc, concebia o restauro como o modo de beneficiar e engrandecer o edifício histórico através da incorporação de materiais e técnicas contemporâneas aplicadas no âmbito da imagética estética do objeto patrimonial intervencionado, em conformidade com a conceptualização histórica que atribuía ao património em questão.

As suas intervenções de restauro conjugavam sempre os elementos conceptuais históricos com alterações criativas, que segundo o autor melhorava estética e estruturalmente o monumento.

Por exemplo na sua intervenção sobre NOTRE DAME, criou uma terceira torre, e as inúmeras gárgulas grotescas existentes no edifício são igualmente da sua autoria.

Por outro lado, Ruskin, sustenta a sua teoria em conceitos diametralmente opostos ao teórico francês.

Entendia que a arquitetura faz a história da sua época, devendo por isso ser conservada.

Escreveu os seus princípios numa obra intitulada “As Sete Lâmpadas da Arquitetura”.

Em sua opinião qualquer restauro é uma mentira incorporada no património histórico, porque altera a sua Autenticidade.

De acordo com Ruskin, o património histórico para manter a sua integridade e Autenticidade Histórica, é intocável, não sendo admissível nenhuma recuperação.

Não aceita por isso qualquer intervenção, por mais pequena que seja, pois tal como o corpo humano o património é finito, considerando a própria ruína expressão representativa da Autenticidade do monumento.

Em nosso entender no entanto, na análise de uma intervenção no património, devemos ser pragmáticos, não podemos ser dogmáticos nem intransigentes, temos de saber usar o

bom senso comum, saber observar e avaliar outras opiniões relativamente à melhor solução para um problema em concreto, de modo a determinar uma decisão sustentável, do ponto de vista da preservação do bem património na sua integridade e Autenticidade.

4.5 – INTEGRIDADE

De modo a avaliarmos de forma sustentável a Autenticidade intrínseca do património histórico, apoiamos a nossa análise no referente Integridade, na globalidade do elemento em estudo.

Integridade é por conseguinte um conceito intimamente ligado à Autenticidade do património histórico.

Verifica-se a sua importância, como um dos princípios básicos para avaliação do Valor Universal Excecional do património, e como tal, torna-se uma exigência do Comité do Património Mundial que, “Todos os bens propostos para inscrição na Lista do Património Mundial devem cumprir os critérios de Integridade “³⁹ (Decisão 20 COM IX. 13)



Fig. 55 – Mosteiro de Alcobaça
Património Mundial



Fig. 56 – Mosteiro de Alcobaça - interior

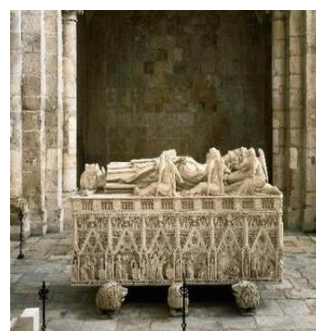


Fig. 57 – Túmulo de D. Pedro
Mosteiro de Alcobaça

A integridade é uma avaliação do carácter único da totalidade da propriedade património cultural e dos seus atributos.

O estudo das condições de integridade exige que se responda às seguintes questões:

- A propriedade património cultural possui todos os elementos necessários de forma a expressar o seu Valor Universal Excecional?
- Possui dimensão suficiente que permita a representação integral das características e processos portadores do significado do bem?

³⁹ UNESCO – Comité do Património Mundial., Convenção do Património Mundial. Conceito de Integridade. 2005. pág. 40.

- A propriedade património cultural é afetada por aspetos negativos decorrentes do desenvolvimento local ou por deficiente manutenção?
- O resultado desta análise deve ser evidenciado sob a forma de uma Declaração de Integridade.⁴⁰

Seguidamente e de forma objetiva o Comité do Património Mundial responde exemplificando os critérios a ponderar na apreciação da Integridade do património histórico a propor como Valor Universal Excecional.

No caso dos bens propostos para inscrição de acordo com os critérios (i) a (vi), o tecido físico do bem e/ou as suas características significativas devem encontrar-se em bom estado, e o impacte dos processos de deterioração deve estar controlado.



Fig. 58– Templo Romano
Évora
Património Mundial

Deve existir uma percentagem importante de elementos necessários à transmissão da totalidade dos valores que o bem representa.

As relações e as funções dinâmicas apresentadas nas paisagens culturais, cidades históricas ou outras propriedades vivas, essenciais ao seu carácter distinto, devem igualmente ser mantidas.

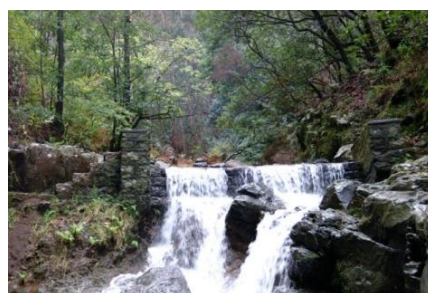


Fig. 59 – Floresta Laurissilva
Madeira
Paisagem Cultural

No caso dos bens propostos para inscrição de acordo com os critérios (vii) a (x), os processos biofísicos e as características terrestres devem estar relativamente intactos.

Reconhece-se, no entanto, que não há nenhuma zona totalmente intacta e que todas as áreas naturais se encontram num estado dinâmico e, em certa medida, implicam contactos com pessoas.

É frequente haver atividades humanas, nomeadamente de sociedades tradicionais e comunidades locais, em áreas naturais. Tais atividades podem estar em harmonia com o valor universal excecional da área se forem ecologicamente sustentáveis.

⁴⁰ UNESCO – Comité do Património Mundial., Convenção do Património Mundial. Conceito de Integridade. 2005. pág. 40 e 41.

Acresce que, no caso dos bens propostos para inscrição de acordo com os critérios (vii) a (x), foi definida uma condição de integridade correspondente a cada critério.

Os bens propostos de acordo com o critério (vii) devem ser de valor universal excecional e incluir zonas essenciais à manutenção da beleza do sítio, ou seja, um sítio a que uma queda de água confira valores estéticos satisfará as condições de integridade se incluir também a bacia que a alimenta e também áreas a montante que contribuam para a manutenção das qualidades estéticas do sítio.

Os bens propostos de acordo com o critério (viii) devem conter a totalidade ou a maior parte dos elementos conexos e interdependentes essenciais nas suas relações naturais nomeadamente, uma zona da «era glacial» satisfará as condições de integridade se compreender o campo de neve, o glaciário propriamente dito e também as formas típicas de erosão glaciária, depósitos e colonização vegetal (por exemplo estriamentos, morenas, primeiros estádios da sucessão das plantas, etc.); no caso dos vulcões, as séries magmáticas deverão estar completas e deve estar representada a totalidade ou a maior parte das variedades de rochas eruptivas e tipos de erupção.

Os bens propostos de acordo com o critério (ix) devem ser suficientemente extensos e conter os elementos necessários à ilustração dos principais aspetos dos processos essenciais à conservação a longo prazo dos ecossistemas e da diversidade biológica que contêm, considerando-se que, uma zona de floresta tropical húmida satisfará as condições de integridade se englobar um certo número de variações de altitude em relação ao nível do mar, modificações da topografia e dos tipos de solo, sistemas fluviais e parcelas de regeneração natural; do mesmo modo, um recife de coral deverá conter, por exemplo, bancos de algas, mangues ou outros ecossistemas contíguos.

Os bens propostos de acordo com o critério (x) devem ser os mais importantes para a diversidade biológica pois só os bens dotados de maior diversidade do ponto de vista biológico e/ou representativos são suscetíveis de satisfazer este critério.

Os bens devem conter habitats para a manutenção de um máximo de diversidade animal e vegetal característica das províncias e ecossistemas bio-geográficos em análise.

Por exemplo, uma savana tropical satisfará as condições de integridade se incluir um conjunto completo de herbívoros e de plantas que tenham passado por uma evolução conjunta; um ecossistema insular deverá oferecer habitats para a manutenção da sua diversidade biológica endémica; um bem que albergue espécies de grande envergadura deverá ser suficientemente grande para conter os habitats mais críticos, essenciais à sobrevivência das populações viáveis dessas espécies; numa área que abrigue espécies migratórias, os locais de reprodução e de nidificação sazonais e as rotas migratórias deverão ser protegidos de forma adequada, seja qual for a sua localização.

4.6 – AUTENTICIDADE

De acordo com o vinculado nas orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial, um dos critérios preponderantes na avaliação de um bem patrimonial a ser considerado com Valor Universal Excepcional, é a sua Autenticidade como bem patrimonial histórico.

Assim sendo os bens propostos para inscrição de acordo com os critérios (i) a (vi) devem satisfazer as condições de Autenticidade, sendo o Documento de Nara sobre Autenticidade, a fornecer a base prática para o exame de Autenticidade desses bens, conforme a seguir se resume.

- O valor de autenticidade atribuído ao património depende essencialmente do grau de credibilidade e veracidade atribuído às fontes de informação relativas à avaliação desse valor, e à nossa capacidade de compreensão e análise factual.

No contexto da análise das características originais do património cultural, do significado dos seus atributos, e posteriores alterações, a compreensão das fontes de informação passam a constituir as bases principais para a avaliação dos aspetos de Autenticidade.

- Consolidando o pensamento subjacente à temática da presente Tese, assumindo a diversidade cultural dos vários povos e comunidades, esta noção verifica-se igualmente nos atributos do conceito de Autenticidade, quando se admite que os valores atribuídos ao património cultural diferem de cultura para cultura, e eventualmente dentro de uma mesma cultura.

Exige-se desta forma no Documento de Nara, que a avaliação dos atributos de Autenticidade do património seja verificada no contexto cultural a que pertence, aceitando e respeitando os seus valores, como é desejável para todas as culturas.

- Aceita-se que os bens integrados no seu contexto cultural satisfazem condições de Autenticidade quando os valores culturais (conforme reconhecidos nos critérios propostos na inscrição), são expressos de modo verídico e credível através da diversidade de atributos, entre os quais:
 - *Forma e conceção;*
 - *Materiais e substância;*
 - *Uso e função;*
 - *Tradições, técnicas e sistemas de gestão;*
 - *Localização e enquadramento;*
 - *Língua e outras formas de património imaterial;*
 - *Espírito e sentimento;* e
 - *Outros fatores internos e externos.*

O enquadramento e síntese dos pontos anteriores permite-nos determinar as dimensões artística, histórica, social e científica específicas do património cultural.

Definem-se ainda como fontes de informação fidedignas, as fontes físicas, escritas, orais e figurativas que nos dão a conhecer a natureza, o significado e a história do património cultural.

Como as condições de autenticidade são uma exigência a respeitar na elaboração da proposta de inscrição de um bem, o Estado Parte, necessita de identificar todos os atributos significativos aplicáveis à Autenticidade.

A Declaração de Autenticidade deve assim saber avaliar o grau de Autenticidade presente ou expresso por cada um dos atributos significativos.



Fig. 60 – Coliseu de Roma
Itália
Património Histórico - Monumento

No que concerne à Autenticidade, a reconstrução de vestígios arqueológicos, monumentos, ou bairros históricos, só se justifica em circunstâncias excepcionais.

“A reconstrução só é aceitável se tiver por base uma documentação completa e pormenorizada, não se aceitando de modo nenhum processos baseados em conjecturas.”⁴¹

Já anteriormente a Carta de Veneza assinala que a unidade de estilo nunca deve constituir o objetivo a alcançar numa operação de restauro.

Devem sim ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção, mantendo-se a Autenticidade do património, porque o mesmo é dinâmico e evolutivo.

Quando o bem património cultural contiver estilos diferentes, em resultado de diversas campanhas de obras ao longo do tempo, não se justifica a remoção de partes do bem, a não ser exceionalmente, quando os elementos a remover tenham pouco interesse e quando aquilo que se pretende pôr a descoberto possua um relevante valor histórico, arqueológico ou estético, e o seu estado de conservação seja suficientemente aceitável para justificar a ação.

A apreciação do valor histórico, arqueológico ou estético dos referidos elementos e a decisão sobre as eventuais remoções a efetuar não devem no entanto de depender unicamente da opinião do responsável pelo restauro.

A Autenticidade é entendida como o testemunho de todo o tempo passado, é a essência histórica que passa através do monumento, do sítio histórico, é o fundamento das nossas raízes culturais materiais e imateriais.

Como tal, deve ser encarada igualmente como um valor dinâmico, porque em nosso entender, o Património Cultural deve ser conservado, mas com objetividade e transparência de processos, sem falsear as intervenções através de conjecturas, ou materiais modernos como imitação de antigo.

⁴¹ UNESCO – Comité do Património Mundial. Convenção do Património Mundial. Conceito de Autenticidade. 2005. pág. 38 a 40.

Para R. Lemaire existem dois tipos de autenticidade, uma autenticidade formal que focaliza a sua atenção sobre os aspetos artísticos das obras, a intenção de manter ou restabelecer a integridade conceptual do património intervencionado, e uma autenticidade histórica com recurso às fontes de informação autênticas, para melhor se compreenderem as exigências de autenticidade nas informações a recolher.

É importante o recurso ao valor histórico documental pois vai permitir-nos conhecer e perspetivar melhor a intervenção mais correta no património, vamos conhecer o autor e o contexto em que se realizou o património cultural.

Por conseguinte, na análise de autenticidade que realizamos a qualquer monumento, nunca devemos esquecer a razão da sua conceção e construção, que fundamentalmente nasce sempre da necessidade do proprietário, sendo a função o principal valor atribuído à obra construída.

O aspeto artístico sempre presente no património, acaba por ser um aspeto secundário no processo conceptual do mesmo, quer falemos sobre o palácio mais ricamente decorado ou trabalhado artisticamente, quer falemos da mais modesta habitação.

Assim, entende-se deste modo que o valor de autenticidade atribuído à manutenção da função do espaço do património histórico ao longo dos séculos, e às metodologias atribuídas à conservação desses espaços patrimoniais é um dado analítico importante, na medida em que nos permite qualificar e quantificar a autenticidade do património histórico tendo em atenção as alterações realizadas de conservação ou restauro tendentes a atualizar estes espaços às exigências de habitabilidade contemporânea, logo, considerando a adaptação das funções desses espaços e por conseguinte do monumento.

Veja-se os exemplos de monumentos e palácios da nobreza portuguesa adaptados a departamentos ministeriais, ou instituições bancárias, caso da Baixa Pombalina.

Até que ponto a autenticidade desses espaços persiste, tendo em atenção a função para que os mesmos foram criados e as alterações e adaptações a que foram sujeitos para as funções atualmente exercidas.

Em nosso entender a observação dos requisitos de Autenticidade referidos no Guia Operacional do Património Mundial, pretendem ser o garante de que determinada propriedade proposta a património cultural ou natural mantenha o seu carácter histórico

através dos materiais autênticos que o constituem e se mantêm inalterados ao longo da sua vida.

Bernd Von Droste e Ulf Bertilsson descrevem particularmente este conceito “... cada propriedade possui a sua própria autenticidade, ... devemos aceitar que o conceito de autenticidade abranja igualmente as diferentes expressões e manifestações culturais, monumental ou vernacular, constituídas não só em pedra, mas também em madeira, terra ou palha ou outros materiais.”

Este entendimento da Autenticidade permite alargar o conceito ao ambiente natural e social do local salvaguardando-se a cultura e o espírito do Sítio Património.

Outra sensibilidade importante na determinação de Autenticidade é a interpretação dos valores associados ao património, nomeadamente valores históricos, sociais, estéticos, de memória, de tradição, antropológicos.

Compreende-se que esta análise aos valores de Autenticidade deve ser efetivamente realizada aos materiais autênticos constituintes do Património, excluindo-se obviamente todos os falsos materiais integrados no objeto património cultural.

Como já anteriormente se inferiu, é absolutamente necessário, como primeira preocupação na avaliação do património histórico, determinar os valores de Autenticidade dos materiais intrínsecos do mesmo e a sua integridade.

Devemos sempre ter presente, que nenhum monumento antigo é totalmente autêntico, até chegar aos nossos dias, porque em determinado ponto da sua vida houve necessidade de ser intervencionado quer em obras de conservação ou restauro, quer por razões de estabilidade estrutural, ou adaptações a outras funções.

Por conseguinte os valores intrínsecos de Autenticidade sofrem alteração tendo em atenção as intervenções a que o Património está naturalmente sujeito durante a sua vida.

A Autenticidade é deste modo tantas vezes mais alterada quantas as vezes que o monumento é intervencionado.

R. Lemaire questiona então este conceito, perguntando afinal, a que valor se atribui mais importância.

Por outro lado são verdadeiros os valores de Autenticidade dos materiais claramente aplicados e expostos e que não falseiam a realidade histórica envolvente, pois refletem a Autenticidade material, evolutiva e científica da época a uma exigência estrutural ou artística.

Esta dualidade conceptual dos valores de Autenticidade aceita-se na medida em que, por um lado o monumento mantém a originalidade através da sua integridade material, mas por outro lado, podem existir várias Autenticidades correspondentes aos vários períodos de intervenções de conservação a que foi sujeito.

Recorda-nos a noção de restauro defendida por Ruskin que assumia a Autenticidade como a inviolabilidade do monumento, admitindo a ruína do património como um valor de Autenticidade em si mesmo.

Paradoxalmente Viollet-le-Duc defendia o oposto, considerando que a Autenticidade do monumento se mantinha com o restauro estilístico, imitando métodos dos criadores originais dos monumentos.

4.6.1 – ETIMOLOGIA

A Origem de “Autêntico”⁴²

A etimologia da palavra «Autêntico» deriva do grego “Autentikos” (eu, o mesmo).

Em latim a palavra relaciona-se com autor (o que transmite conhecimento, o iniciador, o conhecedor, o autor da informação, autoridade, procura da verdade).

É relacionada com autoridade (original, responsabilidade, apoio, poder, influência).

Autêntico é igualmente relacionado como exigência de respeito, de acordo com os factos, verdadeiro, corresponde ao original em oposição à cópia, é referente à fonte do autor, ou genuíno em oposição ao falsificado.

Ser autêntico, significa evento específico, descreve alguém ou alguma coisa agindo autonomamente sem depender de outros, possui autoridade e uma singular identidade na forma e substância, é criativo, irrepetível, único, excecional ou genuíno.

⁴² Oxford English Dictionary, OED2, Jokilehto, Jukka – Authenticity – A General Framework for the Concept, Nara Conference, 1994, pág 1 e seguinte.

O conceito de autêntico, no sentido da verdade, original ou sincero, é assinalado em vários contextos históricos.

Na Antiguidade, Plutarco refere-se à reparação do navio dos Argonautas em Atenas, e ao significado lamentável da destruição do material original.

Na Idade Média a trasladação das relíquias santas, exigia uma autenticação oficial da Igreja.

Na Pérsia, Omar Khayyam no séc. XII e Hafez no séc. XIV, expressam através de poemas a sua vivência com sinceridade e verdade.

Na Roma antiga Séc. II A.C. a cópia de artefactos artísticos fazia parte de rituais religiosos, resultando que edifícios públicos e Villas da aristocracia possuíam essas cópias.

Acontece que a partir do séc. XV, algumas destas cópias vieram à luz do dia através de escavações arqueológicas, dando igualmente início aos colecionadores modernos, da arte património histórico.

Neste contexto as próprias cópias são consideradas obras de arte originais históricas, com valor de Autenticidade.

A utilização da palavra Autêntico entrou no léxico Francês no séc. XIII a partir do Latim “autenticus”, significando original ou singular, e em Inglaterra no séc. XIV.

No séc. XVI, Shakespeare utilizou a palavra Autenticidade para significar “ausência de dissimulação, ou pretenso”.

Na última metade do séc. XVIII, sinceridade foi a questão chave para Diderot questionar as relações humanas em sociedade.

Em 1849, o significado de “Autêntico” foi definido como: O que é suficiente para si próprio, o que comanda, controla, é prova de si próprio, assume crédito e autoridade de si próprio.⁴³

⁴³ Fitzgerald, Whitaker's.1894. Dispute. DED 2. pág. 332.

Ser autêntico, por si só, não é um valor, deve sim ser entendido como a condição específica de um objeto ou monumento relativamente às suas qualidades intrínsecas.

O trabalho artístico ou monumento necessita de ser reconhecido neste contexto, e os valores relevantes definidos são o ponto de partida para a sua Autenticidade.

A Autenticidade não pode ser integrada no objeto, nem mistificada, apenas pode ser revelada quando efetivamente existe.

Relativamente às obras de arte e sua Autenticidade existe a tendência para se falar apenas em “forma” e “material”, e nas suas dimensões históricas e artísticas.

Estas dimensões representam um incremento no significado de avaliação dos recursos dos valores do património, no mundo multicultural atual.

4.6.2 – DIMENSÃO HISTÓRICA

O objetivo a perseguir durante o Classicismo e o Iluminismo era alcançar valores universais, tais como uma “ideia” ou um “ideal”.

Por outro lado, o historiador de arte alemão Johann Winckelmann, recomenda aos artistas para não observarem apenas a natureza, mas aprenderem com as antigas obras de arte, que considerava terem já atingido o ideal universal.

Insistia no estudo cuidadoso e atento do original antes de qualquer restauro, no sentido de se distinguirem anteriores intervenções e novas adições evitando-se erradas interpretações para futuros estudiosos ou observadores.

De algum modo, os seus métodos anteciparam os conceitos de restauro desenvolvidos no período do Romantismo.

Efectivamente foi durante este período que se desenvolveu uma nova definição da noção de Autenticidade, considerando-se um organismo globalmente independente, caracterizado pela pluralidade dos valores culturais que o constitui.

O indivíduo, como membro da sociedade, possui a responsabilidade particular da sua própria criatividade e Autenticidade.

Anteriormente a história era entendida como uma sequência de eventos orientados por Deus.

Agora, a história é entendida como uma realização da vontade humana.

Esta nova compreensão da história tornou-se no ponto chave do desenvolvimento da abordagem moderna à Autenticidade e conservação do património cultural.

Giovanni Battista Vico (1668-1744), reconhece que as culturas de diferentes idades e regiões do mundo possuem o seu próprio estilo e espírito orientador.

Tinha consciência da diversidade dos costumes e atitudes, confirmando assim um novo princípio para descrever a história cultural, como seja através da sua dimensão cultural e social.

4.6.3 – DIMENSÃO CULTURAL E SOCIAL

Hohann Gottfried Herder (1744-1803), continua a abordagem histórica, desenvolvendo ideias sobre o pluralismo e a identidade cultural das nações.

Para ele, o passado, o presente e o futuro juntos formam uma unidade, que inspira a humanidade a continuar os seus esforços criativos.

Diferentes culturas e sociedades não só possuem diferentes valores culturais, bem como alguns desses valores não podem ser dimensionados.

Herder acreditava que o folclore é a expressão mais simples, verdadeira e autêntica do povo se manifestar, revivendo tradições comunitárias e nacionais.

4.6.4 – PAISAGEM CULTURAL

No séc. XIX, a questão da Autenticidade expandiu-se através da poesia principalmente acerca da beleza natural da paisagem bucólica rural.

William Wordsworth (Inglaterra, 1810) publicou um guia onde via a paisagem como um todo poético, autêntico.

Tal paisagem formada primeiro que tudo pela natureza, com as suas montanhas, as suas cores de inverno, os seus vales, lagos e ribeiros, bosques, etc., era igualmente

constituída pelos seus habitantes, quintas pitorescas, parques e mansões, locais de oração.

Apesar de estar profundamente impressionado pela qualidade e autenticidade desta paisagem, expressou também o seu desagrado pelas alterações verificadas com a construção do caminho de ferro.

Estas descrições e poemas influenciaram John Ruskin, cuja primeira publicação foi um poema “On Skiddaw and Derwent Nater” após uma visita à paisagem atrás referida.

Mais tarde Ruskin, tornou-se um combatente ativo contra os restauros, e a favor da manutenção da autenticidade dos monumentos históricos.

4.6.5 – INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES

As tradições são o reflexo do significado do folclore e costumes, transmitidas ao longo das gerações através dos contos, da poesia, dos rituais religiosos ou profanos.

Estas fontes de informação são o registo de Autenticidade das tradições, que vai beber a sua originalidade ao passado histórico das comunidades e às suas raízes.

Jokilehto diz-nos que as tradições são uma moda revivalista de estilos históricos, como o romantismo e o historicismo do séc. XIX, traduzido nas reconstruções dos edifícios históricos.

Walter Benjamim (1892-1940) referido por J. Jokilehto, defendia que as tradições não representavam Autenticidade nem davam sentido à evolução social, uma vez que a Autenticidade de uma tradição não pode existir sem a tradição, alterando-se no entanto com o passar do tempo, considerando-se naturalmente que as culturas evoluem.

Nalgumas culturas o valor de autenticidade da transmissão oral é equivalente ao texto escrito de outras comunidades.

Este valor de Autenticidade e originalidade manifesta-se essencialmente na criação artística artesanal, onde na execução das obras se utilizam técnicas e metodologias tradicionais ancestrais.

Este conceito está bem patente nas intervenções de conservação do património religioso Japonês, onde o principal valor da autenticidade reside no conhecimento das técnicas artesanais de trabalhar fisicamente os materiais exatamente como os seus ancestrais.

Conceitos culturais são expressões e linguagens de comunicação com significado social específico de cada comunidade.

Heidegger (1889-1976) na sua obra “Origem da obra de arte”, define a essência da obra de arte como poesia, e a essência da poesia como o fundamento da verdade.

Quanto mais uma obra de arte se define, mais a sua verdade se realça e mais eloquente será a transmissão da sua singularidade.

A preservação da obra de arte ou monumento acontece quando as comunidades compreendem a sua verdade intrínseca.

Cesare Brandi⁴⁴ afirma que o restauro de uma obra de arte deve ter como objetivo principal o estabelecimento da sua unidade potencial, sem se produzir uma falsificação histórica ou artística e sem destruir fases significativas da sua história.

4.6.6 – AUTENTICIDADE RELATIVAMENTE A TRATAMENTO E RESTAURO

Walter Benjamin⁴⁵ ao analisar a relação da arte com a Autenticidade no passado, distingue a idade da tradição, a idade das coleções e a idade da reprodução mecânica.

Tradicionalmente os trabalhos eram realizados manualmente, sendo fundamental a presença do original para se atestar a autenticidade da obra executada.

A autenticidade era deste modo entendida como a continuidade da qualidade tradicional do objeto executado, mantendo-se a singularidade histórica do mesmo.

Quando a arte se tornou em objeto de colecionador a qualidade artística e única da obra de arte, retirou importância à continuidade cultural da mesma.

Com a revolução industrial, iniciou-se a disseminação da arte com possibilidade de execução da obra de arte, através de cópias em série, popularizou-se a arte.

⁴⁴ Brandi, C. 1963. Teoria do Restauro. Roma. pág. 31.

⁴⁵ Benjamin, W. 1979. The Work of art in the age of mechanical reproduction. in Illuminations. Fontana.

4.6.7 – RESTAURO NO PERÍODO ROMÂNTICO

Desde o séc. XVIII que se verifica o interesse na dimensão histórica da Autenticidade do material durante as intervenções de conservação nas obras de arte, ou património.

Jokilehto faz a relação temporal ligada às preocupações da Autenticidade na conservação do património através do trabalho de Giovanni Bellari, Johann Winckelmann e António Canova, responsáveis pelos monumentos de Roma nos finais do séc. XVIII e princípios do séc., XIX.

Com efeito foi nesta altura que se estabeleceram regras e legislação em vários países relativamente à conservação dos monumentos, dando-se especial atenção à Autenticidade do objeto histórico original a intervencionar.

Considera-se que as intervenções no património histórico devem ser realizadas com muito cuidado e atenção distinguindo-se claramente os materiais novos dos antigos, conforme estabelecido por Canova e Winckelmann.

Por outro lado John Ruskin e William Morris insistem na Autenticidade histórica como conceito inalterável para a preservação do património, admitindo que cada período histórico deixa as suas marcas distintas que torna único e autêntico o bem a analisar.

Riegl por seu lado determina “valor memorial” como um sentimento da recordação de eventos ou personalidades históricas através da mensagem que o monumento nos transmite.

Define igualmente “valor artístico relativo” pela forma artística da obra de arte e o seu valor relativamente ao tempo e à cultura.

Depreende-se do atrás exposto que qualquer intervenção de restauro na obra de arte, terá apenas como objetivo restabelecer a sua realidade autêntica excluindo-se a criação de falsos valores.

Riegl define ainda na avaliação do património, um outro valor, a que chama “valor da idade” ou de antiguidade.

Este conceito é baseado nos impactos visíveis resultantes do envelhecimento do património, e à ligação do fio condutor da linha temporal histórica essencial do património.

Por conseguinte o processo de conservação deve manter os vestígios do passado, realçando a autenticidade histórica da obra, nomeadamente as alterações, adições e/ou patina, representativas da passagem inexorável do tempo.

No séc. XIX, a avaliação dos valores do património não se limita apenas a aspetos estéticos como referido atrás.

É determinado um novo valor conceptual “Função”, englobando materiais, estruturas e técnicas de construção do património histórico.

Concebe-se desta forma que a definição de Autenticidade do património histórico tem necessariamente de levar em linha de conta na sua avaliação, aspetos estéticos e históricos e ainda aspetos estruturais, nomeadamente materiais e mão de obra, que nos remete para o criador, autor e construtor da obra de arte.

4.6.8 – AUTENTICIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O valor de Autenticidade torna-se um conceito extremamente relevante no início do séc. XX e último quartel do séc. XIX, na avaliação dos valores intrínsecos do Património Mundial, e em intervenções de conservação e restauro.

Na opinião de Walter Benjamim esta preocupação crescente com a Autenticidade das obras de arte prende-se com o desenvolvimento de novos métodos e tecnologias de produção em quantidade.

Deste modo o objeto artístico produzido em massa torna-se acessível a elevado número de pessoas, mas esta situação torna difícil a análise da autenticidade da obra de arte.

Todas as cópias são autênticos objetos artísticos, ou será apenas o original que serviu de modelo para as cópias?

Humberto Eco encontra uma resposta plausível a esta questão, entendendo que existem dois aspetos a considerar quanto ao valor da Autenticidade na situação da multiplicidade de cópias da obra de arte.

Um dos aspetos prende-se com a autoria artística do processo criativo que originalmente cria a obra, definindo a futura fruição e desenvolvimento reprodutivo, nomeadamente quanto à qualidade produtiva e número de exemplares.

Outro dos aspetos, está intimamente ligado ao prazer que a obra de arte pode transmitir a elevado número de pessoas representativas de diferentes universos sociais e culturais.

Neste sentido todas as cópias são consideradas reproduções “autênticas” porque fazem parte de determinado número de exemplares devidamente registados e assinados pelo autor, que desta forma transmite veracidade à obra reproduzida.

Este assunto relativamente à pluralidade da obra de arte, levanta outra problemática quanto à ética da conservação e restauro da arte moderna, arquitetura contemporânea, ou Património Industrial.

Deste modo a abordagem à avaliação das intervenções no Património contemporâneo, continua a passar necessariamente pela observação de valores de Autenticidade.

A questão centra-se novamente na definição dos valores de Autenticidade, sendo estes a base teórica para uma adequada intervenção na reabilitação ou conservação da obra de arte.

4.6.9 – MUSEUS E SÍTIOS HISTÓRICOS VIVOS

As intervenções nos monumentos históricos baseadas na criação de cenários para agradar os visitantes, inviabiliza e degrada muitas vezes a preservação da sua Autenticidade, refletindo-se obviamente também na vida social e cultural da comunidade.

Existe atualmente a tendência para alterar a função de edifícios históricos, transformando-os em museus, ou em peças de museu.

Esta modificação, por si só, ao alterar o uso, vai alterar a Autenticidade cultural do edificado ou sítio património.

De qualquer forma, e desde que a intervenção da alteração da função e uso dos espaços tenha um carácter reversível, o simples facto da sua utilização e fruição já induz

sentimentos e necessidades relativamente à sua conservação sustentável, e à manutenção da sua Autenticidade.

De facto a conservação e salvaguarda dos monumentos, não aceita que os mesmos sejam apenas objetos estáticos de contemplação, antes pelo contrário, a gestão e conservação dos monumentos, deve ser dinâmica no sentido de agilizar recursos para a manutenção e conservação eficaz do património em causa, mantendo a integridade e Autenticidade do mesmo para futuras gerações.

4.7 – CONCLUSÃO

No final, podemos aceitar que a Autenticidade é a afirmação da verdade em oposição a falso é a pureza do original em oposição à cópia, podemos igualmente assumir Autenticidade como um valor absoluto, mas determinado por um conjunto de critérios através dos quais não seja possível contestar este valor, sendo isto verdade, tendo em consideração determinada cultura ou comunidade, inserida no seu contexto cultural particular, consideramos assim oportuna a nossa proposta de Critérios de Autenticidade para o Património Nacional.

Devemos então aceitar os valores reais de Autenticidade, naturalmente distintos de cada comunidade ou cultura, através da sua história, crenças, ideais, valores tangíveis e intangíveis que formam o Património Histórico Cultural ou Natural.

Atendendo que a Convenção do Património Mundial baseou os seus princípios na Carta de Veneza (1964), o Documento de Nara contextualizou igualmente o conteúdo conceptual de Autenticidade na referida Carta.

Significa isto o quê? Que o conceito de Autenticidade está desde sempre presente nas preocupações dos estudiosos e intervenientes nas operações de Conservação e Restauro do Património Histórico Cultural.

Senão vejamos, logo no Preâmbulo da Carta de Veneza se afirma, que os monumentos históricos resistem até aos nossos dias como portadores e transmissores das tradições e sentimentos das gerações do passado, tornando actualmente os povos mais conscientes dos valores culturais, assumindo a sua evolução comunitária como o reflexo das suas raízes ancestrais, com códigos próprios, tradições, sentimentos comuns.

Associados aos valores humanos permite-nos aceitar e valorizar os monumentos antigos como património comum.

Imbuídos deste espírito reconhece-se a responsabilidade coletiva de preservar para as gerações futuras o património cultural que recebemos dos nossos antepassados.

Na verdade admite-se a obrigatoriedade dos povos preservarem os monumentos com toda a riqueza da sua Autenticidade.

A conceptualização de se manter toda a riqueza de Autenticidade do património é muito mais abrangente do que a simples e direta análise material do monumento, podemos dizer que ultrapassa os valores previstos no teste de Autenticidade preconizado pela Convenção do Património Mundial, pois através das Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, datadas de 2010, os critérios são já mais assertivos, incluindo:

- *Forma e conceção;*
- *Materiais e substâncias;*
- *Uso e função;*
- *Tradições, técnicas e sistemas de gestão;*
- *Localização e enquadramento;*
- *Língua e outras formas de património material;*
- *Espírito e sentimentos.*

A diferença em relação ao teste de Autenticidade, é que estes critérios contemplam não só conceitos nacionais, materiais, mas igualmente conceitos imateriais, tais como tradições, língua, espírito e sentimentos do sítio património.

Esta forma de pensamento permite nivelar cientificamente o estudo do Património Histórico, quer se trate de monumentos arquitetónicos, sítios, paisagens, centros históricos, segundo princípios comuns de investigação, equilibrados e credíveis.

A Autenticidade do Património Histórico não pode ser avaliada apenas pela sua materialização física formal, mas também pela sua história intrínseca, pelas recordações que transmite e que globalmente representam os valores materiais e imateriais do monumento, associados a determinada Sociedade ou Cultura.

Os monumentos culturais religiosos do Japão são disto exemplo, uma vez que a sua Autenticidade é essencialmente transmitida através de valores espirituais, sociais, de tradição, porque o monumento arquitetónico em si é desmontado e construído a cada 20 anos, materialmente apenas conservam a Autenticidade das metodologias e técnicas construtivas ancestrais, porque os materiais utilizados, apesar de serem iguais aos existentes, são atuais, novos.

De qualquer modo, culturalmente, no contexto do Património Histórico Japonês, estes monumentos mantêm a sua Autenticidade através das gerações.

Podemos então aceitar que a conservação dos monumentos históricos está ligada a mensagens de costumes e tradições de culturas específicas que obviamente evidenciam a riqueza da Autenticidade do monumento em questão.

Logo os valores de Autenticidade do património são credíveis para estas comunidades singulares.

Michael Petzet relativamente à Autenticidade diz-nos que o verdadeiro princípio a observar quanto à conservação do monumento, significa simplesmente cuidar, preservar, manter o monumento, não falsificar, danificar, e muito menos destruir.

E por outro lado, quando as intervenções no património são mesmo inevitáveis para a sua conservação, então elas, no mínimo, devem ser mesmo realizadas mas de forma sustentável e reversível.

Quanto à ligação existente com o conceito de Autenticidade, resume-se ao facto da reversibilidade permitir alterar e desfazer qualquer tipo de intervenção oportunamente realizada, sem contudo alterar as condições de Autenticidade existentes e previamente determinadas.⁴⁶

⁴⁶ PETZET, Michael- 1994. In the Full Richness of their Authenticity-The Test of Authenticity, and the New Cult of Monuments. Nara Conference. Japão. Pág.10 e 11

O autor apresenta-nos o exemplo da Arquitetura da Terra do Norte de África, onde efetivamente se preserva a Autenticidade do edificado através da recolocação cíclica dos materiais, executada há séculos através de práticas artesanais e segundo tradições ancestrais.

A Autenticidade do património é nestas situações e culturas particulares a atividade artesanal desenvolvida na conservação e manutenção do património, observando-se técnicas e padrões originais, incluindo-se nestas metodologias princípios religiosos e espirituais.

Apesar destas singularidades, Jukka Jokilehto transmite uma perspetiva formal historicista num contexto multicultural relativamente à Autenticidade do Património Mundial.

No entanto em nosso entender o conceito de Autenticidade não implica nenhum tipo de aculturação, face à natural diversidade cultural e tradicional das sociedades, é apenas um guia orientador.

CAPÍTULO V – CONTEXTO CARATERIZADOR

5.1 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Verificando-se a necessidade da proteção do património cultural representativo da evolução da Humanidade em toda a sua diversidade, é instituída pela UNESCO a Convenção do Património Mundial (1972).

A Convenção redige então um articulado baseado na Carta de Veneza (1964), com carácter legal subscrito pelos Estados Parte, no sentido da uniformização de conceitos e atitudes relativamente às intervenções mais adequadas sobre o património, de uma forma responsável e esclarecida.

Por conseguinte é essencial o conhecimento holístico dos conceitos e critérios subjacentes ao património uma vez que influenciam tomadas de decisão sobre a sua Conservação e Preservação.

É fundamental que os princípios inerentes à conservação e restauro dos monumentos assente num consenso alargado a várias entidades e especialistas, definidos numa dimensão internacional.

No entanto cada nação será responsável pela planificação e aplicação dos princípios aprovados internacionalmente, na sua própria cultura e tradição, não significando isto qualquer tipo de aculturação, mas somente um guia orientativo para as intervenções no património.

Do extenso número de evidências materiais e valores intangíveis dos povos e civilizações passados, que ainda perduram, a escolha do que preservar e como preservar devem ser desenvolvidos pela comunidade.

Representam a visão de cada geração acerca do que é significativo, que é importante, e o porquê dos materiais que perduram do passado, deverem passar às gerações vindouras.

Perseguindo este objectivo desenvolvemos o presente Capítulo, procurando evidenciar os conceitos e critérios definidores do Valor de Autenticidade do Património Cultural, numa perspetiva legalista e regulamentar, conforme inscrito no texto da Convenção do Património Mundial, apoiado nas conclusões das variadas Reuniões de Especialistas

realizadas para debater este assunto e as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do património Mundial.

5.1.1 – UNESCO: CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Os conceitos de património, são formalmente definidos na Carta de Atenas (1931), tendo vindo desde então a sofrer algumas alterações em termos de contexto e análise em conformidade com uma evolução natural mais dinâmica e focada em determinadas áreas científicas, nomeadamente: Património Cultural; Património Natural; Património Misto Cultural e Natural; Paisagem Cultural e Valor Universal Excecional do Património.

5.1.1.1 – ARTIGO 1º – PATRIMÓNIO CULTURAL

Património Cultural deve ser entendido como o universo de todos os bens com significado e valor material e imaterial relevante para a identidade histórica e cultural de um povo.

Para fins da presente Convenção são considerados como património cultural:

- Os monumentos, através das obras de arquitetura, de arte monumentais, estruturas arqueológicas incluindo-se obviamente as grutas, inscrições ou pinturas rupestres, e que na sua avaliação global possuem Valor Universal Excecional do ponto de vista da arte, da história ou da ciência.



Fig. 61 – Palácio de Versailles
França
Património Cultural

- Os sítios ou locais de interesse, são caracterizados pelas realizações e obras do homem, ou obras conjuntas do homem e da natureza, e portadores de Valor Universal Excecional, do ponto de vista antropológico, histórico, estético ou etnológico.⁴⁷

⁴⁷ UNESCO – Comité do Património Mundial, Conservação do Património Mundial, Definição do Património Mundial. 2005.Artigo 1º. pág. 30.

5.1.1.2 – ARTIGO 2º – PATRIMÓNIO NATURAL

Património Natural deve ser entendido pela biodiversidade da natureza num determinado local, constatando-se a sua evolução e preservação íntegra ao longo do tempo.

Representa uma reserva de biosfera com uma raiz biológica claramente determinada.

Para fins da presente Convenção são considerados como património natural:

- Os monumentos naturais, designados pelas suas formações físicas e biológicas ou ainda por conjuntos das formações atrás referidas mas portadores de Valor Universal Excecional, quer do ponto de vista estético como do ponto de vista científico.
- As formações geológicas e fisiológicas, e as áreas limitadas aos habitats de espécies animais de Valor Universal Excecional do ponto de vista da ciência e da conservação da natureza.
- Zonas naturais, estritamente limitadas portadoras de Valor Universal Excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.⁴⁸



5.1.2 – PATRIMÓNIO MISTO CULTURAL E NATURAL

O Património Misto Cultural e Natural foi definido nos EUA em Washington (1965) numa Conferência na Casa Branca, no sentido de incentivar a cooperação internacional a proteger efetivamente excecionais áreas naturais, paisagísticas e sítios históricos para o presente e futuro da Humanidade.

Esta Conferência foi o despoletar para a realização pela UNESCO em 1972 da criação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural.

⁴⁸ UNESCO – Comité do Património Mundial, Conservação do Património Mundial, Definição do Património Mundial. 2005. Artigo 2º. pág. 30e31.

São considerados “Património misto cultural e natural” os bens que respondem a uma parte ou à totalidade das definições de património cultural e natural que constam dos artigos 1º e 2º da Convenção do Património Mundial.⁴⁹



Fig. 63 – Kakadu
Austrália
Paisagem Natural

5.1.3 – PAISAGENS CULTURAIS

A Paisagem Cultural representa um ambiente físico imbuído de determinado significado, como o meio através do qual o homem atua culturalmente.

As paisagens naturais são bens culturais que representam as “obras conjugadas do homem e da natureza”, conforme é referido no artigo 1º da Convenção do Património Mundial.

Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.⁵⁰



Fig. 64– Vista da cidade de Salzburg
Áustria
Paisagem Cultural

⁴⁹ UNESCO – Comité do Património Mundial, Conservação do Património Mundial, Definição do Património Misto Cultural e Natural, 2005, pág. 31.

⁵⁰ UNESCO – Comité do Património Mundial. Conservação do Património Mundial. Definição de Paisagens Culturais. 2005. pág. 31.

5.1.4 – VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL

O Valor Universal Excecional é assegurado pela observância dos critérios que satisfazem os atributos que o bem património admite possuir, e vai permitir a inscrição do bem na Lista do Património Mundial.

O Valor Universal Excecional representa um valor cultural verdadeiramente excecional que ultrapassa as fronteiras nacionais, dotado de carácter inestimável para toda a humanidade.

Assim sendo, a proteção permanente deste património é da maior importância para toda a comunidade internacional.⁵¹



Fig. 65 – Amazônia
Brasil
Património Natural

No âmbito do Património Mundial é o Comité do Património Mundial que define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Património Mundial e autenticação do Valor Universal Excecional.

O Comité nas suas atribuições certifica que o bem proposto tem um Valor Universal Excecional, identificando os critérios segundo os quais o bem foi inscrito, incluindo as avaliações das condições de integridade e/ou de Autenticidade, e as medidas adequadas de proteção e de gestão a vigorar após a aprovação a Património Mundial do Património Cultural proposto, levando ao encontro de especialistas sobre a matéria.

5.1.5 – WORKSHOP INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS SOBRE INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE PAISAGENS CULTURAIS (11-12 DEZ. 2007 – ARANJUEZ – ESPANHA)

O encontro seguido de trabalhos prévios em sede do Guia Operacional “Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial”, e nomeadamente a indicação de “Exemplos de aplicação das condições de integridade das propriedades nomeadas sob os critérios (i) a (vi) em desenvolvimento” (2005, parágrafo 89) bem como as

⁵¹ UNESCO – Comité do Património Mundial. Conservação do Património Mundial. Definição de Valor Universal Excecional. 2005. pág. 31.

“sugestões de acompanhamento” no Apêndice 1 do Documento de Nara indicado no Anexo 4 do referido Guia Operacional.

Os participantes sugerem que as conclusões e recomendações seguintes sejam consideradas em futuras reflexões pelo Comité do Património Mundial.

5.1.5.1 – INTRODUÇÃO DA DISCUSSÃO

Os participantes reveem a utilização da Autenticidade e Integridade como condições de Valor Universal Excecional através de várias apresentações chave, case studies e discussões alargadas.



Fig. 66 – Centro Histórico de Varsóvia
Polónia
Reconstituição Histórica

Apresentam os principais estádios no desenvolvimento destes conceitos, através de grupos de especialistas em conferências internacionais (como Nara, Japão, 1994), bem como as discussões realizadas no Comité do Património Mundial.

A emergência de inscrições e definições sobre a paisagem cultural serve igualmente de base de trabalho do encontro.

A paisagem cultural é a interação entre as pessoas e o meio envolvente ao longo dos tempos, e é um dos conceitos fundamentais da Convenção do Património Mundial “como integrar o trabalho do homem e da natureza”.

As paisagens culturais ilustram a coexistência humana com a terra como foi realçado na Estratégia Global, mostram a abordagem entre o Património cultural e natural, relação importante em assuntos como a alteração climática.

Fazem ainda notar a demora no desenvolvimento dos textos específicos sobre Integridade e Autenticidade para integrar no Guia Operacional, “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial” e também no acompanhamento da implementação prática desde a Convenção do Património Mundial em 1972.



Fig. 67 – Santuário de Machu Pichu
Peru
Paisagem Cultural

Admite-se igualmente que a Integridade apenas é indicada para qualquer critério natural e nunca para critério cultural.

Concordam os participantes que a utilização atual dos conceitos Integridade e Autenticidade deve ser definida na aplicação como um critério específico; não estando claramente apreendidos os

processos nominativos da avaliação e revisão técnica, acompanhamento da gestão do sítio e monitorização de processos aprovados a Património Mundial.

Propõe-se que o critério de integridade do Património Cultural e Natural inscrito no Guia Operacional de 2005, “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial” seja a resposta aos grupos de especialistas, inclusive aos provenientes dos encontros sobre paisagem cultural, porquanto deixa de existir diferença conceptual entre o Património Natural e Cultural.



Fig. 68 – Douro Vinhateiro
Paisagem Cultural

Na medida em que o conceito de paisagem cultural integra agora os critérios de cultura e natureza, também a aplicação da noção de Autenticidade e Integridade deve ser totalmente incluída nos critérios do Património Cultural.

A inclusão da noção de Integridade no bem património cultural, e não exclusivamente no património natural como até então acontecia, acaba por implementar uma melhoria na relação das condições manifestadas de Integridade e Autenticidade, uma vez que se harmonizam os critérios de análise do Património Mundial, também se conclui não fazer sentido a divergência sectorial na avaliação da Integridade e Autenticidade quanto aos critérios do Património Mundial.

Compreende-se assim a razão porque os participantes enfatizam o facto da paisagem cultural exigir uma investigação e análise Internacionais para, de forma sustentada, identificar atributos, valores culturais e qualificar condições.

Podemos então dizer que o Valor Universal Excecional é definido em relação à análise dos critérios do Património Mundial, incluindo-se também valores de Integridade e Autenticidade, cuja importância se expressa através das Declarações respetivas de significado.

A Autenticidade e a Integridade só podem ser entendidas através dos atributos com significado atribuídos ao património, e são essencialmente, ferramentas ou utensílios que justificam o seu valor e a sua origem, nomeadamente valores imateriais intrínsecos à especificidade da propriedade do património cultural.

Atualmente, cada vez se torna mais importante a todos os níveis, o envolvimento da comunidade interagindo em todas as fases do processo de defesa e conservação do património.

A comunidade torna-se agora um objetivo estratégico do Comité Mundial, como a chave ideal para a gestão e monitorização da paisagem cultural.



Fig. 69 – Pintura “O Fado”
Alfredo Moraes
Património Imaterial

Autenticidade é um termo qualificativo que corresponde à essência e espírito da propriedade, é um atributo importante do processo dinâmico, especialmente durante o período de inscrição na Lista do Património Mundial.

No que respeita à noção de Integridade, os especialistas admitem que as condições de integridade são especificamente aplicadas na monitorização e gestão do Valor Universal Excecional da propriedade do Património Cultural Mundial.

Reconhecem que a Integridade está intimamente relacionada à dualidade singularidade/intocável e sustentabilidade das propriedades património, sendo estas as questões a discutir em próximos encontros.

Os participantes consideram igualmente importante a discussão do conceito dos limites das alterações aceitáveis na paisagem Cultural do Património Mundial relativamente à Autenticidade e à Integridade.

Os limites às alterações devem ser estabelecidos considerando-se a classificação do Valor Universal Excepcional, da Integridade bem como a sua Autenticidade, qualidades e atributos da propriedade Património Mundial.

5.1.5.2 – RECOMENDAÇÕES

Os participantes no workshop de Aranjuez recomendam:

Que este documento respeitante às paisagens culturais, autenticidade e integridade seja analisado pelo Comité do Património Mundial, em virtude da necessidade de desenvolver um mecanismo simplificado concebido para os Estados Parte no sentido de facilitar a preparação de Propostas para Valores Universais Excepcionais para propriedades Património Mundial incluindo a noção de Integridade e Autenticidade.

O formato deve obedecer aos parágrafos 78 a 155 do Guia Operacional, devendo naturalmente incluir os principais critérios de Autenticidade e/ou Integridade, proteção e gestão, reforçando esta intenção o Comité do Património Mundial exige as respetivas Declarações de Autenticidade e de Integridade.

5.1.6 – INTRODUÇÃO À GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS E PAISAGENS URBANAS HISTÓRICAS

5.1.6.1 – INTRODUÇÃO

Face ao atual crescimento populacional e a sua pressão sobre as áreas urbanas, aliado a tímidas políticas que apoiam o uso sustentável do património existente, essa pressão sobre os centros históricos continua também em crescendo, tornando muito difícil atualmente a conservação das paisagens urbanas.

A consequência imediata sobre a importante discussão relativamente aos impactos nocivos do desenvolvimento contemporâneo sobre as cidades e em particular sobre os centros históricos, habitados maioritariamente por uma população envelhecida, implica necessariamente um aumento do tempo disponível dos especialistas para discutir este assunto nas Sessões do Comité do Património Mundial, no seio das Cidades Património Mundial.

A pressão sobre o tecido urbano manifesta-se com o aumento do tráfego e turismo, aumento das construções e alterações funcionais.

Estas manifestações de desenvolvimento são determinantes para os impactos negativos no significado histórico-cultural dos sítios património mundial urbano, ou paisagem cultural urbana, interligados e complexos, uma vez que os núcleos históricos são a génese do crescimento evolutivo das cidades.

Acompanhando a globalização económica impulsionadora do rápido crescimento das cidades, criou-se a tendência de incrementar a realização de projetos imobiliários de regeneração apelando-se muitas vezes, aos valores culturais históricos e críticos com fins puramente comerciais, descaracterizando-se os edifícios e os locais, com intervenções cénicas, absolutamente destruidoras de qualquer valor autêntico que o património possuía antes de ser intervencionado.

Como observa Saskia Sassen “Os centros das cidades e eixos chave das áreas metropolitanas recebem investimentos massivos em imobiliária e telecomunicações, enquanto áreas suburbanas têm escassez de recursos.

[...] Estes tipos de negócios são evidentes com diferentes níveis de intensidade num cada vez maior número de grandes cidades do mundo em desenvolvimento, com especial incidência nos novos países com desenvolvimento mais acentuado e integrados no mercado financeiro global.”⁵²



Fig. 70 – Centro Histórico de Évora
Património Mundial

Está assim bem determinado que o aumento destes desenvolvimentos são uma ameaça inexorável à Autenticidade e integridade, estrutural e visual das cidades históricas e a herança da sua paisagem urbana, conforme reconhecido pelas comunidades locais e grupos especializados em conservação como o ICOMOS.

Quando se verifica que se está a perder o Valor Universal Extraordinário do Património Mundial atribuído a cidades ou áreas urbanas, o Comité do Património Mundial intervém, exprimindo as suas preocupações e solicitando uma reavaliação dos projetos urbanos propostos.

⁵² Sassen, S. “Whose City Is It”, in Sustainable Cities into the 21st Century. University of Singapore Press. 1999. pag. 152.

Nos últimos anos verifica-se um aumento no número e intensidade dos debates nas Sessões do Comité do Património Mundial, sugerindo um conjunto de matérias a discutir quanto ao desenvolvimento contemporâneo no contexto urbano histórico.

Na 29ª Sessão, em Durban, África do Sul/julho 2005, o Comité do Património Mundial, recomenda “que a Conferência Geral da UNESCO adote uma nova recomendação como complemento e atualização das existentes relativamente ao assunto da conservação das paisagens urbanas históricas, com especial referência para a necessidade de se integrar a arquitetura contemporânea no contexto urbano histórico.” (Decisão 26 COM 5D).

Na 31ª Sessão Christchurch, Nova Zelândia (junho/julho 2007) o Comité do Património Mundial analisou 84 relatórios de propriedades culturais (um total de 830 sítios inscritos no Património Mundial nesta data), preparados pelo Centro do Património Mundial em colaboração com o Corpo de Conselheiros ICOMOS, IUCN e ICCROM.

Estes relatórios evidenciam impactes danosos em 33 projetos de desenvolvimento e regeneração urbana, incluindo ameaças colocadas por projetos de infraestruturas, arquitetura contemporânea e edifícios altos.

A aceitação do desenvolvimento e conservação de sítios protegidos necessita de uma nova e forte abordagem, incluindo novos critérios (guidelines) orientativos para as comunidades locais e outros decisores, nomeadamente o Comité do Património Mundial, para se evitarem potenciais impactos no significado e integridade do sítio de modo objetivo e sistemático.

A Recomendação da UNESCO relativamente à Conservação Urbana existe há mais de 36 anos (Recomendação da UNESCO respeitante à salvaguarda e regras contemporâneas das Áreas Históricas, 1976), pretende-se agora, uma revisão sobre esta matéria e melhores métodos de atuação.

5.1.6.2 – INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS CHAVE

Em maio de 2005 o Centro do Património Mundial organiza em Viena – Áustria, uma Conferência Internacional sob o tema “Património Mundial e Arquitetura Contemporânea – Gestão da Paisagem Urbana Histórica”.

Nesta Conferência, que ficou conhecida por “Memorando de Viena”, delinearam-se os princípios e linhas orientadoras da interação harmoniosa entre a Conservação e o

desenvolvimento urbano, por forma a preservar-se a integridade da paisagem urbana histórica.

O Memorando de Viena torna-se assim a base da “Declaração da Conservação da Paisagem Urbana Histórica”, que foi depois adotada na Convenção da UNESCO na 15ª Assembleia Geral dos Estados Parte da Convenção do Património Mundial realizada em outubro de 2005 (Resolução 15 GA 7), e representa o consenso estabelecido com o envolvimento de variadas entidades profissionais, servindo ainda de catalisador para um mais amplo debate.

Os profissionais intervenientes na conservação do património são induzidos a compreender melhor o significado dos espaços urbanos históricos, no sentido de se ultrapassarem os desafios colocados pelo século XX na abordagem mais correta das intervenções sobre o Património Histórico.

Em dezembro de 2007 estas sugestões e informações foram enviadas para o ICOMOS, IUCN, ICCROM, e outras organizações e instituições, integradas no Grupo de Trabalho das Paisagens Urbanas Históricas, solicitando as suas opiniões e sugestões formais.

O ICOMOS apresentou então algumas observações relevantes, mais tarde consideradas conceitos de Paisagem Urbana Histórica, como por exemplo... a perceção sensorial dos sistemas urbanos e a sua aplicação.

Um sistema complexo de componentes materiais (Projeto Urbano; edifícios; espaços abertos; árvores e vegetação; mobiliário urbano; etc...) e o relacionamento entre si, resulta num processo sustentável, condicionado obviamente por valores sociais, económicos, políticos e culturais ao longo do tempo de acordo com a evolução da cidade.

O conceito de Paisagem Urbana Histórica, contribui para a ligação dos componentes do património tangível e intangível no sentido do entendimento da cidade ou áreas urbanas como um processo integrado, e não apenas como um objeto.⁵³

⁵³ A. Conti. Anexo: ICOMOS “Observations on the information Document by the World Heritage Centre on the Development of a revised UNESCO Recommendation on the Conservation of Historic Urban Landscapes (5 Dec. 2007). ICOMOS. Paris. February 2008.

5.1.6.3 – EVOLUÇÃO DO CONCEITO “PAISAGEM URBANA HISTÓRICA”

Realizam-se três reuniões de especialistas para discussão desta temática, Jerusalém (junho 2006); S. Petersburgo, Federação Russa (janeiro 2007) e Olinda, Brasil (novembro 2007), complementadas por outras duas reuniões na Sede da UNESCO (setembro 2006 e novembro 2008).

A conclusão destes debates de especialistas, produziram alterações significativas na prática e na Disciplina da Conservação do Património Urbano, sendo as mais representativas as seguintes:

- 1 - A importância da paisagem, como estratificação da dinâmica urbana passada e atual, na relação do ambiente natural com o ambiente construído.

A ênfase assenta na continuidade dos relacionamentos, valores e gestão.

A adoção de uma abordagem holística para a conservação do património significa um incremento na complexidade dos processos no sentido de identificar e proteger o significado dos valores incluindo os artefactos, sendo a sua compreensão o ponto de partida para uma intervenção equilibrada.

Torna-se deste modo claro que a noção tradicional de conjunto de edifícios, conjuntos históricos ou centros da cidade, identificados anteriormente como entidades autónomas, alheias ao todo global onde se inserem, já não é suficiente para conservar as suas características intrínsecas, contra a fragmentação, degeneração, perda de significado e Autenticidade.

- 2 - Atualmente o papel da arquitetura contemporânea parece estar mais relacionada com a cidade através de estratégias de marketing, do que em criar espaços urbanos.

A arquitetura de autor sobrepõe-se muitas vezes ao projeto urbano integral equilibrado e sustentável do ponto de vista social, económico e cultural.

O surgimento de edifícios considerados ícones da expressão cultural na dinâmica das cidades é preocupante, porque muitos deles são deliberadamente justapostos



Fig. 71 – Palácio Sotto Mayor
Centro Comercial - Lisboa

com edifícios históricos monumentais, no sentido de atrair para si as atenções e criar com isto uma imagem de pretensão progresso.

Charles Jenks, assinala que a emergente arquitetura icónica “o seu significado vazio e a sua aparência apenas tem significado para os media”.⁵⁴

Políticos, investidores e administradores que consideram este tipo de arquitetura o perfeito substituto dos estilos do passado, esquecem-se que a exceção à regra se torna regra, trazendo esta decisão sérias consequências para o funcionamento da cidade nomeadamente ao nível social e cultural, e aos valores de autenticidade do edificado histórico, bem como à circulação.

Charles Jenks afirma ainda que uma cidade sustentável e equilibrada se realiza e evolui quando existem códigos para os edifícios, e quando os mesmos são respeitados, outro fator importante a observar na vida das cidades, é o designado decoro urbano consubstanciado na partilha de ruas e transportes coletivos, necessários para o efetivo funcionamento das cidades.⁵⁵

Respeito e coerência nas intervenções a realizar na cidade antiga herdada, tem mais significado do que simplesmente nostalgia, e assegura que os monumentos, conjuntos históricos ou bairros “trabalhem”, e continuem a trabalhar como um todo, mantendo-se também a autenticidade e integridade dos mesmos, não esquecendo um elemento fundamental que é a população residente.

3 - A economia e alteração de regras da cidade têm ênfase em processos extra locais, tais como turismo e desenvolvimento urbano, com autores de mudança, exteriores ao local.

Como motor do desenvolvimento e crescimento regional, as cidades precisam de captar capital internacional convidando as multinacionais a instalarem-se nos seus territórios.

Acontece que estas empresas não têm conhecimento nem preocupação quanto aos valores das sociedades onde se instalam.

⁵⁴ Jencks, Charles. *The Iconic Building – The Power of Enigma*. Frances Lincoln Ltd. London. 2005. pág. 68.

⁵⁵ Idem, Idem. pág. 17



Fig. 72 – Edifício Eden
Lisboa
Alteração de Função/Uso

No processo de negociação há uma forte necessidade de clarificar e apresentar condições internacionalmente aceites no sentido de se minorar os impactes na envolvente histórica.

De acordo com as recomendações resultantes das reuniões regionais, as

seguintes são particularmente importantes.

- a) Reunião de Jerusalém, Israel, recomenda (junho 2006):
 - O processo de mapa cultural é uma ferramenta para a identificação do “genius loci” das áreas históricas na sua implantação.
 - Realçar os impactes cobrindo não só os aspetos ambientais, mas também aspetos visuais, culturais e sociais.
- b) Reunião de S. Petersburgo, Federação Russa (janeiro 2007 / julho 2012), enfatiza a necessidade de:
 - Maior reflexão na ligação entre paisagem cultural. Conforme definida no Guia Operacional, “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial” e paisagem histórica.
 - Uma abordagem integrada no planeamento urbano e na conservação do património que satisfaça o desenvolvimento urbano e o investimento, em grande aceleração neste momento na Europa Central e Este.
- c) Reunião de Olinda, Brasil (novembro 2007), a discussão centrou-se em:
 - A internacionalização e entendimento das cidades históricas através da revisão do Guia Operacional, incluindo a noção do Sítio “Site” como categoria adicional para nomeação das cidades históricas, o que vinha facilitar uma abordagem holística para a conservação do Património quando comparada atualmente com “grupo de edifícios”.

- Investigação e desenvolvimento de um conjunto de ferramentas para a conservação urbana.
- Resposta a divergências sociais e sustentabilidade ambiental em áreas urbanas, particularmente em relação ao contexto Latino Americano.

4 - Proposta de novo modelo de gestão das cidades históricas

Face ao descrito anteriormente, nomeadamente quanto à escolha das recomendações para o futuro, percebe-se já o nascimento de um novo paradigma na conservação das cidades históricas.

Lentamente avançamos do séc. XIX para o séc. XX, e modificamos os conceitos, da abordagem estática da preservação, dos movimentos (uma postura de não danificar), enquanto se honra a influência do património no pensamento da conservação urbana, no sentido da execução de processos mais dinâmicos em que a salvaguarda do significado cultural tenha um papel importante.

O significado cultural define-se como “valor estético, histórico, social ou espiritual do passado, do presente ou de futuras gerações.



Fig. 73 – Praça dos Restauradores
Lisboa
Reabilitação Alteração de Uso

É sinónimo com significado e valor do património cultural, que pode ser alterado em resultado da continuidade histórica do local, enquanto o entendimento do significado cultural se altera em resultado de nova informação”.⁵⁶

Significa que os artefactos e os espaços através dos sensores, são portadores de qualidades e valores, sendo necessário defini-los e ser redefinidos por cada geração, de forma a encontrar as intervenções sustentáveis de conservação e eventualmente enaltecer os seus valores de autenticidade por parte de grupos específicos, comunidades ou sociedades.

Susan Macdonald, refere que os “Guias Operativos” Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial ajudam a encontrar certezas. [...] Os locais onde exista o entendimento comum acerca dos mesmos locais,

⁵⁶ Artigo 1 da Carta Burra, do ICOMOS Austrália.

normalmente são os que têm os melhores sistemas ativos de partilha e retenção desse valor e que gerem com maior sucesso as alterações introduzidas.⁵⁷

Na sequência destes trabalhos o Comité do Património Mundial na sua 32^a sessão na cidade de Quebec, Canadá, 2008 (Decisão 32 COM 7.2), assim como a Assembleia Geral dos Estados Parte da Convenção do Património Mundial (Resolução 16 GA 11), expressam o seu apoio à abordagem da Paisagem Urbana Histórica.

A Decisão 32 COM 7.2, propõe a revisão das secções relevantes do “Guia Operacional” Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial com uma visão abrangente das categorias sob as quais as cidades históricas podem ser inscritas, facilitando desta forma uma melhor abordagem holística de gestão da cidade histórica a decorrer.

É igualmente reiterado pela Decisão 29 COM 5 D a Recomendação para que a Conferência Geral da UNESCO, regule a Conservação da Paisagem Urbana Histórica a nível Internacional na forma de uma nova Recomendação da UNESCO.

O Memorando de Viena, define Paisagem Urbana Histórica como um conjunto de edifícios, estruturas e espaços abertos, integrados no seu contexto natural e ecológico, incluindo sítios arqueológicos ou paleontológicos, determinados através de vestígios de povoaamentos em ambientes urbanos por importantes períodos de tempo.⁵⁸

A definição seguinte é que constitui o ponto central do debate, saído do Encontro de Especialistas em Planeamento, tendo decorrido em novembro 2008, na sede da UNESCO.

Este encontro define então a Paisagem Urbana Histórica como sendo um estado de espírito, um sentimento de compreensão do espaço urbano global que é a cidade.

Podemos ainda considerar que é o resultado de um processo natural, cultural e sócio-económico, responsável pela sua construção.

⁵⁷ Macdonald, S. “The Real Thing: Authenticity, Heritage Significance & Conservation”. in : The Double Dimension: Heritage and Innovation. The Royal Australian Institute of Architects. August 2004. pág. 37.

⁵⁸ UNESCO-Viena Memorandum of World Heritage and Contemporary Architecture-Managing the Historic Urban Landscape. World Heritage Centre. Paris. 20 de maio de 2005.

O significado deste processo evolutivo tem a ver naturalmente com a relação dos edifícios e os espaços, bem como com os rituais e valores que as pessoas transmitem às cidades, e que as definem culturalmente e sociologicamente.

Esta conceptualização caracteriza-se pelos níveis dos significados simbólicos, património imaterial, perceção de valores e as interrelações entre os elementos que compõem a paisagem urbana histórica nomeadamente o fator humano bem como o conhecimento do sítio, incluindo-se práticas construtivas e gestão de recursos naturais.

Efetivamente a importância deste conceito, assenta na aceitação da mudança/alteração como fundamento inerente à condição urbana.

Este é por ventura o maior passo no progresso da disciplina específica da conservação urbana, uma vez que será muito difícil, algumas comunidades aceitarem alterações aos seus monumentos e sítios por considerarem os mesmos inalteráveis, perdendo desta forma a sua Autenticidade e integridade, ou por outro lado seja possível chegar a um consenso onde se avalie até que ponto são permitidas as alterações sem com isso se perder o seu valor de Autenticidade.

Como Roberts Sykes, as cidades têm de ser consideradas portadoras de valores mais elevados do que aos atribuídos aos seus edifícios e lugares onde as pessoas apenas sobrevivem.

As cidades têm de ser entendidas como espaços de atividades sociais e económicas onde as mais distintas relações criam novas iniciativas, novas ideias e energias, socialmente estimulantes.



Fig. 74 – Praça de S. Marcos
Veneza – Itália
Sítio Histórico

Neste sentido, as cidades ideais têm de ser concebidas e realizadas como espaços atrativos onde as pessoas queiram e desejem viver e trabalhar, onde sintam prazer no relacionamento humano e cultural.⁵⁹

Em abril 2009 o Conselho Executivo da UNESCO decidiu recomendar à Conferência Geral da UNESCO a realização de uma reunião em outubro do mesmo ano, para adotar a Resolução do pedido de desenvolvimento de uma nova Recomendação para a Conservação da Paisagem Urbana Histórica.

⁵⁹ ROBERTS, P. Sykes. 2000. *Heritage Urban Regeneration-A Handbook*. Sage Publications. London. pág. 158

De referir que a proposta de novos critérios não devem ser de aplicação exclusiva nas cidades Património Mundial, mas abrangendo igualmente todas as cidades históricas.

5.1.7 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL

O Comité do Património Mundial considera que um bem tem Valor Universal Excecional quando esse bem responde pelo menos a um dos critérios seguintes:

- I. Representar uma obra-prima do génio criador humano;
- II. Ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou de tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;
- III. Constituir um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural de uma civilização viva ou desaparecida;
- IV. Representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- V. Ser um exemplo eminente de implantação humana tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de uma mutação irreversível;
- VI. Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excecional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);
- VII. Representar fenómenos materiais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excecionais;
- VIII. Ser exemplos eminentemente representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos de vida, de processos geológicos em

curso, no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;

IX. Ser exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;

X. Conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Para ser considerado de Valor Universal Excecional, um bem deve também responder às condições de integridade e/ou de Autenticidade e beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda.⁶⁰

O conjunto de critérios propostos para avaliar a Autenticidade nas intervenções de conservação/reabilitação de áreas históricas patrimoniais baseado no espírito da UNESCO através dos critérios definidos nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, incluem as definições de critérios utilizados pelo National Park Service dos EUA, que avaliam a integridade e Autenticidade não só do imóvel histórico mas englobando ainda a sua inserção na paisagem.

Os critérios referidos no Guia Operacional para avaliação da Autenticidade são constituídos pelos parâmetros abaixo:

1 - Design:

É a combinação dos elementos criadores da forma, do plano, espaço e estilo de um monumento ou propriedade histórica. É o resultado de decisões conscientes realizadas durante o projeto conceptual original e o planeamento do edificado ou propriedade (ou durante alterações



Fig. 75 – Claustro do Mosteiro dos Jerónimos
Lisboa
Património Mundial

⁶⁰ UNESCO – Comité do Património Mundial. Convenção do Património Mundial. Critérios para a avaliação do Valor Universal Excecional.

significativas), aplicadas em atividades ou ações tão diversificadas como planeamento urbano, engenharia, arquitetura e paisagem arquitetónica.

Design inclui elementos tão diversos como a organização do espaço, proporção, escala, tecnologia, ornamentação e materiais.

2 - Materiais:

São os elementos físicos que combinados ou depositados durante determinado período de tempo e num determinado padrão ou configuração, formam a propriedade histórica.

A seleção e combinação dos materiais revelam as preferências dos autores que criaram a propriedade histórica, indicando ainda a disponibilidade de determinados tipos de materiais e tecnologias.

Materiais locais são indicadores das tradições construtivas da região e por conseguinte ajudam a definir áreas de sensibilidades e conhecimentos temporais e locais.

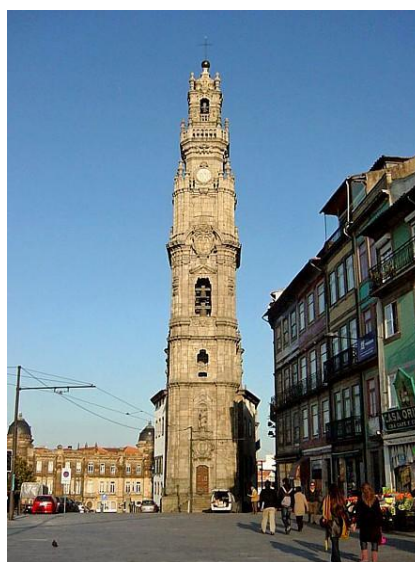


Fig. 76 – Torre dos Clérigos- Porto
Materiais

3 - Artefactos:

É a evidência física do artesanato de uma cultura ou de uma comunidade durante determinado período da história.

É a evidência do trabalho e habilidade dos artesãos na construção ou alteração estrutural de um edifício, objeto ou sítio.

Artefacto pode aplicar-se a um edifício ou propriedade como um todo, ou aos seus componentes em particular.

Isto é claramente expresso nos métodos vernaculares de construção, ou simples acabamentos ou ainda em sofisticadas configurações ou detalhes ornamentais.



Fig. 77 – Gaiola Pombalina
Lisboa
Métodos Construtivos

Este conhecimento é imanente, tem origem nas tradições comunitárias evoluindo nos períodos de inovação técnica.

4 - Sítio – Localização



Fig. 78 – Castelo de Marvão



Fig. 79 – Vila de Marvão

É o ambiente físico e natural envolvente ao monumento histórico.

Refere-se sempre a um local específico, concreto onde o monumento foi construído ou ocorreu um evento histórico notável, o sítio designa o carácter do local, interveniente no facto histórico.

O sítio compreende o seu todo e não apenas o local onde o elemento histórico está situado, mas a sua relação com o ambiente e a paisagem envolvente.

5 - Função/Uso

É o grau de continuidade ou uso significativo do elemento histórico original.

Uma área histórica e a sua envolvente formam um todo coerente incluindo as atividades humanas e o edificado local.

A continuação da função original ou compatível minimiza o impacto negativo na autenticidade do objeto/monumento.



Fig. 80 – Biblioteca Joanina
Universidade de Coimbra

Constata-se neste capítulo quão importante é a determinação de um conjunto de critérios que possibilitem avaliar a Autenticidade do património cultural, considerada exigência indispensável à verificação do Valor Universal Excecional do bem património candidato à Lista do Património Mundial.

O Comité do Património Mundial face à diversidade do Património Mundial e à dificuldade de interpretação das exigências referidas na execução dos Processos candidatos à Lista do Património Mundial, redigiu um Guia Normativo “Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial”, no sentido precisamente de regular, e portanto facilitar a inscrição de bens património na lista referida anteriormente.

Este Guia Orientativo é revisto periodicamente, refletindo as decisões do Comité do Património Mundial.

Tem por objetivo principal regulamentar a adequada proteção e conservação dos bens património, nomeadamente exigindo a observância dos valores de Autenticidade e integridade dos respetivos bens.

5.1.8 – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

5.1.8.1 – CRITÉRIOS DE AUTENTICIDADE

Um monumento ou sítio para ser considerado Património Mundial deve possuir Valor Universal Excecional.

Para tal, deve observar um ou mais critérios, nomeadamente do I ao VI relativamente a avaliação do Património Cultural e do VII ao X para avaliação do Património Natural.

Atualmente estes critérios deixaram de ter duas conotações relativamente ao património, como seja: património cultural e património natural, como referido anteriormente para passar a existir apenas um conjunto de dez critérios, designando-se todo o património histórico por património cultural, sendo portanto unificadas numa única lista representativa, os dez critérios do Património Mundial.

As Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial do Comité do Património Mundial, agosto de 2011, desenvolve os referidos critérios na sua cláusula nº 77.

A Cláusula 78, por outro lado, vem confirmar a importância do fator Autenticidade e integridade na relação da avaliação do Valor Universal Excecional da Propriedade Património Mundial.

De acordo com o tipo de património e o seu contexto cultural, podemos considerar que os bens património satisfazem as condições de autenticidade, apenas e só quando os seus valores culturais (tal como são reconhecidos nos critérios da proposta de inscrição) estiverem expressos de modo verídico e credível através da diversidade de atributos que o definem como património histórico cultural, entre os quais sobressaem:

- Forma e Conceção;
- Materiais e Substância;
- Uso e Função;
- Tradições, Técnicas e Sistemas de Gestão;
- Localização e Enquadramento;
- Língua e outras Formas de Património Imaterial;
- Espírito e Sentimento; e
- Outros Fatores Intrínsecos e Extrínsecos.

Determina-se seguidamente as condições em que a avaliação dos valores de autenticidade se verificam, sendo para tal necessário o reconhecimento dos critérios descritos na proposta de inscrição do Património Mundial.

5.1.8.2 – AUTENTICIDADE E/OU INTEGRIDADE

5.1.8.2.1 – AUTENTICIDADE

Os bens propostos para inscrição na Lista do Património Mundial em conformidade com os critérios I. a VI. Devem satisfazer as condições de Autenticidade, para confirmar o seu Valor Universal Excecional.

O Documento de Nara sobre a Autenticidade, fornece uma base prática para o exame desses bens.

Agora a capacidade de compreender o valor atribuído ao património depende do grau de credibilidade ou de veracidade que se atribuir às fontes de informação relativas a esse valor.

O conhecimento e a compreensão dessas fontes de informação, em relação às características originais e subsequentes do património cultural, constituem as bases necessárias para a avaliação de todos os aspetos da Autenticidade.

De qualquer modo a credibilidade das fontes de informação, diferem de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, por conseguinte o respeito devido a todas as culturas exige que o património cultural seja considerado e avaliado nos contextos culturais a que pertence.

Atributos como espírito e sentimento não se prestam facilmente a aplicações práticas das condições de Autenticidade, não deixando de ser importantes indicadores do carácter e do espírito do lugar, por exemplo nas comunidades que mantêm tradições e continuidade cultural.

A utilização das fontes de informação permite a elaboração das dimensões artística, histórica, sociais e científicas específicas do património cultural em análise.

Definem-se como «fontes de informação» todas as fontes físicas, escritas, orais e figurativas que permitem conhecer a natureza, as especificidades, o significado e a história do património cultural.

Quando as condições de Autenticidade são tomadas em conta na elaboração da proposta de inscrição de um bem, o Estado Parte deve começar por identificar todos os atributos significativos aplicáveis à autenticidade.

A Declaração de Autenticidade deve avaliar o grau de Autenticidade presente ou expresso por cada um desses atributos significativos.

A reconstrução de vestígios arqueológicos, ou monumentos, ou bairros históricos só se justifica em circunstâncias excepcionais, e se tiver por base uma documentação completa e pormenorizada, não podendo ser de modo algum conjectural.

Como já anteriormente referimos, os valores de integridade estão diretamente associados aos de Autenticidade, para que o Monumento ou Sítio possua Valor Universal Excecional, necessita igualmente de ter valores e atributos de integridade.

5.1.8.2.2 – INTEGRIDADE

Todos os bens propostos para inscrição na Lista do Património Mundial devem cumprir os critérios de integridade. [Decisão 20 COM IX.13]

A integridade é uma apreciação do conjunto e do carácter intacto do património cultural e dos seus atributos.

O resultado desta análise deverá ser apresentado sob a forma de uma Declaração de Integridade.

O Documento de Nara, Japão, (1994), ao tratar do assunto da Autenticidade, consegue determinar e clarificar conceitos de cinco critérios determinantes da Autenticidade, baseando-se nos critérios há anos experimentados e validados do National Park Service dos Estados Unidos da América, nomeadamente aplicados aos Critérios do Registo Nacional, registo equivalente ao Património Mundial e Património de Valor Excecional.

Os critérios são os seguintes:

- Materiais
- Design
- Artefactos
- Sítio
- Função

Já se determinou que como as culturas não são iguais, não se aceita a globalização e uniformização de conceitos, critérios e valores culturais.

As diferenças são profundas entre os Continentes, entre os Países, e mesmo dentro dos Países, sendo muitas vezes distintos os valores culturais das várias regiões dos Países.

É também aceite pelo Comité do Património Mundial a existência dessas diferenças, havendo no entanto a necessidade de se realizarem esforços no sentido de se realçar os

pontos comuns entre as várias culturas, sendo este o culminar da aproximação dos povos, aceitando as diferenças de cada cultura, enaltecendo os atributos e valores culturais comuns.

Seguindo este raciocínio, alguns Países determinaram critérios próprios de avaliação do Património Cultural e Natural, procurando de qualquer modo, ir ao encontro dos critérios aceites internacionalmente.

Esta atitude marca a diferença e a particularidade intrínseca do valor original e autêntico do Património Histórico de cada nação, da sua história e cultura como povo.

O Canadá é um desses países que através da sua instituição National Parks, apresenta critérios próprios de avaliação do património histórico cultural e natural, suportados em cinco pontos:

- Respeito;
- Valor;
- Compreensão;
- Integridade;
- Benefício público.

Sintetizando em dois parágrafos estes princípios básicos, “Planeamento e intervenção significa o *RESPEITO* dos *VALORES* culturais que dão sentido aos sítios e à sua *INTEGRIDADE*, de modo a assegurar os *BENEFÍCIOS* às gerações futuras.

Este *RESPEITO* só pode ser alcançado através dos esforços para assegurar a *COMPREENSÃO* destes *VALORES*.”

Então, e pelo anteriormente exposto, aceita-se que as diferenças no património são evidentes de comunidade para comunidade, de País para País.

Existem no entanto conceitos comuns a todo o património, traduzido em valores de Autenticidade e integridade.

As divergências culturais para se atingirem estes objetivos é que são distintas de povo para povo, pois fundamentalmente diferem na avaliação dos atributos (tradições, crenças, religiosidade, história, espírito e sentimento).

É por esta ordem de razões que entendemos a viabilidade e oportunidade de propor um conjunto de Critérios que definam os atributos do Património Nacional e os seus valores de Autenticidade

5.2 – ENQUADRAMENTO NACIONAL

Portugal subscreve a Convenção do Património Mundial em 1979, vinculando-se aos seus Princípios e Regulamentação produzida para a salvaguarda e proteção do Património Nacional.

A posição agora assumida por Portugal eleva substancialmente as exigências e padrões de qualidade nas intervenções sobre o património cultural incluindo naturalmente a visão holística que se tem do mesmo, pois passa a existir um modelo matricial, aceite pela Comunidade Internacional.

Esta nova visão acerca do património, dotado de regras, vem influenciar positivamente a abordagem de metodologias sustentáveis onde sobressai a preocupação com a preservação dos valores de integridade e autenticidade do património intervencionado.

O reconhecimento e aceitação dos conceitos, critérios e normativas internacionais está bem patente na legislação portuguesa produzida sobre o assunto e nomeadamente através da acreditação dos Monumentos e Sítios Portugueses inscritos como Património Mundial.

Por outro lado, além do valor cultural intrínseco do Património Português, devemos ainda considerar um factor deveras importante na actualidade, designado como o valor económico e de desenvolvimento associado ao património, refletindo-se naturalmente na comunidade local e no País, indissociável dos fluxos turísticos que origina.

No Capítulo VII – Património Cultural Português, desenvolvemos detalhadamente a correlação entre os Regulamentos Internacionais e a Legislação Nacional que soube adaptar-se às exigências exteriores, resultando em padrões de Conservação e Preservação do Património mais acurados.

A presente proposta pretende dar um passo mais à frente nesta matéria, na medida em que procura afirmar valores culturais próprios para a verificação dos Valores de Autenticidade do nosso Património segundo a singularidade das tradições, costumes, espírito, sentimento, história, arte, técnicas, ..., etc.

Relativamente a esta matéria, da Autenticidade do Património Nacional, não podemos esquecer o facto de Portugal ser o berço cultural de um vasto e rico património espalhado pelo Mundo, tornando-se a origem histórica e artística matricial desses Monumentos e Sítios.

5.3 – CONCLUSÃO

Constatamos no presente Capítulo, quão importante é o valor da Autenticidade do Património Cultural, atendendo ao número de Reuniões e Conferências Internacionais de especialistas realizadas para discussão da matéria em apreço, resultando em Normas e Regulamentos adequados, definindo critérios e atributos com expressão no conhecimento holístico da singularidade do património a analisar ou a intervencionar.

Destacamos ainda a evolução constante do sentimento e caracterização do conceito de Património Cultural, cada vez mais abrangente, partindo do Artigo 1º da Convenção do Património Mundial assegurando como o mesmo é representativo dos monumentos e sítios com valor material e imaterial identitários da história cultural de um povo ou comunidade mais restrita.

O Artigo 2º identifica o Património Natural pela Biodiversidade da Natureza num determinado local.

Mais tarde, prosseguindo numa medida de incentivo à cooperação internacional na defesa dos Sítios Históricos e áreas naturais e paisagísticas, aceitou-se o conceito de Património Misto Cultural e Natural definido nos EUA em 1965, considerando-se os bens correspondentes a uma parte ou à totalidade dos conceitos referidos nos Artigos 1º e 2º da Convenção do Património Mundial.

A Paisagem Cultural é um conceito abrangente de património, representa as obras conjugadas do homem e da natureza, objetivamente é o ambiente físico com significado, através do qual o homem actua culturalmente conforme referido no Artigo 1º da Convenção do Património Mundial.

O conceito de Paisagem Cultural, vai naturalmente evoluir para um novo conceito designado de Paisagem Urbana Histórica, mais focado na análise e conservação dos centros históricos integrando-se agora o factor social e humano de comunidade.

Face à importância actual da Paisagem Urbana Histórica no contexto do Património Cultural, a UNESCO define-a como um estado de espírito, um sentimento da compreensão do espaço urbano global em resultado de um processo natural, cultural e sócio-económico responsável pela construção da cidade.

Torna-se ainda claro que a noção do edifício monumento isolado (mais tarde conjuntos históricos), alheio ao todo global onde se inserem, já não é suficiente para conservar as suas características intrínsecas contra a fragmentação, degeneração ou perda de significado e Autenticidade.

A Autenticidade é assim o sentimento, o elemento sempre presente nos conceitos de património, pois reflete precisamente o valor intrínseco do mesmo e a sua integridade.

Por outro lado esta nova conceptualização de Paisagem Cultural implica a criação de sistemas de gestão mais abrangentes e vocacionados para a preservação de toda a área classificada, nomeadamente o edificado e a paisagem natural sem esquecer naturalmente a população residente.

Tendo em consideração o crescente desenvolvimento de conceitos, critérios e atributos de avaliação e preservação do património cultural, o Comité do Património Mundial desenvolve o Guia Operacional “ Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial”.

É um modelo de Recomendações de boas práticas na intervenção e classificação do património.

Este Guia Operacional recomenda explicitamente no Artigo 78, que o bem património para ser dotado de Valor Universal Excepcional, deve inequivocamente responder a condições de integridade e/ou Autenticidade e beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado a garantir a sua salvaguarda.

Descreve ainda as condições, critérios e atributos que determinam e expressam os Valores de Autenticidade do bem, através dos Artigos 78 a 86.

Os conceitos e todo o articulado atrás referido contextualizam o conhecimento científico internacional actual sobre a questão do Valor de Autenticidade, para a preservação do bem património.

A nossa proposta pretende, baseado no conhecimento existente, produzir um conjunto de Critérios que evidenciem o Valor de Autenticidade, mas segundo a singularidade do Património Nacional, imbuído de Valores Sociais, Históricos e Artísticos Portugueses.

O Capítulo seguinte, desenvolvido sobre o National Park Service dos EUA, tem em nosso entender razão de existir na medida em que este Organismo Governamental possui a responsabilidade desde a sua criação no início do Séc. XX, pela gestão, classificação e preservação do património cultural dos Estados Unidos da América, e foi desde sempre vanguardista na defesa da Autenticidade e integridade do bem património.

Aliás os Critérios de Autenticidade, definidos pela UNESCO são efectivamente baseados nos atributos veiculados na legislação Americana, conforme se verificará adiante.

Entendemos deste modo notabilizar a informação presente na génese da definição do Valor de Autenticidade, para melhor compreender os Critérios agora propostos e os atributos associados.

CAPÍTULO VI – NATIONAL PARK SERVICE DOS EUA

6.1 – INTRODUÇÃO

O estudo e análise comparativa dos princípios teóricos e prática efectiva de intervenção do National Park Service no âmbito da preservação e conservação do património cultural histórico dos Estados Unidos da América, tem por objectivo contextualizar o valor do seu conhecimento e experiência relativamente aos conceitos e critérios contidos no Articulado da Convenção do Património Mundial.

No que concerne à avaliação do valor de Autenticidade em intervenções no património, já desde 1906, o National Park Service inclui como fator dinâmico, a integridade, que uma propriedade deve possuir para transmitir significado, nomeadamente através de critérios, inclusive mais abrangentes do que os enunciados na Convenção do Património Mundial e Guia Operacional de Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial.

NPS – National Park Service, é o organismo governamental dos Estado Unidos da América, com responsabilidade sobre todo o seu património histórico cultural e natural.

Assinala-se na Introdução do seu Guia de Gestão dos Recursos Culturais, os princípios básicos de Conservação e Gestão do Património Histórico, dando-se especial ênfase à integridade e Autenticidade do património em causa.

Admite o National Park Service que a importância do significado intrínseco do património histórico cultural reside no valor e atributo que o caracteriza sendo o elo de ligação de uma geração a outra, deve portanto ser entendido como a capacidade inata transmitida pelo património com capacidade de moldar e reforçar as nossas identidades como criaturas sociais.

Por conseguinte e tendo em atenção a nobreza do passado, os recursos culturais devem ser admirados não só pela sua beleza ou utilidade mas por possuírem também outros atributos com reconhecido valor cultural e ser portadores de Autenticidade.

Por outro lado, o acesso aos recursos culturais vai permitir que os indivíduos possam aprender não só sobre os seus antepassados, mas igualmente possam valorizar e aprender sobre outras tradições.

Torna-se portanto responsabilidade e objetivo principal do National Park Service, identificar, proteger e divulgar os recursos culturais sob sua jurisdição.

O reconhecimento das propriedades património cultural inclui recursos da paisagem cultural e natural como fatores dinâmicos da avaliação da autenticidade das paisagens culturais, desde 1906.

O National Park Service dos EUA, define paisagem cultural como “área geográfica que possui recursos culturais e/ou naturais, associados a uma personalidade ou evento histórico com valor cultural ou estético.”

6.2 – DEFINIÇÃO DE AUTENTICIDADE

O National Park Service determina integridade como equivalente de Autenticidade, definindo-a como “a capacidade de uma propriedade transmitir significado”.

Neste caso os critérios determinantes de integridade/autenticidade são valores de:

- *Localização;*
- *Design;*
- *Materiais;*
- *Forma e Conceção;*
- *Sentimentos;*
- *Associação;*
- *Situação e Enquadramento.*

Localização: É o sítio, o local onde os acontecimentos históricos tiveram lugar e que determinam o valor histórico da propriedade.

Design: É a combinação dos elementos naturais e culturais da propriedade incluindo a forma, o plano e a organização espacial da mesma.

Materiais: Inclui-se nesta categoria os materiais construtivos propriamente ditos do monumento ou sítio, nomeadamente materiais da área envolvente, tais como vedações, caminhos, outras edificações da época, etc.

Forma e Conceção: É o monumento ou sítio tal como os seus criadores o conceberam do ponto de vista funcional e decorativo no sentido da criação de determinados ambientes.

Sentimentos: É a apreensão da presença intangível refletida pelas características físicas do cenário histórico envolvente.

Associação: É a ligação existente entre o monumento ou sítio histórico e os acontecimentos e/ou pessoas que lhe deram forma e valor de património.

Situação e Enquadramento: É a envolvente física interior e ambiente envolvente exterior que faz parte integrante do monumento ou sítio histórico.

Constata-se assim que estes critérios são muito idênticos aos inscritos na Convenção do Património Mundial como definição de Autenticidade.

Acontece que estes princípios são basilares na acreditação e avaliação do património histórico nos EUA desde a criação do National Park Service, como instituição dedicada à preservação do património histórico, cultural e natural.

Em nosso entendimento a Convenção do Património Mundial, não só assenta os seus princípios na Carta de Veneza (1964), como igualmente vai buscar conhecimentos e conceitos aos princípios enunciados na Regulamentação do National Park Services dos EUA, fundamentados na sua prática e longa experiência.

Nos EUA uma propriedade monumental para ter significado tem de possuir integridade, sendo a mesma avaliada do ponto de vista histórico e das suas características intrínsecas, distintivas do seu real significado de património, incluindo as alterações verificadas ao longo do tempo, o resultado determina a Autenticidade do bem.

Atualmente o National Park Service dos EUA ao aceitar a Convenção do Património Mundial e as Orientações Técnicas, avalia o valor da integridade de um monumento pelos elementos com significado original.

Um dos princípios do National Park Service enunciados em 1932 pela Lei dos EUA refere:

O Parque Nacional é uma área conservada pelo Governo Federal e “dedicada e protegida para benefício e prazer do Povo”.

A intervenção Federal apenas ocorre para a conservação de áreas de interesse nacional tendo em atenção o seu valor excecional do ponto de vista cénico, científico, ou histórico.

O propósito do estabelecimento de uma área reservada tutelada pelo National Park Service, é o prazer da sua fruição e utilização pela geração atual, sem nunca esquecer a adequada conservação e integridade para as gerações futuras, nomeadamente o património cultural e natural, paisagem e objetos históricos, incluindo ainda o ambiente e vida autóctone.

Verifica-se assim que o National Park Services dos EUA, determina formalmente uma metodologia clara e objetiva para a conservação do seu património histórico, tendo como principal preocupação a preservação da integridade desse mesmo património.

É então aqui, neste conhecimento de experiência feito, teórico e prático da atividade do National Park Service que a Convenção do Património Mundial da UNESCO (1972) vem retirar alguns conceitos, não deixando os seus princípios de se basear na Carta de Veneza-1964.

6.3 – CONCEITOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CULTURAIS, GUIA DE GESTÃO DOS RECURSOS CULTURAIS

6.3.1 – INFORMAÇÃO

O maior valor que pode ser atribuído aos recursos culturais ou patrimoniais é a capacidade de transmissão dos mesmos de uma geração a outra.

É a capacidade de determinar a nossa identidade como seres sociais.

Daí que a principal responsabilidade do National Park Service consiste em identificar, proteger e divulgar os recursos culturais.

O National Park Service é igualmente o guardião de locais, objetos e registos étnicos de tradições populares, como forma de perpetuar esses conhecimentos.

Neste contexto o recurso cultural estende-se ao recurso do conhecimento tangível do processo cultural.



Fig. 81 – Fortaleza de San Juan
Porto Rico - EUA

O National Park Service foi criado em 1916 por Lei Federal do Congresso dos EUA, com o objetivo principal de promover e proteger os recursos culturais e patrimoniais.

Em 1935 foi criado o Ato de Antiguidades e Locais Históricos de 1906, sendo retificado e ampliado no Ato de Preservação Histórica Nacional em 1966.

6.3.2 – GESTÃO DE RECURSOS

Os atributos físicos dos recursos culturais são, com algumas exceções, não renováveis, ou seja, uma vez que um edifício histórico ou monumento é danificado ou destruído nenhuma intervenção recuperará a sua Autenticidade.

Qualquer elemento/objeto alterado no local arqueológico pode recuperar a informação recolhida durante a análise espacial do mesmo local.

Deste modo, a primeira preocupação na gestão dos recursos culturais é minimizar a perda ou degradação do significado material cultural.

A gestão dos recursos culturais pode ser entendida através de três questões básicas:

- Como pode ser identificado um recurso cultural e o que torna um recurso cultural portador de significado?
- O que deve ser realizado para tratar corretamente um recurso cultural?
- Qual a importância do recurso cultural na dimensão da gestão global dos recursos culturais?

6.3.2.1 – TIPOS DE RECURSOS CULTURAIS

Apontamentos da categorização dos recursos.

O Ato de Preservação Histórica Nacional, reconhece cinco categorias tipo:

- Distritos
- Sítios
- Edifícios
- Estruturas
- Objetos

Por outro lado o National Park Service categoriza os recursos culturais, como:

- Recursos Arqueológicos
- Recursos de Paisagem cultural
- Estruturas
- Objetos museológicos
- Recursos etnográficos



Fig. 82 – Pueblo de Taos
Novo México – EUA
Paisagem Cultural

A categorização dos recursos culturais ajuda-nos a organizar o conhecimento em grupos baseados em atributos comuns.

6.3.2.2 – TIPOS DE RECURSOS - NPS

- Recursos Arqueológicos são vestígios da atividade humana do passado e o registo científico documentado da análise desses vestígios.

O mais importante acerca dos recursos arqueológicos é o seu potencial para descrever e explicar o comportamento humano.



Fig. 83 – Cultura Chaco
Novo México – EUA
Paisagem Cultural

O recurso arqueológico ajuda-nos a entender o desenvolvimento das comunidades humanas, de local em local, e a transmissão das ideias ao longo dos tempos.

- Paisagem cultural é o espaço criado na natureza.

Revela os laços fundamentais da ligação do Homem à Terra, na necessidade de semear e colher alimentos.

Dá forma aos povoamentos Humanos.



Fig. 84 – Universidade de Virgínia
Charlottesville – EUA
Monumento

- Estruturas, são conjuntos materiais, exemplos da capacidade criativa do Ser Humano.

Sem as estruturas estávamos restringidos à zona de clima temperado, à distância que podíamos percorrer e às cargas que podíamos transportar.

- Objetos museológicos, são manifestações e registos de comportamentos e ideias determinadas pela experiência humana.

São evidências do desenvolvimento técnico e observação científica da expressão pessoal e curiosidade do passado.



Fig. 85 – Aparelho de eletromagnetismo
Nikola Tesla – Smithsonian Institute
Recurso Cultural

- Recursos etnográficos, são expressões básicas da cultura humana e a base da continuidade dos sistemas culturais.

Este sistema cultural engloba o conhecimento tangível e intangível.

Inclui artes tradicionais, línguas nativas, crenças religiosas.



Fig. 86 – Tipis Sioux
Pintura de Karl Bodmer - 1833
Recurso Etnográfico

6.4 – A NATUREZA DOS RECURSOS CULTURAIS

6.4.1 – SIGNIFICADO

A ideia inerente a todos os recursos culturais é o conceito de significado.

Para ter significado o recurso cultural deve possuir importantes associações históricas, culturais, científicas ou tecnológicas, e manifestar essas associações na sua substância física.

O recurso cultural é baseado em duas qualidades interrelacionadas, consistindo em determinadas qualidades físicas, químicas ou biológicas, acrescido de ideais, eventos e relacionamentos entre si.

A dimensão social e física de um recurso cultural é indissociável.



Fig. 87 – Estátua da Liberdade
Nova Iorque – EUA
Recurso Cultural

6.4.2 – ASSOCIAÇÕES

Independentemente do tipo, todo e qualquer recurso cultural deve ter um lugar na história ou pré-história dos EUA, ou deve ter valor social de determinado grupo étnico.

Este laço entre o recurso e o contexto cultural é a sua associação.

Para os recursos etnográficos, associações são elos de ligação com as tradições vivas.

Por exemplo, em termos etnográficos a característica de determinadas árvores ou o cume de uma montanha distante podem ser considerados passíveis de preservação em termos de crenças ou práticas culturais de determinado grupo étnico.

O tempo é igualmente importante porque evidencia um período numa associação específica.

Um campo de batalha é importante no tempo em que a mesma decorreu, após isso e nos nossos dias é importante para nos recordar esses momentos.

6.4.3 – INTEGRIDADE

Recursos naturais são entidades físicas com características de massa, cor e textura, cada um com expressão histórica ou associação cultural.

A sua integridade indica-nos o grau de comportamento ideal manifestando da mesma forma a substância do recurso.

Um recurso cultural é íntegro e conserva atributos materiais associados a valores sociais.

A condição de um recurso cultural é definido em termos de deterioração, a integridade é determinada em termos da sua correspondência com associações no passado.

A natureza da integridade varia de recurso para recurso.

Em termos de paisagem cultural, integridade pode significar a sua organização espacial, tipologias construídas ou materiais de pavimento.

No estúdio de um escritor, a integridade pode ser encontrada por exemplo na forma expositiva dos livros numa prateleira, ou no conteúdo da gaveta da secretária.

6.4.4 – LEGADO VIVO

O ambiente cultural é o berço em que cada geração é alimentada e socializada, é o ambiente onde cada geração avalia e contempla as tradições e património recebido, e no final, este é o legado que cada geração transmite aos seus descendentes.

Cada recurso cultural é um símbolo, uma memória tangível dos valores e ideias.

O recurso cultural evidencia o caminho da descoberta da nossa humanidade, a magia do nascimento e da morte e das maravilhas vividas pelos nossos ancestrais.

6.4.4 – EXCLUSÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO NACIONAL

O National Park Service só considera para designação como património histórico, propriedades com significado e apenas com idade superior a 50 anos.

De qualquer modo, se as propriedades satisfizerem algumas das categorias abaixo, podem ser aceites para inscrição no Património Histórico Nacional.

1. Propriedade religiosa com significado arquitetónico, artístico ou importância histórica nacional; ou

2. Estrutura ou edifício removido do seu local original mas dotado de significado nacional, tal como o mérito arquitetónico ou por associação com personagens ou eventos de importância excecional na história da Nação; ou
3. As ruínas de edifício ou estrutura, associados a personagens ou eventos de importância excecional na história da Nação; ou
4. Local de nascimento, ou sepultura de figura histórica nacional com significado e estar necessariamente associado ao sítio, edifício ou estrutura da vida produtiva da personalidade; ou
5. Cemitério com significado nacional devido à importância excecional das suas sepulturas com individualidades de reconhecido mérito, ou pelo excecional design distintivo ou por evento excecional; ou
6. Edifício ou conjunto de edifícios com significado nacional excecional, reconstruídos adequadamente tendo em atenção o ambiente envolvente e devidamente referenciados como parte integrante de um plano geral de restauro, considerando-se que outros edifícios ou estruturas associados não sobreviveram; ou
7. Propriedade representativa de valor simbólico, design, época, tradição, com significado histórico nacional próprio; ou
8. Uma propriedade alcança significado nacional se passados 50 anos possui importância nacional excecional.

6.5 – HISTORIAL DA LEI FEDERAL DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

2000 – Lei executiva, exige que as agências governamentais deem prioridade ao uso dos edifícios históricos existentes nos Centros Históricos das cidades para serem utilizados pelos Serviços Públicos.

1990 – Ordem executiva Presidencial, regulamenta o acesso aos locais sagrados pelos praticantes religiosos Nativos Americanos, e implementa a segurança íntegra dos locais sagrados Judeus.

1980 – Lei do Congresso clarificando os regulamentos dos agentes Estaduais na Preservação do Património Histórico.

1971 – Ordem executiva Presidencial com orientações para as agências governamentais identificarem, registarem e gerirem impactes em Propriedades Históricas de referência elegíveis para o Registo Nacional de Locais Históricos.

1970 – Aditamentos do Congresso criando incentivos aos impostos para reabilitação de edifícios históricos.

1969 – Lei do Congresso “ATO NACIONAL DE POLÍTICA AMBIENTAL”, regulamenta o Planeamento Federal de Impacte sobre o Ambiente, nomeadamente nos aspetos históricos e culturais do Património Nacional.

1966 – Lei do Congresso “ATO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO NACIONAL”, incluindo a criação do Registo Nacional de Locais Históricos e o Conselho de Conselheiros em Preservação do Património Histórico a nível do Estado Federal, com identificação e gestão das Propriedades Históricas e sensibilizando as agências governamentais para os efeitos das suas decisões sobre os Recursos Históricos.

1935 – Lei do Congresso “ATO DE LOCAIS HISTÓRICOS”, autoriza o NPS – National Park Service, a identificar, documentar e promover a Preservação dos Recursos Históricos.

1906 – Lei do Congresso “ATO DE ANTIGUIDADES”, proíbe as escavações de antiguidades em terrenos públicos sem a autorização do Ministério do Interior, Agricultura, ou Guerra.

6.6 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO DOS EUA E CRITÉRIOS DE REGISTO NACIONAL

6.6.1 – CRITÉRIOS

Critério 1

Este critério avalia a propriedade património quando associada a eventos históricos de reconhecido significado.

Exige ainda que os eventos históricos em questão sejam excecionalmente representativos dos padrões da História dos EUA.

Por outro lado ainda a qualidade histórica atribuída à propriedade deve ser elevada a nível Nacional Federal, não deve estar constrangida ao contexto Estadual ou Local de origem.

Critério 2

Avalia e aceita a propriedade património histórico quando associada a personalidades históricas de reconhecido valor e significado.

Admite devidamente especificada a importância da associação da personalidade histórica à propriedade, apenas quando a referida personalidade transmite significado Nacional à propriedade.

Critério 3

Este é um critério de rara aplicação, porque apenas é considerado quando o elemento património histórico está associado a ideias marcantes da História dos EUA.

Como tal, o Liberty Bell por si só não tem significado, mas no contexto da associação anterior é considerado Património Histórico.

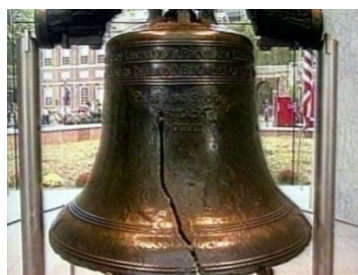


Fig. 88 – Sino da Liberdade
EUA
Património Histórico - Associação

Critério 4

O seu objetivo é qualificar importantes trabalhos de arquitetura ou elementos coletivos de arquitetura com excecional significado como conjunto, tal como um Quarteirão Histórico.

De notar que a linguagem é mais restrita do que referido no critério do Registo Nacional, requerendo-se que a candidatura em Arquitetura seja “Um espécime de valor excecional para o estudo de um período, estilo ou método de construção”, além do simples volume caracterizador de uma tipologia, período ou método construtivo.

Com respeito ao quarteirão ou zona histórica os critérios Patrimoniais requerem que a entidade em estudo seja distintiva e excecional.

Além disto o critério não qualifica a obra de um Mestre, “per si”, mas apenas obras que sejam excepcionais ou extraordinárias.

O valor artístico apenas é considerado e avaliado num contexto histórico, por forma a evitar conflitos de gosto.

Critério 5

Pode ser redundante com o critério 4, mas significa que a qualificação de conjuntos coletivos nomeadamente distritos históricos como New Bedford, Massachusetts são qualificados pelo seu conjunto coletivo associado a significativos eventos históricos, movimentos e padrões de desenvolvimento Nacional.



Fig. 89 – Union Square
New Bedford – EUA
Sítio Histórico

Critério 6

Este critério foi desenvolvido especificamente para o reconhecimento de locais arqueológicos, considerando-se mesmo que todos estes locais devem assumir este critério.

Seguidamente apresentam-se as qualificações que distinguem este critério ao equivalente do Registo Nacional.

A informação recolhida ou a recolher deve ser da maior importância científica, e ter reconhecimento científico, ou por revelar novas culturas ou por transmitir conhecimento sobre períodos de ocupação de áreas dos EUA.

Devemos esperar que estes locais (Sites) reservem informação que poderá afetar teorias, conceitos e ideias de um elevado grau do conhecimento, admitindo-se mesmo que a informação recolhida possa contribuir para o corpus da informação existente sobre o assunto.

A informação recolhida deve conseguir definir ou modificar substancialmente um debate histórico ou antropológico pendente na História dos EUA.

6.6.2 – EXCLUSÕES

As maiores diferenças entre os critérios anteriores são a qualificação de “Nacional”, “Extraordinário”, ou “Excecional” antes do significado do Património.

As seguintes, são as mais notáveis distinções

Exclusão 1

Edifícios transladados da sua localização original só podem ser qualificados quando uma de duas condições são satisfeitas:

- 1 - O Edifício tem significado arquitetural Nacional ou
 - 2 - As personalidades ou eventos associados têm significado transcendente Nacional, sendo a associação consequência.
- Significado transcendente designa ordenação de elevada importância qualificadora de personalidade a nível Nacional, associada ao edifício.
- A associação consequencial é a relação do edificado com o evidente impacto nos eventos passados.

Exclusão 2

Está relacionada com a estrutura do local (Site), na medida em que não é estática, inalterada.

Não se vislumbra existir equivalência a esta exclusão nos critérios do Registo Nacional.

De forma a que uma propriedade possa ser qualificada de Património deve possuir a segunda condição citada na exclusão 1.

Exclusão 3

Nesta exclusão a única diferença, é o local a qualificar.

Além de outros fatores a ter em conta, é decisivo estar associado a personalidade de transcendente importância Nacional.

6.7 – CONCLUSÃO

6.7.1 – UMA QUESTÃO DE AUTENTICIDADE

No instante em que se produz qualquer tipo de intervenção no património, alteramo-lo ainda que superficialmente, mas efetivamente é alterado.

Por exemplo, ao substituir um azulejo do séc. XVII ou XVIII executado manualmente utilizando as técnicas tradicionais, por outro azulejo mesmo fabricado manualmente com as técnicas e materiais atuais, o resultado final é sempre muito diferente do original, afetando obviamente todo o conjunto onde se insere.

O mesmo princípio se aplica ao restante património arquitetónico grandioso ou humilde.

Mais uma vez podemos parafrasear Ruskin na “Lâmpada da Memória” onde nos apresenta a ideia da Autenticidade «... não há dúvidas quanto ao sentimento e necessidade de se preservarem os edifícios do passado. Do mesmo modo não temos o direito de lhes tocar. Não são nossos. Em parte pertencem aos que os construíram, e por outro lado pertencem às gerações futuras».

O debate sobre esta questão da Autenticidade, é um debate sério acerca do valor intrínseco do património histórico, valor passado, valor atual e valor futuro.

Como simples regra, devemos ter a perfeita noção do património histórico a intervencionar e tentar todas as soluções por forma a evitar remover qualquer aspeto do seu valor como monumento, sendo no entanto em nosso entender legítimo, adicionar-lhe valor.



Fig. 90 – Teatro Real e Jardins Carlton
Melbourne – Australia
Monumento

A Carta do ICOMOS Australiano conhecida por Carta de Burra, 1999, soube adaptar os princípios enunciados na Carta de Veneza à realidade local, muito diferente da Europeia.

Em nosso entender, mais abrangente, como por exemplo no seu Artigo 5º, afirma que a preservação e conservação de um sítio ou local necessita de ter em consideração todos os aspetos do seu significado e valor cultural, evitando enaltecer alguns aspetos em detrimento de outros igualmente importantes, de modo a melhor entendermos os seus atributos culturais.

De notar, o conceito de “significado cultural” substitui a ideia do património histórico como o edifício “per si”, mas deste modo como um todo, englobando-se igualmente a sua envolvente como fazendo parte integrante do referido património.

Aqui o valor cultural do património tem necessariamente de envolver toda a propriedade Património Mundial.

Verifica-se assim que o National Park Service teve um papel determinante na definição do Valor de Autenticidade e Integridade associado à preservação do património através dos exemplos da sua experiência, em certa medida plasmada nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial.

Após a contextualização da problemática em estudo, a nível internacional, nomeadamente nos planos teóricos e regulamentares dos especialistas, fomentando uma práxis profissional responsável, apoiada nos valores culturais da comunidade ou Nação onde o património se insere, no sentido de preservar a Autenticidade baseado nas suas raízes e tradições.

Chegou o momento de proceder-mos à avaliação da nossa proposta segundo os valores culturais históricos, sociais e artísticos do Património Cultural Nacional, conforme a determinação do conjunto de Critérios de Autenticidade adiante referenciados.

CAPÍTULO VII – PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS

7.1 – INTRODUÇÃO

A História de Portugal antiga e gloriosa de 800 anos, reflete-se naturalmente nos monumentos e sítios, vasto património disseminado pelo Mundo inteiro, espelhando naturalmente conhecimentos, sentimentos e tradições portadores de significado cultural.

Este património evolutivo, representativo das tradições e sentimentos do povo, apesar das dificuldades e vicissitudes atuais, políticas, económicas e financeiras do País, merece evidentemente ser preservado na sua integridade e Autenticidade.

Apesar de todas estas dificuldades e constrangimentos, ainda a solução mais equilibrada para a conservação e preservação do bem património, passa pela ocupação do seu espaço de uma forma sustentável, adaptando-o a actuais exigências de segurança e conforto, promovendo-se intervenções de conservação e restauro minimamente intrusivas e tanto quanto possível reversíveis, no sentido de proteger a sua integridade e Autenticidade.

Não podemos ignorar no entanto, um fator primordial a considerar para a preservação do bem património e sua Autenticidade, que é o fator humano e social das populações, cuja interação mantém vivo, íntegro e autêntico o Sítio ou Património Cultural onde se inserem.

É no contexto da singularidade ancestral do conhecimento histórico e cultural de Portugal, que propomos um conjunto de Critérios para avaliação da Autenticidade na Conservação do Património Cultural Nacional.

7.2 – CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

7.2.1 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGISLAÇÃO

Relativamente à realidade Portuguesa, a preocupação com a conservação, integridade e Autenticidade do Património Histórico, traduzida em força de Lei, remonta a sua origem ao séc. XVIII, reinado de D. João V, como anteriormente já foi referido.

Em 1876 através de um projeto de Decreto é criada a figura do técnico especialista autorizado a intervir nos monumentos, com responsabilidades da inventariação, estudo, conservação e restauro de monumentos.

Em 1880, a Real Associação de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses, apresentava a primeira relação de monumentos a classificar.⁶¹

Agrupados em seis classes, nomeadamente:

- Obras-primas da arquitetura e da arte portuguesas;
- Edifícios com significado para o estudo da história das artes;
- Monumentos militares;
- Estatuária;
- Padrões e arcos comemorativos;
- Monumentos pré-históricos.

Em 24 de outubro de 1901 era instituído o Conselho dos Monumentos Nacionais, que criava as “Bases para a Classificação dos Imóveis que devem ser considerados Monumentos Nacionais, ...”.

A 27 de setembro de 1906, publicava-se o Decreto que formalizava o Castelo de Elvas, tornando-se a primeira classificação imóvel em Portugal.

Em 1910, publica-se um Decreto de classificação, ordenado de forma sistemática segundo tipologias:

- Monumentos pré históricos: Antas e outros monumentos;
- Monumentos Lusitano e Lusitano-Romanos, Castros, Entrincheiramentos (exclusivo para a Cava de Viriato);
- Povoações: Todas Romanas;
- Marcos Miliários, Pontes, Templos, Arcos;
- Fontes (exclusivo para o Tanque do Ídolo – Braga);
- Estátuas: Lusitanos de Montalegre;
- Inscrições, Túmulos e Sepulturas;

⁶¹ Património Arquitetónico e Arqueológico, Informar para Proteger IPPAR, Printer Portuguesa, Lisboa, 1994, pág. 8 e 9

- Monumentos Militares: Castelos, Torres e Padrões;
- Monumentos Cívicos: Paços Reais, Paços Municipais, Paços Episcopais, Paços de Universidades, Palácios particulares, Casas memoráveis, Misericórdias, Hospitais, Aquedutos, Chafarizes e Pelourinhos;
- Trechos Arquitetónicos.

Este Decreto privilegia a arqueologia, considerando-se a época em que se enalteciam os Nacionalismos, as raízes históricas das Nações, a afirmação da raça.

O Decreto nº 20985 de 7 de março de 1932, instituiu uma nova categoria de património: Imóvel de Interesse Público.

A 11 de junho de 1949, a Lei nº 2032 atribui a classificação de Património de Valor Concelhio.

A Convenção do Património Mundial foi subscrita e ratificada por Portugal em 1979 através do Decreto-Lei nº 49/79 de 6 junho.

Em 1985 é criada a Lei do Património Cultural Português, Lei nº 13/85 de 6 junho, referindo nos seus Princípios Fundamentais, Artº 1º “O Património Cultural Português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da Cultura Portuguesa através do tempo”, e ainda no Artº 2º “Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.”

Significa então esta Lei o assumir pelo Estado Português do valor e singularidade do nosso património cultural e natural criando para efeitos da sua proteção, valorização e conservação, mecanismos legais e orientações de intervenção.

O Decreto-lei nº 164/97 de 27 de julho, estabelece normas relativas ao Património Cultural Subaquático.

A Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

O Decreto-lei nº 309/2009 de 23 de outubro, estabelece o procedimento de classificação de bens imóveis, o regime das zonas de proteção e o estabelecimento de regras para elaboração de planos de pormenor de salvaguarda.

Os princípios básicos fundamentais da Legislação Portuguesa defendem o levantamento e estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural e natural incumbindo esta responsabilidade ao Estado, instituições e proprietários do património histórico cultural.

Uma vez aceite a realidade intrínseca do nosso património material e imaterial, do ponto de vista histórico e enquanto sociedade humana evolutiva, com características particulares bem definidas, não devemos nunca esquecer a preservação da Integridade e Autenticidade do mesmo.

O Estado deve promover e incentivar a participação dos cidadãos na proteção e salvaguarda do património cultural, assegurando-se condições para a fruição desses sítios ou monumentos.

Os proprietários de património cultural devem colaborar com o Estado no levantamento, registo e inventário do património.

A Lei do património cultural estabelece a classificação dos bens imóveis como monumento, conjunto e sítio, sendo a sua importância relativa determinada como de valor local, regional, nacional ou internacional.

Monumentos: São obras de arquitetura, composições importantes ou modestas, notáveis pelo interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo-se instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como obras de escultura ou pintura monumental.

Conjuntos: Agrupamentos arquitetónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis, simultaneamente pela sua unidade ou integração na paisagem e interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

Sítios: Obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

Os conceitos teóricos e âmbito da Legislação Nacional do Património Cultural e Natural, são o resultado da simbiose da nossa realidade cultural e Tratados Internacionais aceites, nomeadamente:

- Carta de Atenas (1931)
- Carta de Veneza (1964)
- Convenções e Recomendações da UNESCO
- Convenção do Património Mundial (1972)
- Declaração de Amesterdão (1975)
- Diretivas do Conselho da Europa

Suportado no postulado atrás, exemplos relacionados e acreditando efetivamente na riqueza histórica patrimonial da diversidade cultural, nomeadamente a nossa, Portuguesa, excecionalmente representada, apoiada em conhecimentos ancestrais únicos, disseminada pelo Mundo, entendemos que o nosso Património Cultural e Natural é possuidor de atributos e Valores Culturais Excecionais, únicos, representativos do nosso espírito e sentimento como povo e nação.

Como povo, temos exemplos pelo Mundo inteiro do nosso valor de civilização e cultura representado pelos monumentos deixados por força das descobertas marítimas e subsequente ocupação dos territórios, temos, pelo menos a obrigação de manter a Autenticidade do Património construído em Portugal, como matriz a seguir na conservação dos monumentos existentes no exterior.

Pela presente, propomos para validação científica, quatro critérios de avaliação dos Valores de Autenticidade em Conservação do Património Cultural Português.

Os valores dos Critérios de Autenticidade são baseados nos textos e experiências internacionais, transpostos e sintetizados para a realidade do património histórico português, assente nas nossas raízes culturais tangíveis e intangíveis.

7.3 – CRITÉRIOS DE AUTENTICIDADE EM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO CULTURAL DE PORTUGAL

O valor de Autenticidade de um bem património cultural em Portugal em nosso entender, afirma-se nos seguintes Critérios:

O Critério Valor Cultural como vínculo de Autenticidade deve necessariamente estar imbuído de atributos de tradição, de valores imateriais caracterizadores da comunidade, deve transmitir o espírito e sentimento do Sítio refletindo o valor histórico do local, e naturalmente a forma e conceção do bem património com significado, remetendo-nos para o autor e para a obra de arte.

O Critério Integridade assegura a Autenticidade do bem património cultural através dos materiais físicos que compõem o bem e a sua interligação, como resultado das técnicas desenvolvidas e aplicadas na construção do património cultural.

Por outro lado a Autenticidade deve ser respeitada através da integridade da globalidade do sítio.

O Critério Conservação conforme proposto influencia a Autenticidade do bem património cultural na medida em que prevê a gestão comunitária do bem a preservar e a sua monitorização como forma adequada e sustentável de salvaguarda do bem para transmissão a gerações futuras.

O Critério Função/Usos é proposto aqui como fator fundamental para a preservação da Autenticidade do bem património cultural na atualidade.

Com efeito consideramos os atributos turismo e utilização determinantes para a definição de Autenticidade do património histórico, porque tanto um como outro influenciam positiva ou negativamente a integridade do bem, logo a sua Autenticidade, quando não exista uma gestão equilibrada e responsável.

Desenvolvemos seguidamente e com maior detalhe todos os Critérios e respetivos atributos que dão corpo e validam a nossa proposta, na medida em que clarifica o

significado intrínseco atribuído a cada critério, justificando assim o valor do mesmo na análise do bem.

7.3.1 – CRITÉRIOS E ATRIBUTOS

Valor Cultural

- * Tradição;
- * Imaterial;
- * Espírito e Sentimento;
- * Forma e Conceção.

Integridade

- * Materiais;
- * Técnica;
- * Sítio.

Conservação

- * Preservação local;
- * Monitorização;
- * Transmissão.

Função/Uso

- * Turismo;
- * Utilização.

7.3.1.1 – VALOR CULTURAL

Tradição: Reflete o modo de realização sócio/cultural da comunidade (métodos construtivos, arquitetónicos), usos e costumes, conhecimento empírico.

Imaterial: Reflete valores religiosos, sociais, folclore, crenças, língua.

Espírito e Sentimento: Reflete o valor histórico intrínseco do local, monumento ou sítio histórico. Reflete o passado histórico, a vida valorosa dos ocupantes ou evento histórico ocorrido.

Sentimento é o valor histórico que perpassa gerações e deve ser genuinamente conservado para as gerações futuras.

Forma e Conceção: Reflete o autor conceptual, criador da forma e do espaço, do objeto arquitetónico, paisagem cultural, espaço urbano, nomeadamente o monumento ou sítio histórico. Reflete a obra de arte.

7.3.1.2 – INTEGRIDADE

Materiais: Reflete os elementos físicos que integrados de forma coerente segundo determinado padrão, formam a propriedade histórica.

A sua composição determina a integridade do material e da propriedade histórica.

Técnicas: As tradições construtivas locais definem metodologias e conhecimentos ancestrais.

São expressões de conceção vernaculares, ou simbiose de sofisticadas obras de arte, monumentos ou sítios.

É a evidência física do desenvolvimento cultural, técnico e social de determinada comunidade.

Sítio: Reflete a envolvente natural do monumento.

Refere-se ao local concreto e específico onde ocorreu um evento histórico ou se construiu um monumento integrado com a paisagem.

7.3.1.3 – CONSERVAÇÃO

Preservação Local: Gestão comunitária envolvendo organizações culturais locais e instituições, nomeadamente Municípios, ONGs (Organizações não Governamentais), Associações locais.

As comunidades locais são os principais interessados na conservação e manutenção dos seus monumentos ou sítios históricos no sentido de manter a Autenticidade dos mesmos na transmissão às gerações futuras.

Monitorização: A monitorização é determinante na conservação e manutenção da Autenticidade do monumento ou sítio histórico.

A monitorização reflete a integridade do monumento ou sítio.

Transmissão: A conservação, observando-se os cânones dos autores/construtores da obra de arte, monumento ou sítio, é fundamental para a preservação da Autenticidade na transmissão dos mesmos às gerações futuras.

Como tal, transmissão pretende significar a ação de se manter a integridade e Autenticidade do monumento ou sítio, na convicção da sua entrega à próxima geração nas condições originais em que chegou aos nossos dias.

7.3.1.4 – FUNÇÃO/USO

Turismo: Fator importante na conservação e integridade do monumento ou sítio, que mal gerido pode afetar a integridade e Autenticidade dos mesmos.

Gerador de desenvolvimento económico e social da comunidade onde se insere o monumento ou sítio histórico.

Gerador de condições financeiras para a correta e adequada conservação da integridade e Autenticidade do património histórico.

Fator determinante para a divulgação do Valor Universal Excecional do património histórico, e seu estudo aprofundado.

Utilização: A envolvente do monumento ou sítio histórico incluindo a atividade humana ou o edificado mais modesto definem a Autenticidade do património histórico segundo o uso que lhe é atribuído.

A continuação da função original ou compatível, minimiza o impacto negativo na Autenticidade do monumento ou sítio histórico.

7.3.2 – CONTEÚDO E SIGNIFICADO DOS ATRIBUTOS

Selecionados os Critérios de Autenticidade relativamente à Conservação do Património Histórico Português, vamos de seguida desenvolver os princípios básicos subjacentes aos critérios propostos, no sentido de consubstanciar os valores conceptuais inerentes aos critérios expressos.

7.3.2.1 – VALOR CULTURAL

7.3.2.1.1 – TRADIÇÃO

Conceito transmissor de práticas, valores sociais e espirituais através das gerações.

Tradição está associada às crenças do povo ou comunidade, adotada e conservada com dignidade e respeito ao longo das gerações.

Crença tem em si mesmo um significado intrínseco de acreditar no que é verdadeiro, “...a evitação da contradição é interna ao próprio conceito de crença.”⁶²

Esta imutabilidade cultural compreende-se, porque crença é um conceito dogmático atribuído a condições psicológicas que definem sentimentos de veracidade relativamente a ideias que não são passíveis de verificação objetiva. “Porque sempre se fez assim”.

A tradição atravessa os tempos normalmente através da transmissão oral, expressando-se por meio de manifestações culturais populares (dança, música, folclore, artesanato,...).

Podemos assim entender a tradição como um valor de Autenticidade comunitário ou regional influenciando obviamente o monumento ou sítio património histórico local.

Tradição, é assim, uma expressão cultural popular reflexo de padrões de comportamento do individuo inserido na comunidade e a sua adaptação ao ambiente envolvente, através das diversas áreas do conhecimento, nomeadamente:

- Crenças, linguagem, hábitos, usos e costumes, artesanato, ... etc.

⁶² Moran, Richard, Replies to Heal, Reginster, Wilson and Lear, 2004, pág. 472.

7.3.2.1.2 – IMATERIAL

O património cultural, como tal considerado pela UNESCO, não esgota os seus valores no edificado monumental histórico, nos sítios ou objetos de arte.

Atualmente é aceite pela comunidade científica o valor imaterial do património, traduzido na tradição ou expressão viva herdada dos nossos antepassados, perpassando gerações, através das tradições orais, expressão artística e práticas sociais, rituais, eventos históricos, conhecimento da natureza e dos materiais a trabalhar e artesanato tradicional.

O Património Cultural Imaterial é de tal forma importante na avaliação do património histórico, monumentos ou sítios, nomeadamente no respeitante aos valores da Autenticidade, que a UNESCO, realizou uma Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Paris (2003).

No Artigo 2º apresentou definições:

1. Entende-se por Património Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências, bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados, que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.

O Património Cultural Imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, conferindo-lhes um sentido de identidade de continuidade, contribuindo para promover o respeito da diversidade cultural e criatividade humana.

2. O Património Cultural Imaterial, manifesta-se nos seguintes domínios:
 - a. Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;
 - b. Arte, e espetáculo;
 - c. Práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d. Conhecimento e uso, relacionados com a natureza e o universo;

e. Técnicas artesanais tradicionais.

Verifica-se deste modo a complementaridade do conceito de Património Imaterial com o conceito de Tradição, que não só enaltece as tradições herdadas do passado, como enaltece as práticas rurais ou urbanas contemporâneas, nas quais os diferentes grupos ou associações culturais tomem parte evidenciando as suas tradições particulares.

A Autenticidade dos monumentos e sítios históricos em intervenções de conservação e restauro necessitam de observar a dimensão imaterial do referido património.

Podemos por conseguinte considerar que o valor da dimensão imaterial é inseparável da dimensão material do objeto cultural.

Por outro lado, e seguindo esta linha de pensamento, podemos compreender a importância da ligação do monumento à sua envolvente e que dele faz parte integrante, sendo a sua Autenticidade avaliada no todo global, em função da interação de todos os elementos presentes.

7.3.2.1.3 – ESPÍRITO/SENTIMENTO

É a empatia que nos liga à história marcante do monumento ou sítio património.

É a disposição afetiva perante um acontecimento vivido, que traduz a nossa avaliação dos conhecimentos e história passados no monumento ou sítio.

Podemos dizer que é o espírito do monumento, a forma como encaramos a verdade histórica considerando o valor de Autenticidade presente no mesmo.

O espírito ou sentimento transmitido pelo monumento só é possível considerando-se a sua integridade e Autenticidade, caso contrário trata-se apenas de cenário, inibindo sentimentos de nobreza, orgulho e verdade histórica, sabendo estarmos em presença de objetos miméticos, cópias de supostas Autenticidades.

Neste caso, só mesmo o espírito, o conhecimento de acontecimentos vividos no local, são relevantes, mas são considerações insuficientes para a avaliação da Autenticidade do monumento ou sítio histórico.

7.3.2.1.4 – FORMA E CONCEÇÃO

Refere-se ao autor da obra património histórico, cultural ou natural, criador da forma do objeto de arte, do monumento arquitetónico ou paisagem.

Estudo das relações espaciais internas e externas do monumento ou sítio histórico.

Através da análise da forma e conceção do edificado, envolvente e materiais empregues na sua construção, podemos atualmente compreender metodologias e conceitos construtivos do passado, permitindo-nos realizar intervenções de conservação, consentâneas com práticas e técnicas ancestrais, e desta forma não adulterar a integridade e Autenticidade do património histórico.

7.3.2.2 – INTEGRIDADE

7.3.2.2.1 – MATERIAIS

É o elemento físico tangível da natureza, que trabalhado e organizado segundo projeto conceptual do autor dá forma ao monumento ou sítio histórico.

A relação padronizada dos materiais integrados na construção permite-nos verificar a integridade do património.

Por outro lado, através dos materiais presentes no edificado podemos constatar a qualidade e cuidado nas intervenções de conservação realizadas no monumento ao longo dos tempos, e em que medida o valor da Autenticidade foi respeitado.

De facto a integridade estrutural é fundamental para a vida e conservação do monumento.

Mas o valor de Autenticidade pode ser questionado, conforme o nível da intrusão e alteração verificado nos materiais, considerando-se razões técnicas ou estéticas.

7.3.2.2.2 – TÉCNICAS

Correspondem às tradições construtivas locais, ao conhecimento empírico prático dos materiais quanto à sua fabricação, modulação e melhor forma de aplicação, tendo em atenção a dimensão arquitetónica do objeto patrimonial a construir, tratando-se de monumento de grande dimensão, ou simples habitação vernacular.

Técnicas ancestrais de tratamento e manuseamento dos materiais presentes na natureza, ainda hoje são utilizadas, atente-se no caso da Arquitetura da Terra.

As construções em terra ainda hoje se realizam no Alentejo incluindo-se já outras condições de conforto e estética de acordo com a nossa contemporaneidade.

De qualquer forma os princípios básicos de construção vernacular estão bem presentes e são observados.

As técnicas pretendem igualmente que a Autenticidade do monumento ou sítio seja respeitada considerando-se que durante intervenções de conservação ou restauro sejam observados os cânones construtivos e arquitetónicos do autor do referido património cultural ou natural, e se atue em conformidade, não danificando ou deturpando a integridade e a Autenticidade inerente ao objeto de arte.

7.3.2.2.3 – SÍTIO

É a paisagem ou a envolvente onde se insere determinado monumento ou edificado e do qual faz parte integrante.

A análise sobre o Valor Universal Excecional, não deve por conseguinte ser realizado apenas ao edificado “per si”, como elemento preponderante é certo, mas integrado numa envolvente, também ela com valor património histórico.

O valor da autenticidade veiculado ao sítio, pode ser determinado pelos valores de integridade manifestados através do diálogo entre os elementos construídos e a sua integração na paisagem e envolvente, incluindo-se obviamente valores de integridade inerentes à paisagem e envolvente.

7.3.2.3 – CONSERVAÇÃO

7.3.2.3.1 – PRESERVAÇÃO LOCAL

Entendemos que as comunidades locais são os primeiros interessados na salvaguarda do património, pois com ele convivem diariamente.

Podemos então compreender porque são os principais defensores e curadores do património histórico local.

Por esta razão, entendemos de facto, que é uma mais valia a colaboração ativa das comunidades locais através das suas associações culturais, na gestão e conservação dos monumentos e sítios patrimoniais históricos.

Os habitantes das comunidades onde existe património histórico com valor cultural ou natural são os mais críticos e exigentes no que respeita à gestão do património existente, na maior parte das vezes porque o poder institucional responsável por esse património não informa as populações de determinadas decisões ou ações de intervenção no mesmo, originando desentendimentos quanto à validade das intervenções e a eventual quebra dos valores de Autenticidade intrínsecas ao monumento.

Como se verifica “in situ” a principal preocupação das populações residentes é a possível destruição da integridade do monumento e consequente perda da sua Autenticidade, isto acontece por falha de comunicação, entre as instituições e as comunidades locais.

Compreende-se deste modo porque é importante o contributo ativo das comunidades locais na gestão do património histórico, cultural e natural com Valor Universal Excecional.

O fator da gestão é importante na definição do valor de Autenticidade do património histórico, pois as decisões tomadas vão sempre influenciar positiva ou negativamente a integridade e Autenticidade do referido monumento ou sítio, incluindo a sua envolvente ou paisagem.

7.3.2.3.2 – MONITORIZAÇÃO

Atualmente e face ao exponencial crescimento do turismo a que assistimos, a nível planetário, e com especial incidência nos locais Património Mundial com Valor Universal Excecional, o Comité do Património Mundial da UNESCO viu-se na necessidade de alertar os Estados Parte no sentido do desenvolvimento de sistemas eficazes de monitorização do seu património histórico, fundamentalmente o Património Histórico já inscrito como Património Mundial da UNESCO e com Valor Universal Excecional, considerando-se a sua salvaguarda para as futuras gerações.

Devemos compreender que o turismo pode funcionar como motor de desenvolvimento de uma região ou comunidade sendo ainda economicamente vantajoso para a

conservação adequada e autêntica do monumento ou sítio com Valor Universal Excecional, ou mesmo a nível nacional.

Por outro lado e como reverso da medalha, temos o dever de acautelar os excessos que provocam danos irreparáveis na integridade e Autenticidade do património histórico, quando o fluxo turístico não é devidamente gerido.

Para se proteger adequadamente o património torna-se imprescindível a monitorização permanente dos monumentos e sítios patrimoniais históricos, de modo a controlar e prevenir intrusões destrutivas.

7.3.2.3.3 – TRANSMISSÃO

Por transmissão entende-se a manutenção e conservação da integridade e Autenticidade do monumento ou sítio considerando-se a passagem intacta, autêntica e genuína às próximas gerações, no sentido de vivenciarem sentimentos idênticos aos das gerações passadas compreendendo assim o respeito latente no local relativamente aos acontecimentos vividos no monumento ou sítio.

Entende-se deste modo porque é que a Autenticidade é um valor intrínseco do património cultural ou natural a transmitir às gerações futuras, caso contrário, não soubemos dignificar os nossos antepassados e a nossa história, que nos torna singulares perante os outros povos e culturas

As considerações relativamente aos valores de Autenticidade manifestados na integridade dos monumentos a transmitir às próximas gerações, são o garante da continuidade dos valores da nossa história e dos valores da nossa própria cultura.

7.3.2.4 – FUNÇÃO/USO

7.3.2.4.1 – TURISMO

O turismo detém um papel muito relevante na conservação do património cultural e natural, porque com os rendimentos realizados, possibilitam intervenções no património monumental.

Mantendo-se as mesmas funções, os espaços poderão ser estruturados para fruição do público, através de utilizações culturais, galerias de arte, exposições temporárias, concertos, conferências,....

Em 1999, o ICOMOS, referia “O turismo pode captar as características económicas do património e servir-se disso para a conservação, através da geração de fundos, educando a comunidade e influenciando a política.”⁶³

Constata-se deste modo que o turismo é a mola financeira impulsionadora da conservação de monumentos e sítios património.

Daí a importância do turismo como valor protetor da Autenticidade, porque o turista cultural é exigente relativamente ao valor genuíno do património histórico a visitar, implicando necessariamente um maior cuidado no tratamento e conservação dos monumentos e sítios.

7.3.2.4.2 – UTILIZAÇÃO

A Carta de Veneza (1964), no seu Artigo 5º refere “A Conservação dos Monumentos é sempre favorecida pela sua afetação a uma função útil à Sociedade.”⁶⁴

Deste modo, mantendo-se a função e o uso do monumento ou sítio histórico, mantém-se igualmente a integridade e Autenticidade do património.

A utilização preconizada para o património cultural define obrigatoriamente valores de integridade e Autenticidade, porque está implicitamente ligada à função e/ao uso com que se pretende dotar o monumento ou sítio.

7.4 – CONCLUSÃO

Concluída a fundamentação argumentativa dos atributos que são a génese dos Critérios de Autenticidade propostos, devem os critérios ser agora testados e validados através do método lógico dedutivo referido no Capítulo Metodologia, apoiado numa análise qualitativa de Estudos de Caso adiante selecionados.

Em síntese pretendemos neste Capítulo, evidenciar as particularidades do Património Cultural Português imbuído dos valores de Autenticidade, diferenciadores das outras culturas, segundo os conceitos dos Critérios e atributos atrás desenvolvidos.

⁶³ ICOMOS – Cultural Turism Charter, parágrafo 5, ICOMOS. Paris, 1999, In Dissertação apresentada pelo próprio ULTH para a obtenção de grau de Mestre em Conservação, Restauro e Revivificação de Monumentos e Sítios, pág. 30 – 2006.

⁶⁴ CABRITA, A. Reis, ALHO, Carlos, Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitetónico Europeu, Relatório 155/87, Núcleo de Arquitetura, LNEC, Lisboa, 1987, pág. 21.

CAPÍTULO VIII – ESTUDOS DE CASO

8.1 – INTRODUÇÃO

A conceptualização da presente Tese pretende efectivamente a adequação e validação dos Valores de Autenticidade do Património Cultural Português afirmados por meio do conjunto de Critérios anteriormente referidos e a verificar seguidamente.

Uma vez que o suporte teórico assenta na Convenção do Património Mundial, Documento de Nara sobre Autenticidade e Cartas Internacionais sobre Património Cultural, é nosso entendimento que a confirmação objectiva dos Critérios de Autenticidade ocorra no contexto do estudo e análise do Património Cultural Português classificado como Património Mundial.

Aceitando-se naturalmente que o referido bem património já demonstrou o seu valor de Autenticidade, por intermédio da Declaração de Autenticidade exigida pelo Comité do Património Mundial na admissão da proposta do bem à Lista do Património Mundial.

Para o efeito, vamos então analisar os seguintes Estudos de Caso:

- Região Vinhateira do Alto Douro;
- Paisagem Cultural de Sintra;
- Mosteiro dos Jerónimos – Torre de Belém

8.2 – ESTUDOS DE CASO

Na sequência do desenvolvimento analítico anterior, vamos então certificar a conceptualização teórica definida, colocando em prática os Critérios propostos para determinar o Valor de Autenticidade do Património Histórico Cultural em Portugal, nomeadamente no âmbito dos exemplos seguintes seleccionados.

8.2.1 – REGIÃO VINHATEIRA DO ALTO DOURO

Categoria: Património Cultural

Critérios: iii; iv; v

Data Inscrição: 2001

Localização: Região do Douro; Trás-os-Montes e Alto Douro

1 – Valor Cultural

Tradição: Valor refletido logo no início da descrição da proposta apresentada à UNESCO “vinho produzido tradicionalmente na região do Alto Douro por ocupantes do território há mais de 2.000 anos.

Esta longa tradição viticultora produz uma Paisagem Cultural de Excecional beleza, reflexo da sua evolução tecnológica, social e económica”.

Efetivamente a paisagem da região do Alto Douro é continuamente moldada em função da atividade humana, sendo os seus componentes, representativos das atividades associadas à produção do vinho do Porto nomeadamente Terraços, Quintas, Vilas, Capelas e Caminhos.

A imagem predominante são os socalcos, produzidos pela construção das paredes em alvenaria de pedra seca local, para retenção do solo necessário à plantação e desenvolvimento das vinhas.

De acordo com a Declaração de Significado relativamente à justificação para a Inscrição na Lista do Património Mundial “A singularidade da Paisagem Cultural do Alto Douro é a combinação do trabalho humano e da natureza”, é portanto o resultado da adaptação de processos ancestrais e técnicas para a produção do vinho.

É uma Paisagem Cultural plena de vida e em constante evolução, é um excecional exemplo das tradições antigas na forma de trabalhar a terra, e simultaneamente uma civilização viva e persistente que produz vinha de elevada qualidade em condições ambientais extremamente difíceis.

Imaterial: O valor imaterial da paisagem cultural do Alto Douro manifesta-se através do património religioso, conforme assinalado também na proposta.

A relação do homem com a terra expressa-se através de um profundo fervor religioso, uma conceção cósmica do passado, integrada nos elementos da Natureza aos quais se atribuem poderes sobrenaturais na forma de entidades mágicas que administram as vidas das pessoas, e que o Cristianismo tentou expurgar através dos seus Santos padroeiros, templos, festivais e feiras cíclicas, mas ainda sem capacidade de apagar todos os traços e vestígios das suas remotas origens pré-cristãs.

“A veneração das forças da natureza – os rios ou lagos, a fertilidade da terra e dos animais, trovoadas, o sol – através de ritos simbólicos manifestados perante os Santos padroeiros que os representam, e se mantêm presentes até à atualidade no calendário e na rotina viva das comunidades, perpetuando assim as suas memórias, tendo muitas destas raízes, origens muito antigas.”

Isto pode ser explicado pela existência de muitos locais de adoração e peregrinação, tal como a existência de numerosas ermidas, capelas e altares que se encontram no cimo dos montes, e normalmente associados a elementos da natureza (Santa Apolónia, em Urros; Santa Marinha, em Provosende; São Salvador do Mundo, na localidade do mesmo nome).

Com efeito algumas capelas e altares estão construídos em sítios de antigos povoados.

Além disso, o rico folclore do Douro é um repositório de contos e lendas que associam elementos culturais Célticos, Árabes e Cristãos, uma mistura eclética, que reflete claramente o cruzamento internacional e a aculturação de muitas pessoas que, ao longo dos séculos, cruzaram e conheceram o Vale do Douro.

Espírito e Sentimento: Este valor é também claramente expresso na proposta, como segue “À vitória final dos Cristãos sobre os Mouros na região (meados do século XI), seguiu-se uma era de progresso técnico e repovoamento durante o século XII, no início da história de Portugal, como Nação, ajudando a afirmar este património eclético, enquanto, ao mesmo tempo introduz dois grandes fatores, determinantes para difundir o Cristianismo na região: a ligação aos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela e a implantação de alguns grandes conventos, nomeadamente da Ordem de Cister (São Pedro das Águias, São João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas).

Numa região onde a paisagem é profundamente humanizada através dos séculos pelo trabalho de gerações de agricultores e produtores de vinho, sob grandes dificuldades e condições muito agressivas, o homem foi capaz de criar um produto de excelência através da sua experiência e conhecimento tradicional, a sacralização da Natureza corresponde igualmente à identificação do “Espírito Local”, cujo enquadramento santifica o valor histórico do trabalho do homem.

“... O clima mediterrânico presente nesta paisagem de xisto e montanhas de socacos, longe do mar, adiciona um sabor único e singular ao sentimento do “genius loci.”

Forma e Conceção: A paisagem cultural do Alto Douro é o resultado do trabalho árduo conjugado de muitas gerações de homens e mulheres, que conseguiram modelar um território agreste, determinado na proposta a património mundial:

Podemos referir que desde o século I os romanos redefinem o uso da terra e reestruturam as atividades de todo o vale do Douro. Integram-se perfeitamente nas populações locais e recuperam os espaços ocupados pelas praças fortes existentes nos montes, ocupando igualmente os vales, onde introduzem o cultivo das vinhas, oliveiras e cereais, construindo ainda estradas e pontes para facilitar a deslocação das produções, e o contato social humano.

“... O homem utilizando métodos e meios adquiridos ao longo dos tempos, desbrava as terras e constrói terraços suportados por centenas de quilómetros de paredes de alvenaria de pedra seca, com grande habilidade e criatividade.”

O homem consegue ultrapassar e modelar os obstáculos físicos do ambiente natural, que se lhe deparam aproveitando todos os benefícios provenientes do clima e do solo, possibilitando a sua fixação no sítio.

2 – Integridade

Materiais: Como praticamente não existia solo, teve o mesmo de ser fabricado, sendo conhecido por “antroposolo”.

O homem para produzir este solo, triturava a pedra de xisto a martelo.

Este solo é depois contido pelas paredes de pedra construídas precisamente para o reter.

As paredes e os degraus de circulação entre os socacos ou terraços, por outro lado eram construídos em blocos de granito e/ou xisto, porque são os materiais abundantes e presentes na natureza.

Desde a ocupação romana que se verifica o cultivo da vinha tendo-se vindo a desenvolver ao longo das gerações metodologias e técnicas específicas para a produção do vinho nesta região, agreste desde sempre, dando-se um salto qualitativo na Idade Média através dos Mosteiros da Ordem de Cister na zona de Lamego, produzindo um vinho doce já afamado na Europa do século XVI.

O controlo de qualidade dos vinhos, regulado há mais de 300 anos na região Demarcada do Douro é o melhor indicador de Autenticidade do vinho envelhecido, rigorosamente sustentado num único e rico património genético sobrevivente até aos nossos dias, e constituído pelo registo de mais de 100 tipos nativos de uvas brancas e pretas.

Do mesmo modo o património arquitetónico é diversificado, quer seja urbano ou rural, vernáculo, erudito ou monumental.

No espaço rural, as habitações das quintas, conhecidas como “casais”, possuem espaço de horta e pequena vinha.

Os edifícios crescem de acordo com as necessidades funcionais da propriedade.

Construções características em xisto, aros e lintéis das portas em blocos de granito ou placas de xisto, empena dos telhados com cobertura de telhas rústicas e fortes apoios de madeira.

Na região do Baixo Corgo, as habitações normalmente têm dois pisos acompanhando a inclinação dos montes.

O piso superior é compartimentado por divisórias de madeira, assente sobre sólida estrutura de paredes de granito ou xisto que constitui o piso térreo.

As finas divisórias são estucadas e caiadas nas duas faces para impermeabilização do edifício, ou podem ainda ser revestidas com placas de ardósia para a mesma finalidade.

Os pilares e os aros de madeira são pintados em cores fortes e brilhantes, considerando-se para além do valor estético implícito, um valor protetor contra os espíritos malignos.

A fachada principal é ainda marcada por uma varanda em madeira.

Técnicas: As técnicas construtivas da Paisagem Cultural do Alto Douro, naturalmente que evoluíram com os tempos e o conhecimento empírico adquirido, são no entanto muito marcantes as técnicas utilizadas antes e após a epidemia da filoxera em inícios do século XX.

“Através dos séculos, o homem construiu linhas sobre linhas de socalcos, terraços pequenos e irregulares protegidos por paredes de xisto, periodicamente reconstruídos, onde apenas se podia desenvolver uma ou duas fiadas de vinha.”

Falamos da era antes da filoxera, após esta epidemia os socalcos foram redimensionados.

A reconversão traduziu-se na construção de linhas contínuas regularmente moldadas em terraços permitindo uma exploração mais adequada e coerente adaptada a níveis de produção mais elevados.

Os novos terraços alteraram a paisagem antiga, mas como uma necessidade da sobrevivência das culturas.

Esta alteração verifica-se nas paredes monumentais construídas, e também pelo facto dos terraços passarem a ser mais largos, e ligeiramente inclinados, para assegurar uma maior exposição solar sobre as vinhas.

Além disso estes terraços permitem a plantação de maior número de fiadas de vinha e mais afastadas entre si, permitindo ainda o trabalho com mulas e arados.

Estas técnicas, muito enraizadas na tradição baseiam-se no trabalho manual e na experiência individualizada, transmitidas de geração em geração, apontam caminhos sustentáveis de trabalhar a terra.

Uma vez limpo o terreno da vegetação existente, o homem define os caminhos e cursos de água, e só então se debruça sobre a construção dos terraços com paredes de retenção do solo e plantação das vinhas.

Primeiro, parte os rochedos de xisto com dinamite ou picareta e pá. Seguidamente prepara o solo, ou seja, movimenta-o libertando rochas e pedras que utiliza para a construção das paredes.

Estas paredes ou “Calços” são construídas de baixo para cima até ao topo do monte, seguindo as curvas naturais do mesmo.

De forma a garantir a solidez do terraço, o “calço” é mais largo na base, estreitando em proporção da altura.

Finalmente são abertos os furos de drenagem das águas ao longo das paredes.

Normalmente estas paredes são construídas com pedras soltas sobrepostas, raramente com pedra metodicamente cortada.

A única ferramenta utilizada é um martelo de dupla ponta, servindo uma para partir e a outra para dar forma à pedra, de preferência partida longitudinalmente de modo a obtermos superfícies lisas.

O acesso de um socalco para outro é proporcionado através de rampas ou escadas, escavadas no terreno, construídas com os materiais das paredes, formando os degraus.

Salta Cão, é o método mais antigo conhecido, utilizado na região.

Sítio: Apesar da expansão das vinhas, ainda permanecem áreas intocáveis desde a época da filoxera, socalcos abandonados, chamados “mortórios”, invadidos por flora nativa selvagem e oliveiras.

Ao longo das margens do rio Douro e dos cursos de água dos montes, encontramos a plantação e desenvolvimento de laranjeiras.

No topo dos montes, como a vinha é inviável face às condições ambientais naturais, encontramos espécies de plantas endémicas, nomeadamente estevas, urzes, giestas, rosmaninho, carqueja, morangueiro e zimbro.

Encontramos ainda bosques acompanhando as vinhas, como fonte de material de apoio à manutenção da vinha e aquecimento das habitações.

Para enfrentar longos e quentes verões, a água das chuvas é recolhida em abrigos subterrâneos localizados nos montes no meio das vinhas.

Daqui a água é canalizada através de um sistema hidráulico artesanal em condutas de pedra até tanques em granito espalhados pelas quintas com o objetivo de providenciar um adequado sistema de rega.

Por outro lado, as chuvas dos invernos que correm pelos montes abaixo, têm de ser controladas para não destruírem os socacos, possuindo por conseguinte alguns terraços condutas subterrâneas de drenagem, e tubos de descarga integrados no topo das paredes.

Relativamente à análise urbanística e arquitetónica das povoações locais nomeadamente as de origem medieval distinguem-se as mesmas pela sua localização a meio dos montes e de elevada densidade habitacional.

Sobressaindo a Igreja Paroquial do século XVIII.

Conjuntos de habitações alinhadas, abrindo diretamente sobre estreitas ruas, de construção em pedra de granito emparelhada, de linhas simples, humildes, em contraponto com as casas apalaçadas das quintas.

As casas das quintas, maiores em dimensão e com dois ou três pisos, são construídas com linhas mais eruditas, pedra trabalhada, janelas e portas finamente elaboradas.

Na fachada principal, que comunica com a rua o piso térreo possui portas e acessos a adegas e armazéns, enquanto o 1º piso é adornado com belos vãos de janela ornamentadas e com varanda em pedra esculpida.

Possui capela adossada lateralmente ao corpo principal abrindo diretamente para o exterior, possuindo no lado oposto um portão alto, em ferro finamente trabalhado, com acesso a jardim e à porta principal da residência, em muitos casos acessível por escadaria monumental.

A capela e a habitação principal eram decoradas normalmente ao estilo do século XVI ou XVII, com tetos em estuque ou caixas de madeira podendo igualmente ser ricamente decorados com pinturas.

3 – Conservação

Preservação Local: A preservação do património mundial que é a Paisagem Cultural do Alto Douro é protagonizada pela Gestão e estratégia de proteção cuja implementação é baseada essencialmente no seguinte planeamento e estruturas de apoio institucional local, nomeadamente:

- Plano Intermunicipal da região viticultora do Alto Douro (PIOT), direcionado para a conservação e melhoramento da paisagem cultural viva evolutiva do Alto Douro, cujas orientações e instrumentos de gestão se incluem no PDM local.

O Plano será acompanhado de um Programa de Gestão da Paisagem Cultural, com indicação dos investimentos necessários para implementar a salvaguarda do património ao longo do tempo;

- Gabinete do Alto Douro, que consiste no Corpo Técnico de gestão e assistência, respondendo organicamente ao Governo Central, mas funcionalmente aos Municípios locais atuando em estreita colaboração com a Associação de Promoção do Património Mundial do Alto Douro;
- A Associação de Promoção do Património Mundial do Alto Douro, é uma entidade vocacionada a promover entidades públicas ou privadas, interessadas e/ou envolvidas na aquisição de ativos, na preservação, salvaguarda, melhoramento ou promoção do Alto Douro.

Por outro lado e de forma objetiva, o Programa de Gestão da Paisagem da Região Demarcada do Vinho do Alto Douro atua diretamente do Plano Geral Intermunicipal.

O seu principal objetivo é o de contribuir para o melhoramento da Paisagem e os seus ativos patrimoniais, minimizar toda a interferência com a paisagem, elevar a qualidade do ambiente e o nível de vida na área como fator crucial na sua sustentabilidade, e introduzir processos de divulgação e promoção das características excecionais da Paisagem Cultural do Alto Douro.

Este Programa de Gestão da Paisagem foi concebido com vista a integrar um conjunto de sub-programas direcionados à implementação de projetos e tipos de intervenções e ações, as quais, ainda que diferentes entre si, convergem no mesmo objetivo, nomeadamente;

- Sub-Programa A – Melhoramento das características da paisagem: melhoramento das paredes e terraços, reparação e reconstrução dos socacos, reintrodução dos limites e colheitas associadas, melhoramento dos terrenos vazios e áreas arbustivas, etc.;

- Sub-Programa B – Correção das interferências com a Paisagem: integração dos armazéns e palheiros e outras edificações técnicas, minimização do impacto e procura de soluções alternativas aos métodos atuais de plantar e trabalhar a vinha;
- Sub-Programa C – Monitorização e melhoramento do Património: Monitorização do património vernacular, monitorização e recuperação das artes locais, artesanato e tradições, desenvolvimento de projetos de recuperação do património vernacular, etc.;
- Sub-Programa D – Qualificação e Dinamização dos povoamentos: Promover a criação de planos detalhados de povoamentos, gestão de delimitação rural das povoações, promover o artesanato e formas tradicionais de fazer, apoio a novas atividades económicas nas áreas rurais, etc.;
- Sub-Programa E – Receção aos visitantes: Sinalização da paisagem, criação de centros de informação e receção, melhoria de pontos de observação e descanso, construção de rotas e caminhos, modernização de instalações para os visitantes, projetos de turismo rural integrado, etc.;
- Sub-Programa F – Promoção de atrações turísticas e atividade de lazer: Produção de documentação e mapas, organização de projetos envolvendo atividades de lazer, festivais e feiras, programas para apreciadores de vinhos e comidas, seminários e visitas de estudo, produção de material publicitário e campanhas de marketing;
- Sub-Programa de Investigação, Desenvolvimento e Educação, iniciativas de apoio e formação: Métodos de formação em vinhos e modelação da terra, mecanização e normalização de reconstrução e operações de manutenção de paredes, investigação sobre a diversidade biológica natural, cursos no local acerca de como interpretar a paisagem, ações de valorização das árvores, implementar a recuperação do património vernacular.

Monitorização: Desde os anos 90 que se acentuou a preocupação no melhoramento e conservação dos recursos naturais da região do Alto Douro, no sentido da criação de novos postos de trabalho e na diversificação da produção agrícola local, sem contudo

alterar significativamente o ambiente e a paisagem, e principalmente a degradação dos solos.

Todas estas questões foram amplamente discutidas e finalmente implementadas num Plano Geral Municipal, criado e desenvolvido com vista ao efetivo controlo do uso da terra e proteção adequada do excecional e vasto património cultural, paisagístico e arquitetónico da região.

Considerando-se a vulnerabilidade da paisagem cultural do Alto Douro, os Municípios locais desenvolvem uma política de intervenção defensiva, no sentido de, por um lado servir como enquadramento à utilização do potencial existente, e por outro lado garantir igualmente a salvaguarda da paisagem cultural.

Este processo de regulamentação e controle de monitorização adotado acaba por ser o reflexo da experiência empírica acumulada ao longo dos séculos, devidamente afinada aos tempos atuais, no sentido da preservação das paisagens, dos solos e dos vinhos.

Centra-se essencialmente na regulamentação, licenciamento e controle das plantações e cultivo das vinhas, principal fator a considerar na alteração da paisagem e à intervenção do homem.

Um dos indicadores de monitorização do estado de conservação da paisagem é o controlo das alterações ao uso dos solos, e é realizado pelo Gabinete do Alto Douro.

De qualquer modo é fundamental a observação da regulamentação do Plano Intermunicipal para a região vinhateira do Alto Douro, que formula aspetos relevantes dos procedimentos de monitorização do estudo de conservação da paisagem cultural.

Entre os indicadores principais, os físicos, estruturais, são os mais importantes nomeadamente: O estado de conservação das paredes, os métodos de plantação das vinhas, e os planos associados a outras produções e plantações, as árvores utilizadas para limitar as propriedades com vinhas verticais, a eliminação ou redução das intrusões na paisagem, o inventário e conservação do património vernacular.

Todo o território que compõe a região Demarcada do Douro e as suas atividades sociais e económicas, como sejam a agricultura da vinha e da floresta, recursos minerais, navegação e energia, são supervisionados por entidades públicas criadas para o efeito, como sejam: CIRDD – Comissão Interprofissional para a Região Demarcada do Douro;

Casa do Douro e do Registo das Vinhas; Instituto do Vinho e da Vinha e Direção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Transmissão: A paisagem cultural do Alto Douro é constituída por uma imensa quantidade de propriedades agrícolas, as quais sem exceção estão representadas na Casa do Douro.

Através dos vales, os caminhos de ferro e as estradas, e ainda as barragens do Carrapatelo, Bagauste, Valeira e Pocinho são propriedades do Estado sob administração das autoridades locais, ou empresas públicas.

As paróquias, irmandades religiosas e igrejas locais, partilham a propriedade de miríade de Capelas existentes, como afirmação da fé Cristã e tentativa de dar sentido ao esforço humano no desenvolvimento e conservação do património histórico-cultural da região demarcada.

Atualmente, e por força da Lei, todos os PDM dos municípios integrantes da Região Demarcada do Douro são aprovadas pelo Governo Central, sendo determinantes as orientações neles expressas, para a correta e sustentável gestão do território.

Estes Planos consistem em três secções essenciais: Mapa de ordenamento e monitorização, mapa de condicionantes e mapa de regulamentações.

No mapa de ordenamento e monitorização, a maior parte do território vinhateiro do Alto Douro está classificado como “Áreas Agrícolas Estritamente Protegidas”.

No mapa de condicionantes grande parte do Alto Douro encontra-se protegido sob o estatuto de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, sendo ambas inibidoras de alterações ao uso da terra.

Por conseguinte a paisagem cultural do Alto Douro goza do estatuto de proteção nos termos dos PDM locais, inseridos agora no Plano Intermunicipal da Região Vinhateira do Alto Douro.

A proteção da paisagem do Alto Douro assenta essencialmente na sustentabilidade do uso da terra e conservação do património cultural que caracteriza efetivamente esta proposta a Património Mundial.

O controlo que é exercido através da atuação do Gabinete do Alto Douro e do PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenação do Território para a Região do Alto Douro, complementados pelo Programa de Gestão de Paisagens do Alto Douro, apresenta-nos um ponto de vista integrado e operacional nas matérias de proteção e conservação do património e Paisagem Cultural, sendo a sua aplicação o garante de transmissão do património existente às gerações futuras, pelo menos nas condições em que o recebemos e que atualmente usufruímos.

4 – Função/Uso

Turismo: Sob o enquadramento do apoio comunitário, o Programa Operacional para a Agricultura deve apoiar a viticultura bem como a produção da azeitona e das frutas.

Para além disso, o Programa Operacional Económico, no setor do Turismo, apoia e estimula efetivamente o desenvolvimento de vários projetos com vista à recuperação de edifícios, que antigamente faziam parte da exploração agrícola das propriedades, para serem agora adaptadas ao uso do Turismo, e contribuir assim para o aumento das atividades de lazer especialmente ligados a atividades agrícolas da vinha e do vinho, sendo obviamente uma mais valia para a economia local e nacional.

O próprio processo de candidatura da Paisagem Cultural do Alto Douro a Património Mundial, já estimulou o desenvolvimento económico da região em todos os aspetos da atividade humana, nomeadamente o Turismo, na vertente da criação de condições de habitabilidade dos edifícios das Quintas e Palacetes para acomodação dos visitantes, e na conservação e reabilitação do património existente.

Para dar resposta a estas questões, foi criado um Programa Estrutural Integrado para o Turismo Regional do Alto Douro para apoiar todos os projetos públicos e privados da área do Turismo.

Com efeito alguns destes projetos já se encontram em prática nomeadamente: Rota do Vinho do Porto; Rota Medieval; Rota do Romanesco; etc.

Todos os Municípios criaram o Gabinete Municipal do Turismo, de apoio e informação ao visitante, a funcionar durante todo o ano.

O Programa de Gestão da Paisagem Cultural do Alto Douro contempla a criação de um programa informático integrado, de todos os serviços, no sentido de assegurar a ligação

dos terminais principais da região e a informação neles vinculados, relativamente à divulgação e interpretação da Paisagem Cultural do Alto Douro.

O número de visitantes tem vindo consecutivamente a aumentar, considerando-se o indicador das dormidas na região, nomeadamente por estrangeiros, sendo a taxa superior à média nacional.

Tendo em atenção estes dados, os promotores turísticos locais aumentaram substancialmente a oferta hoteleira, especialmente de elevada categoria.

Visitas ao Alto Douro envolve viagens através da paisagem, de notar particularmente as atrações turísticas do Vale do Douro, representadas pelo número de visitantes nas suas várias atividades:

- Cruzeiros no Vale do Douro – 100.000 visitantes/ano;
- Viagem Comboio Régua-Pocinho – 5.000 visitantes/ano;
- Palácio Mateus – 40.000 visitantes/ano;
- Quinta do Castelinho, Régua – 10.000 visitantes/ano;
- Procissão Senhora dos Remédios, Lamego – 10.000 visitantes/ano.

Por outro lado a Região do Douro e as suas atrações turísticas não se resume apenas à utilização das particularidades do rio, mas também pelos vários sítios existentes fora da região nomeada de zona tampão.

Entidades responsáveis na área preveem um incremento do turismo anual na ordem de 10 a 20%.

Utilização: Aqui a utilização do património é perfeitamente sustentável, do ponto de vista da continuidade da função, tratando-se essencialmente da adaptação de habitações rurais às exigências de segurança e conforto contemporâneos, ou ainda adaptação de habitações a turismo rural, não sendo exigidas alterações estruturais ou estéticas profundas, mantendo-se então a Autenticidade e integridade deste património cultural na totalidade da propriedade incluindo-se o património arquitetónico e a envolvente paisagística agrícola da propriedade.

De qualquer forma a habitação tradicional rural das quintas utiliza uma estrutura básica, desenvolvendo-se em função da disponibilidade financeira do proprietário e das necessidades das culturas da propriedade.

A Implantação normalmente é baseada no retângulo, com um piso térreo e 1º piso.

O piso térreo destina-se à dependência de apoio ao trabalho da propriedade, particularmente adega e espaço para trabalhar o vinho.

Por outro lado aproveita o maior declive dos montes para construir um dos pisos sobre terraço, aproveitando os espaços sobranceiros para construção de novas dependências.

A implementação do 1º piso em patamar, permite o acesso e descarga por gravidade das uvas a granel para os tanques instalados no piso térreo.

O espaço do piso térreo onde se trabalha o vinho é designado por lagar em referência ao tanque em pedra granítica, rodeado lateralmente por estreito pavimento em pedra.

Nos tanques antigos o mosto corria do tanque principal para um outro tanque mais pequeno também em granito “pio ou dornacho”, e daqui diretamente para os depósitos, correndo sempre por gravidade.

A adega faz parte do mesmo edifício do lagar, instalada na parte inferior, considerando-se que o topo dos depósitos está ao nível inferior do tanque de esmaga das uvas.

Estes dois espaços encontram-se ligados por portas de correr em madeira com tranca metálica, deslizando sobre o nível superior dos depósitos.

As paredes deste edifício são dotadas de várias aberturas superiores e uma ou duas portas na base com largura suficiente para a passagem dos depósitos do vinho descritos atrás.

O pavimento normalmente é em terra batida, havendo alguns casos com revestimento em placas de pedra.

Algumas propriedades no entanto, também possuem olivais, produzindo então o azeite num outro edifício, também lagar mas com características muito específicas e distintas do anterior.

8.2.1.1 – CONCLUSÃO

Constatamos que os Critérios de Autenticidade em Conservação do Património Cultural de Portugal se reconhecem perfeitamente nos valores do Património Mundial que é a Paisagem Cultural do Alto Douro.

Devemos notar contudo que em 2001 já se verificavam elevadas exigências relativamente ao Valor Universal Excecional, e à formalização das Propostas a Património Mundial.

Devemos ainda realçar a metodologia eficiente e esclarecedora desenvolvida na Proposta analisada, sendo sintomática a abordagem consecutiva de todos os parâmetros exigidos nas Orientações Técnicas para Aplicação da Conservação do Património Mundial, nomeadamente o Programa de Gestão, o Programa Económico-Financeiro, a Monitorização, a Conservação, o Turismo, ..., etc.

Por esta razão, e neste caso, podemos compreender a facilidade com que aferimos os Valores dos Critérios de Autenticidade.

Neste sentido, encontramos uma proposta bem estruturada e elaborada, porque realça os Valores Universais Excepcionais, fundamentais na aprovação do Património Mundial.

8.2.2 – PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA

Categoria: Paisagem Cultural

Critérios: ii; iv; v

Data de Inscrição: 1995

Localização: Distrito de Lisboa; Concelho de Sintra

Seguindo a metodologia anteriormente observada na análise do Património Mundial Região Vinhateira do Alto Douro, somos desta feita a avaliar o Património Mundial PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA, no sentido de aferirmos igualmente, o valor de Autenticidade segundo os critérios propostos na presente Tese.

1 – Valor Cultural

Tradição: No caso da Paisagem Cultural de Sintra, os valores de tradição não se encontram referenciados na proposta a Património Mundial em 1995.

Em 2005, quando da apresentação à UNESCO do Plano de Gestão, tradição é um valor cultural desenvolvido no Plano Verde do Concelho de Sintra, caracterizado por se assumir como um instrumento fundamental na execução de uma política visando a sustentabilidade ecológica ambiental, baseando-se esta na aceção do desenvolvimento e construção da paisagem humanizada assente nas suas estruturas.

Esta metodologia de planeamento fundamenta-se no conceito de que a organização do território deve implicar a definição de estruturas permanentes que permitam assegurar a efetiva articulação entre as ocorrências naturais e os elementos construídos, e onde se integram vastas Secções da Área de Paisagem Cultural.

Por outro lado é solicitado ao arquiteto Léon Krier a elaboração de regulamentação para a Área Classificada. Procedendo o mesmo à criação de um conjunto de medidas cautelares de natureza urbanística e arquitetónica, integrando o Regulamento Municipal de Construção.

Definem-se medidas de carácter paisagístico.

Este novo Regulamento da Edificação vai refletir-se na revisão do PDM, tendo em atenção a nova realidade da Paisagem Cultural de Sintra Património Mundial.

Imaterial: O valor imaterial reflete-se na programação da Divulgação e Promoção da Paisagem Cultural de Sintra promovido pelo Município.

“Divulgar o Património de Sintra no mundo, dando relevo quer à herança tangível quer intangível.”

Estes valores manifestam-se através das seguintes atividades:

- Festival de Sintra;
- Artes do Espetáculo;
- Serviços Educativos;
- Exposições Culturais;

- Cursos e Ateliers;
- Colóquios, Conferências e Seminários;
- Festas e Dias Comemorativos.

O Festival de Sintra e as Artes do Espetáculo, permitem diferentes fruições dos espaços patrimoniais, os Serviços Educativos abrangem todos os níveis de ensino, possibilitando a iniciação dos jovens à compreensão da noção de património cultural, sensibilizando-os para a apreciação dos valores patrimoniais da sua cidade, dando igualmente a conhecer a importância da sua preservação e valorização.

As exposições culturais procuram divulgar temas culturais da mais variada índole desde a arqueologia à arte e seus autores e interventores, com importância para o Concelho de Sintra e para a Cultura Portuguesa.

Os cursos e ateliers, permitem ao público aumentar o seu conhecimento sobre determinado objeto e/ou exposição, procurando mostrar que se podem dar novos usos ao património, conservando-o.

Os colóquios, conferências e seminários incorporam aspetos mais turísticos, no sentido de incentivar a realização de encontros temáticos internacionais em Sintra, sendo este um veículo de divulgação do nosso Património Cultural no estrangeiro.

As festas e dias comemorativos, procuram reforçar e realçar a ligação e a valorização das populações com o seu património.

No Manifesto em prol de um Organismo com Alma que importa manter Vivo, refere-se “... Cada bem patrimonial de Sintra é um caso singular, e unicamente uma profunda meditação sobre a sua específica personalidade nos poderá conduzir ao caminho mais correto.

Trata-se de evidenciar e preservar a componente imaterial que envolve um monumento, um centro histórico, uma paisagem, componente imaterial que muitas vezes cristalizou no imaginário coletivo não só por direta ação das intrínsecas características de um objeto, de um local, mas também a partir de determinada visão privilegiada a dada altura fixada num poema, num romance, num texto de viagem, numa tela, e que veio ulteriormente a condicionar não só o modo de olhar e de usufruir esse bem patrimonial,

mas também a criar expectativas previamente construídas no imaginário dos potenciais visitantes.”

Espírito e Sentimento: José Cardim Ribeiro (1952, Historiador e Arqueólogo), sobre a apologia da Paisagem Cultural de Sintra a Património Mundial;

“Como atuar, pois, para preservar, para manter viva essa componente imaterial, esse património intangível – a alma – de um sítio?

Em primeiro lugar, torna-se imperioso compreendê-la, interioriza-la, quer a nível dos seus traços preponderantes quer quanto a outras diversas facetas mais obscuras e discretas, que, no entanto lhe matizam e melhor definem a sua personalidade própria.”

É importante não só analisar detalhadamente o bem patrimonial em causa, em todas as suas vertentes materiais, procedendo a uma minuciosa observação direta, e procurando desvendar o real-imaginário que se esconde por detrás das aparências, meditando as produções literárias e artísticas eventualmente inspiradas por aquele objeto, por aquele local, sondando ainda as simples opiniões de quem comumente o usufrui e os consensos que a pouco e pouco são estabelecidos.

Historicamente existem vestígios arqueológicos da ocupação Romana desde o século II antes de Cristo na cidade de Sintra verificando-se descobertas indicativas de ligações comerciais com o norte de África.

Segundo a descrição histórica do Sítio na proposta a Património Mundial, a primeira referência escrita da povoação de Sintra data do período da ocupação Mourisca, considerando a Vila como uma dependência de Lisboa.

A cidade e o castelo foram devastados várias vezes durante a reconquista Cristã, foi primeiro libertada por Afonso VI de Leão em 1093, recapturada pelos Mouros dois anos depois, foi finalmente conquistada pelo rei D. Afonso Henriques após conquista de Lisboa, em 1147, dando Carta de Foral como Concelho em 1154, e dividido em quatro paróquias.

Os habitantes da cidade antiga eram descendentes de várias raças, perdendo rapidamente a sua identidade individual, para passarem a ser denominados de “saloios” designando este termo a mistura de raças existentes.

Após a suspensão da Ordem dos Templários em 1181, as terras doadas por D. Afonso Henriques a esta Ordem, passaram para a Ordem de Cristo, que os substituiu em Portugal.

Durante a crise de 1383-85, Sintra foi uma das últimas cidades a aceitar a soberania do rei D. João I, como resultado foram privados da Casa Real da Rainha, atribuída pelo rei D. Diniz.

D. Afonso mandou construir um imponente Palácio Real, servindo de residência de verão à família Real, até ao século XVI.

De qualquer forma foi sob o reinado de D. Manuel I que a cidade de Sintra ficou indubitavelmente ligada à Coroa.

D. Manuel I ampliou consideravelmente o Palácio Real e fundou o Mosteiro de Nossa Senhora da Penha, a partir do qual acompanhou o regresso de Vasco da Gama.

Segundo a lenda foi também no Palácio de Sintra que D. Sebastião ouviu Camões recitar os Lusíadas.

Após a restauração de 1640, Sintra perdeu a sua ligação servindo o Palácio Real como prisão para D. Afonso VI.

Este abandono durou até ao século XIX, quando a cidade começou novamente a atrair a Nobreza Portuguesa e as classes altas, seguindo-se ilustres estrangeiros que após visitarem a cidade e a sua envolvente acabaram por voltar e cá ficar.

Em meados do século XIX, D. Fernando II, marido de D. Maria II, inspirado pelo romantismo, reconstruiu e converteu o mosteiro da Ordem dos Jerónimos num excecional Palácio, o que trouxe muitos estrangeiros abastados a esta zona.”

Forma e Conceção: A Paisagem Cultural de Sintra pode definir-se como um conjunto harmonioso entre o natural e o artificial.

De facto a Serra, verdadeiro maciço granítico, é fruto da domesticação progressiva da natureza ao longo dos séculos.

Hoje, esta “natureza artificial” constituída por espécies vegetais dos quatro cantos do mundo, constitui um equilíbrio perfeito entre património natural e o património construído.

Esta última tira partido da morfologia do terreno para se confundir com ele numa grande diversidade de estilos, de exotismos e de cromatismos.

Assim, podemos qualificar a Paisagem Cultural de Sintra como uma construção orgânica.

Como autor conceptual, podemos referir D. Fernando II, porque efetivamente foi ele, o impulsionador da reconstrução do mosteiro dos Jerónimos num Palácio e Paisagem envolvente, no que viria a ser conhecido por estilo romântico.

O Palácio da Pena, é uma obra de apurado romantismo, concebido pelo Arquiteto Possidónio da Silva, ricamente decorado.

Tornando-se num modelo a seguir por outros proprietários em Sintra, que deixaram exemplos excecionais, nomeadamente, Sir Francis Cook que edificou o Palácio de Monserrate, projeto do Arquiteto inglês James Knowles Jr, sendo um exemplo eclético do século XIX, onde se combina o Neogótico com variados elementos da arquitetura Indiana, assinalando-se os seus magníficos jardins.

2 – Integridade

Materiais: Não se identifica uma referência direta às características dos materiais utilizados, mas facilmente se determina a utilização de materiais nobres locais, nomeadamente pedra e madeiras de elevada qualidade.

O revestimento e decoração das paredes realiza-se com azulejos ao estilo Mudéjar da Península Ibérica.

A Paisagem Natural é composta por uma enorme variedade de plantas representativas de todos os cantos do mundo, que se mantêm e desenvolvem face ao microclima existente.

Técnicas: O Município através do Centro de Ciência Viva de Sintra tem um protocolo de colaboração com o FCT, no sentido de fomentar e apoiar ações de divulgação científica para possibilitar a continuidade e sustentabilidade da preservação do património e da sua Autenticidade.

Neste sentido o Centro de Ciência Viva, procura divulgar o Património de Sintra no Mundo, e promover a recuperação do Património degradado.

Por outro lado o Município cria a Sociedade de Reabilitação Urbana de Sintra, para permitir à autarquia ter uma entidade dedicada ao tratamento adequado do património existente, atuando na elaboração de planos e promover licenciamentos, mesmo de forma coerciva no caso dos proprietários particulares se mostrarem desinteressados na reabilitação dos seus imóveis.

Sítio: De acordo com a proposta a Património Mundial da Paisagem Cultural de Sintra, no século XIX Sintra tornou-se no primeiro centro da Arquitetura Romântica da Europa.

Fernando II transformou um mosteiro em ruínas num Castelo onde novas sensibilidades foram desenvolvidas no uso de elementos Góticos, Egípcios, Árabes e Renascentistas, e na criação de parques com espécimens de árvores locais e exóticas.

Outras criações semelhantes foram desenvolvidas ao redor da Serra, resultando numa produção e combinação única e original de Parques e Jardins capazes de influenciar a Arquitetura Paisagística de toda a Europa.

A paisagem cultural da Serra e da cidade de Sintra representa uma abordagem pioneira ao Romantismo Paisagístico influenciando o seu desenvolvimento através de toda a Europa.

É um exemplo da ocupação cultural de um Sítio específico pois conseguiu manter a sua integridade essencial como a representação de diversas e sucessivas culturas.

Consegue estruturar e harmonizar flora indígena com paisagens desenhadas e produzidas pelo homem, como resultado de influências históricas e artísticas.

Existem três áreas perfeitamente definidas localmente e três áreas ecológicas de relevo para a paisagem cultural.

Uma área de pinhal, uma área de floresta natural com várias espécies (carvalhos, pinheiros e mangueiras), e uma área colonizada por florestas de várias espécies de árvores e ainda por oliveiras.

O Monte da Lua, alberga significativos e variados Parques e Jardins construídos segundo projeto: No Parque da Pena iniciado por Fernando II em 1840, ao lado da vegetação indígena desenvolveram-se espécies exóticas.

De referir ainda a existência de alguns contrastes estéticos e arquitetónicos, nomeadamente protagonizados pelo Convento dos Capuchos com o seu asceticismo monástico levado ao extremo, repousando junto a sofisticadas residências da Corte.

Todo o Parque incluindo a Tapada do Mocho e o Castelo dos Mouros se encontra no interior de uma muralha de pedra.

Os terrenos mais elevados são povoados por carvalhos, ciprestes e pinheiros integrando-se igualmente jardins clássicos com espécimens excecionais, e que são parte importante das mais nobres quintas.

Dentro dos mais notáveis, devemos realçar o Jardim das Camélias e o Jardim Inglês.

O Palácio Real situado no centro da cidade é sem dúvida o exemplar arquitetónico dominante.

A estrutura mais antiga da Quinta da Penha Verde foi construída no século XVI pelo Vice-Rei João de Castro, sendo ampliado pelos seus herdeiros e sucessores.

O Palácio de Ribafrias foi construído no centro da cidade em 1514 pelo Real Conselheiro Mor, Gaspar Gonçalves.

As suas linhas originais de aspeto austero foram enobrecidas por alterações subsequentes, dos seus sucessores tais como a integração na fachada de janelas Manuelinas e Pombalinas.

O Castelo dos Mouros, dominante no cimo da Serra, de origem Visigótica, usado com certeza durante a ocupação Muçulmana no século IX, foi abandonado após a reconquista de Portugal aos Mouros.

Encontra-se atualmente em ruínas, mantendo-se vestígios da barbacã.

Outros edifícios com significado arquitetónico são o Palácio de Seteais, Quinta da Regaleira e o edifício da Câmara Municipal.

O Convento da Trindade de Arrabalde foi fundado pelos monges do Convento da Trindade de Lisboa em 1374, mas substituídos um século mais tarde.

O claustro pequeno data de 1570 e a igreja do século XVIII.

Outras igrejas no interior da cidade são: Santa Maria, São Martinho, São Miguel, sendo São Pedro de Canaferrim igreja paroquial no interior do Castelo dos Mouros, e ainda a igreja de Nossa Senhora da Misericórdia.

3 – Conservação

Preservação Local: Só em 2005 o Município apresentou à UNESCO um projeto de execução de Plano de Gestão para a Paisagem Cultural de Sintra.

Este Plano de Gestão pretende ser um guia do Planeamento de Ações concretas no sentido de pormenorizar os investimentos necessários e objetivos direcionados à conservação e manutenção adequados ao Património, considerando-se a sua integral preservação e Autenticidade na transmissão às gerações futuras.

Relativamente às opções estratégicas do referido Plano de Gestão, o Município pretendeu que o mesmo respondesse a treze objetivos principais, a saber:

- Garantia da continuidade e sustentabilidade do desenvolvimento integral de Sintra, considerando o potencial do turismo como um contributo importante para viabilizar as áreas históricas;
- No contexto sócio-económico maximizar o potencial da herança cultural como condutor do desenvolvimento económico e social e maximizar também o impacto conhecido sobre a economia de Sintra e da sua região face à presença de um património mundialmente reconhecido;
- Coordenar o sistema de relações entre as diversas entidades envolvidas na gestão da Zona inscrita e da área envolvente;
- Promover o ordenamento territorial, o planeamento e a gestão do património;
- Promover e organizar no tempo a recuperação do Património degradado;
- Proteger a Serra e melhorar a prevenção dos incêndios;

- Divulgar o património de Sintra no mundo, tornando-se mais universal, dando relevo à herança tangível e dar a Sintra um papel de líder na gestão das paisagens culturais;
- Criação do centro documental respeitante à “Paisagem Cultural de Sintra;
- Dinamizar atividades económicas que possam permitir a qualificação da imagem de Sintra e fazer beneficiar as atividades específicas da região face à presença do património;
- Captar novos setores e agentes económicos vocacionados para a promoção e conservação do Património;
- Desenvolver um sentido de pertença nos vários atores locais, assegurando a sua participação e envolvimento;
- Evidenciar um polo de desenvolvimento cultural no norte da Zona Tampão, particularmente desfavorecida, por forma a melhor aproveitar os benefícios do turismo na região.

Monitorização: Tanto na Proposta apresentada à UNESCO que mereceu aceitação por parte da Instituição Internacional, bem como no Plano de Gestão, não está considerada matéria sobre a monitorização do Património Mundial que é a Paisagem Cultural de Sintra.

Por este facto e na avaliação que a UNESCO realizou em Portugal em 2006 para monitorização do Estado de Conservação do Património Mundial, refere

“-Não existe nenhum programa formal de monitorização

-As entidades responsáveis, devem providenciar os elementos necessários para implementação de um programa de monitorização incluído no Plano de Gestão.”

Transmissão: Podemos compreender que a transmissão do Património está assegurada tendo em atenção a existência de alguns organismos criados precisamente para gerir técnica, artística e historicamente o Património em causa, nomeadamente a Sociedade Reabilitação Urbana, a Parques de Sintra – Monte da Lua, SA., e protocolos de colaboração e aconselhamento de entidades especialistas em património histórico, como o IPPAR, atualmente Secretaria de Estado da Cultura.

4 – Função/Uso

Turismo: No que diz respeito ao turismo a Câmara Municipal de Sintra firma protocolos com o Instituto de Turismo de Portugal com vista a uma estreita colaboração na divulgação e promoção do Património da Paisagem Cultural de Sintra.

Com efeito, é contemplado no Plano de Gestão, metodologia e recursos financeiros de apoio ao desenvolvimento do Turismo na região, conforme referido pelo Município, a absoluta necessidade de divulgar o Património de Sintra no Mundo, dando relevo quer à herança tangível quer intangível e promover o turismo cultural de qualidade são objetivos estratégicos para a Paisagem Cultural de Sintra.

Assim os investimentos propostos para esta área do turismo destinam-se a apoiar e incentivar um conjunto de ações de natureza lúdica e de aprendizagem, suscetíveis de atrair novos públicos à Paisagem Cultural de Sintra através da divulgação e promoção dos seus valores culturais.

Esta divulgação cultural passa não só pela conservação e usufruto do património construído, mas também por Artes e Espetáculos, Festivais, Colóquios e Conferências, etc.

Utilização: Relativamente a este aspeto, a Câmara Municipal de Sintra prevê a utilização dos espaços do Património para concretizar atividades e expressões artístico culturais.

Para a realização destes objetivos promove a reabilitação e valorização do Centro Histórico de Sintra, bem como do património arquitetónico e paisagístico, nomeadamente:

- Palácio de Monserrate;
- Chalet da Condessa d’Edla;
- Paço Real de Sintra;
- Palácio da Pena;
- Palácio e Quinta da Regaleira;
- Castelo dos Mouros;

- Convento de Santa Cruz dos Capuchos;
- Parque de Monserrate;
- Parque da Pena;
- Património Natural do Castelo dos Mouros;
- Cerca do Convento de Santa Cruz dos Capuchos;
- Manchas Florestais e Tapadas da Serra;
- Elétrico de Sintra;
- Intervenção em Estações Arqueológicas.

8.2.2.1 – CONCLUSÃO

Em conclusão, podemos claramente compreender a existência de algumas lacunas processuais, relativamente à atualidade, na execução da proposta a Património Mundial da Paisagem Cultural de Sintra, porque em 1995 as exigências técnicas não eram tão rigorosas na realização dos processos em questão, nomeadamente no que respeita aos critérios de Autenticidade e integridade, programa de gestão e monitorização.

Estas lacunas são efetivamente referidas em 2006 no Relatório do Estado de Conservação das Propriedades Património Mundial na Europa nomeadamente em relação à Paisagem Cultural de Sintra, emitido pelo Comité do Património Mundial, solicitando-se a sua retificação.

Com efeito vamos indicar os fatores que afetam a Propriedade (estado de conservação) nesta data (2005).

Ameaças e riscos para o sítio:

- Pressão de desenvolvimento, ambiental, desastres naturais, pressão do turismo/visitantes;
- Paisagem cultural frágil com falta de regulamentação específica e proteção, tanto a nível municipal como nacional;
- Pressão demográfica e falta de acessibilidades;

- Qualidade inadequada dos Serviços relativamente ao património, turismo e comércio de Sintra.

Monitorização

- Inexistência de programa formal de monitorização;
- Preparação para implementação do programa de monitorização integrado no Plano de Gestão;

Recomendações

- Principais benefícios com o estatuto de Património Mundial: Acentuadas perspetivas de Conservação do património, melhoria económica, social e de gestão;
- Pontos fortes: Após a sua classificação como Património Mundial, o Sítio foi mais valorizado pela população, sendo a inscrição na Lista Património Mundial, motivo de orgulho para todos os habitantes;
- Pontos fracos: O Património é numeroso, frágil e desenvolve-se sobre uma enorme área de território, apresentando variados estados e níveis de conservação. Deseja-se que, com a implementação do Plano de Gestão se venham a resolver todos estes problemas.

Compreende-se desta forma como é importante a existência e caracterização de um conjunto de critérios normativos no sentido de simplificar a apresentação e execução processual do património a propor à Lista Património Mundial, considerando-se as áreas interventivas que transmitem significado aos Valores de Autenticidade do Património em avaliação.

Os critérios agora propostos são objetivos e diretamente assertivos aos Valores de Autenticidade que definem o Valor Universal Excecional do Património Mundial, particularmente o Património Histórico Cultural Português.

Este conjunto de critérios conceptualmente determinantes do Valor de Autenticidade da propriedade Património Cultural, são igualmente um guia operacional no sentido em que, de forma abrangente mas sistematizada responde efetivamente às exigências

técnicas e históricas que enaltecem e valorizam a Autenticidade e integridade do Património.

Por conseguinte, este modelo de critérios, poderá ser entendido como a pauta que faltava aos intervenientes no Património, como um princípio básico orientador em conservação e estudo analítico do Património Cultural, na elaboração de propostas à Lista do Património Mundial, observando-se as regras inscritas nas Orientações Técnicas para Aplicação da Conservação do Património Mundial mas com a leitura própria singular e adequada da Cultura Histórica Portuguesa.

Iremos agora avaliar outro tipo de Património histórico, com inscrição na Lista do Património Mundial muito mais antiga.

8.2.3 – MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS – TORRE DE BELÉM

Categoria: Monumento

Critérios: iii; vi

Data de Inscrição: 1983

Localização: Lisboa

1 – Valor Cultural

Tradição: Mosteiro de Santa Maria de Belém/Mosteiro dos Jerónimos/Igreja Paroquial de Belém/Igreja de Santa Maria.

Arquitetura religiosa, manuelina (igreja, claustro, sacristia, refeitório), maneirista (capela-mor e forro do transepto), revivalista (remate da torre, antigo dormitório, sala do capítulo) e modernista (ala E do anexo à Biblioteca da Marinha).

Convento dos Jerónimos com igreja-salão manuelina, de planta longitudinal em cruz latina de 3 naves à mesma altura, cobertos por abóboda única, rebaixada, polinervada com combados, apoiada em pilares oitavados.

Torre de Belém ou de São Vicente:

Arquitetura militar, manuelina e revivalista constituída por torre quadrangular de 4 pisos e baluarte poligonal com merlões, forma que combina a tradição medieval da torre de menagem, com técnicas de fortificação face ao aparecimento da nova artilharia piro-balística, implicando muralhas fortes e planimetria poligonal, baseado em modelos italianos.

À estrutura original foi acrescentado um edifício paralelepípedo de linhas simples, maneiristas, sendo posteriormente ocupado por um claustro retangular com elementos neo-manuelinos, patentes em todo o monumento, como a cruz da Ordem de Cristo, esfera armilar, rendilhados e pináculos torsos.

Neste caso os valores associados à Tradição refletem efetivamente o modo de realização sócio-cultural e conhecimento empírico do século XVI, concretamente o reconhecimento e valorização dos heróis dos Descobrimentos, concretizado na edificação destes monumentos, para saudar a saída e a chegada das caravelas que demandavam outros mundos, desconhecidos então.

Imaterial: Os valores imateriais intrínsecos refletem-se na própria conceção e construção do edifício religioso que é o Convento dos Jerónimos incluindo a sua Igreja.

Monumento constituído por igreja de planta longitudinal em cruz latina, claustro circundado por portaria, refeitório, sacristia e sala do capítulo.

Firme na entrada do porto de Lisboa, o Mosteiro dos Jerónimos é uma construção iniciada em 1502, e é o exemplo perfeito da melhor Arte Portuguesa.

De acordo com a declaração de significado “A Igreja e o Claustro são o símbolo da beleza arquitetónica”.

“... A brancura luminosa, do revestimento exterior e ornamental da Igreja, dos calcários de Alcântara são extremamente fascinantes, apenas comparável ao Taj Mahal em Agra sendo este no entanto de construção posterior”

Conforme referido na declaração de significado incluída na Proposta a Património Mundial “... são as razões evocadas no desenvolvimento do monumento agora proposto, que fazem do velho castelo de S. Vicente de Fora de Belém, hoje Torre de Belém para os Portugueses e para a arte monumental portuguesa, um símbolo, profundamente enraizado na imagem que se tem de Portugal.”

Verificamos assim que Portugal é reconhecido pelos seus valores culturais, representados através da arte e monumentos históricos singulares, que espelham a nossa capacidade de realização como povo e como Nação.

Por isto compreendemos como a noção de Imaterial é inequivocamente um Valor de Autenticidade.

Espírito e Sentimento: Segundo Hauff, o claustro do Mosteiro dos Jerónimos é o mais belo do mundo.

Em boa verdade, o conjunto arquitetónico e a composição dos espaços na relação com o claustro pode ser considerado como uma perfeita sinfonia de interação espacial com a estrutura das galerias, que aliado à decoração manuelina, tornam o referido claustro numa expressão plástica etérea.

Quanto à Torre de Belém, o monumento transporta-nos para a historiografia da arquitetura portuguesa portadora de um significado de exaltação do heroísmo dos nossos mareantes à Descoberta de novos Mundos, rumo ao desconhecido.

Construída para comemorar a expedição de Vasco da Gama representa a memória das grandes descobertas marítimas fixando as fundações do mundo moderno.

Não está muito desenvolvido este conceito do valor histórico intrínseco do local, mas devemos também considerar que à data da inscrição destes monumentos na Lista do Património Mundial não era um conceito ponderado, no sentido da avaliação da totalidade da propriedade Património Mundial, relativamente aos eventos históricos que marcaram o sítio.

Mas o valor espiritual de que os monumentos estão imbuídos existe no interior dos seus espaços, e reflete-se efetivamente aos visitantes através da sua grandiosidade histórica e estética.

Forma e Conceção: Os autores e criadores do Mosteiro dos Jerónimos conseguiram transpor e evidenciar a epopeia dos descobrimentos marítimos numa realidade artística e sensorial, síntese de um conjunto de expressões estéticas alusivas aos diferentes continentes.

A Igreja concebida com proporções harmoniosas e excecional iluminação através de ampla fenestração, abre-se sobre dois portais, sendo o da fachada Oeste decorado com estatuária representativa da realeza de Portugal e esculturas da Renascença Italiana.

No interior, a Igreja integra três naves de altura igual, apoiando-se as nervuras de suporte da cúpula nos altos pilares ricamente decorados com esculturas representativas de luxuriante flora gótica misturada com elementos decorativos da Renascença.

Na capela axial (2ª metade do século XV), folhagens e candelabros, pináculos e cordames, deram lugar a uma impressionante e rigorosa decoração clássica em duas ordens sobrepostas de colunas jónicas e coríntias.

Relativamente à torre de Belém ou de São Vicente, a arquitetura Manuelina, era uma forma de arte que apaixonava o rei D. Manuel I, porque os seus elementos representativos evocavam os Descobrimentos, a grande epopeia nacional da época.

Devemos notar que as características da arte “Manuelina”, já derivam do final do reinado anterior a D. Manuel I, sendo no entanto este rei, o principal protetor e impulsionador desta forma artística, e que acabou por lhe ser designada.

De qualquer modo, esta é uma Arte verdadeiramente Portuguesa, sem correspondência noutra parte do Mundo.

Os seus autores, Mateus, Fernandes e Boitaca, evidenciam nestas obras o fenómeno da mentalidade popular característica da época das Descobertas, considerado justamente a essência da Renascença Portuguesa.

Conforme assinala o Prof. Reynaldo dos Santos com acuidade na sua obra “O Manuelino”, a diferença entre a Renascença Portuguesa e a Italiana, em termos arquitetónicos, é que em Itália assenta no Mundo Antigo e em Portugal assenta no Mundo Novo, parece ser esta a diferença fundamental entre os dois conceitos arquitetónicos.

A arquitetura do Manuelino em Portugal é como uma síntese nacional do Românico (concretamente em relação à sua estrutura e volume), do Gótico (no desenvolvimento de soluções) e do Mourisco ou influência árabe (relativamente à decoração do imaginário do naturalismo).

Podemos definir a Torre de Belém como o melhor exemplo de um movimento que à época procurava exprimir um discurso estético revelador da história dos acontecimentos extraordinários protagonizados pela expansão portuguesa além mar.

A forma e a conceção transmite-nos valores de Autenticidade através da imagem real presente na leitura do monumento em si mesmo e integrado na sua envolvente, também ela importante para a avaliação da totalidade da propriedade Património Mundial.

2 – Integridade

Materiais: Mosteiro do Jerónimos: São empregues na construção do monumento materiais nobres essencialmente nacionais, nomeadamente pedra calcária lioz de Lisboa (Alcântara) e Sintra, mármore de Estremoz (capela-mor), mármore de Pero Pinheiro (restauros), madeira de castanho, brasileira e casquinha, tijolo, telha românica e portuguesa, betão armado e vidro.

Torre de Belém: Pedra calcária lioz, tijolo, madeira, vidro e plástico.

Técnicas: O Mosteiro de Santa Maria de Belém é um complexo arquitetónico funcional, articulando as componentes de serviço público aos mareantes, cenóbio, mausoléu e palácio.

É a única Igreja do século XVI Europeu onde se atinge a plena isotropia, constituindo o exemplo tecnicamente mais avançado do programa estrutural espacial das Igrejas-Salão.

Exteriormente apresenta uma massa paralelepípedica, com registo de cobertura unificada de duas águas, refletindo a espacialidade interna, visível e ampla com três naves que se elevam sob uma única abóboda de perfil muito rebaixado, apoiando-se em pilares octogonais esculpidos com bandas de grutescos, são delimitados por finos colunelos equidistantes em comprimento e largura, anulando eixos direcionais com a admissão de luz que entra direta e uniformemente por grandes janelas rasgadas nos muros de cinta.

A abóboda é de intradorso planificado, constituído por uma complexa rede de nervuras retilíneas (liernes e terceletes) e curvas (combadas), onde confluem três técnicas construtivas distintas: a polinervura gótica-final, os combados isabelinos e platerescos e a abóboda-à-vela do Renascimento, e onde, superando as mesmas, foram suprimidos os arcos torais e formeiros definidores de tramas, solução que conduz à total fusão do

espaço e eficaz distribuição do empuxo, maioritariamente vertical dado o perfil rebaixado, e a sua descarga nos pilares e em mísulas embebidas na caixa numerária.

Na interseção com o cruzeiro os pilares mais grossos, tetralobados, suportam também a cobertura do mesmo em abóboda de berço dotada de rede de nervuras onde se incluem arcos torais e formeiros.

O claustro não foi erguido ao mesmo tempo que a Igreja, existindo dois muros mestres em cujo espaço foi lançada a escadaria sob a qual se abrem os confessionários, dotados de paredes divisórias transversais que realizam o travamento das duas empenas.

Os pilares da ala N e o 1º da ala O, são diferentes dos restantes quanto à escultura e à temática.

A decoração arquitetónica do claustro é predominantemente profana, excetuando-se as esculturas dos nichos do varandim e os medalhões com símbolos da Paixão de Cristo e os relevos alusivos a São Jerónimo nos pilares e galerias, o que, aliado à sua planta e estrutura produz um ambiente palaciano e cénico adequado à existência de Hospedarias Reais no 2º piso.

No que diz respeito à Torre de Belém, a sua originalidade reside essencialmente na implantação, estrutura e planimetria: uma torre de grande altura (30m), construída no leito do Tejo, nas imediações do Mosteiro de Santa Maria de Belém e da Capela dos Jerónimos, com os quais estabelece uma relação direta a nível funcional.

As guaritas salientes assentam em mísulas esculpidas com animais fantásticos nomeadamente uma cabeça de rinoceronte, considerada na época a primeira representação deste animal no mundo europeu.

Ao invés de se dissimular na paisagem, a altimetria da Torre, a fragilidade e o decorativismo escultórico que patenteia, não se coaduna com objetivos bélicos, tornando o monumento num dos símbolos expoentes dos Descobrimentos Portugueses.

Todas as abóbodas são de tijolo excetuando a do 4º piso da torre, construída em cantaria.

Paredes autoportantes e estrutura mista, dos elementos Manuelinos originais destacam-se o portal de entrada, a fenestração, as mísulas das guaritas e a abóboda da sala do último piso (Capela).

O portal é em arco de volta perfeita de arquivolta única decorada com grutescos (taças, elementos florais, aves, animais fantásticos e volutas de folhagem) emoldurada por toros recamados de folhas, o interior sobre bases facetadas e o exterior encimado por 2 cogulhos que ladeiam ramos com brasão real, sendo o colunelo da direita inferiormente estriado.

Flanqueiam o portal 2 colunas embebidas, rematadas por esferas armilares.

Nas janelas predominam os arcos de volta perfeita, simples ou geminados, de molduras chanfradas ou com colunelos lisos ou torsos com rosetas, encimados por capitéis vegetalistas.

Os sete arcos da varanda S apoiam-se em colunelos lisos com capitéis de enastrado torso.

Nesta e nas janelas de sacada acrescentaram-se balaustradas rendilhadas, algumas com Cruz da Ordem de Cristo.

As guaritas do baluarte assentam em mísulas esculpidas com animais fantásticos (grutescos) e a de NO com a cabeça de rinoceronte.

A capela da Torre possui abóboda de perfil rebaixado, polinervada estrelada, de pontas duplicadas nos cantos NE e NO, emoldurada por arcos decorados com meias-esferas, assente em mísulas com motivos vegetalistas e máscaras, e com bocetes heráldicos (esferas armilares, cruzeiros da Ordem de Cristo e brasão real no fecho) emoldurados por coroas de folhagem.

As molduras das portas da torre e das guaritas são em arco polilobado.

Sítio: Os valores do Sítio que refletem a sua envolvente com enquadramento Urbano implantado no Sítio da antiga praia e ancoradouro do Restelo.

Isolado, em quarteirão delimitado a Sul pela Praça do Império, ajardinada, e a SO pelo Centro Cultural de Belém (PT031106320040) e Padrão dos Descobrimentos.

Articula-se a N., com edifícios da Casa Pia de Lisboa/Colégio de Pina Manique (PT031106320602) e a E. com o Museu da Marinha/Planetário Calouste Gulbenkian (PT031106320686).

Circundado a O., S., e E. por um amplo passeio, zonas relvadas e arruamentos.

“A Torre de Belém, é um monumento Urbano, ribeirinho, implanta-se isolada, no leito do Rio Tejo, junto à margem direita entre a Doca do Bom Sucesso e Pedrouços, sobre um afloramento basáltico do denominado «complexo de Lisboa-Mafra», tendo nas imediações, a E., o Mosteiro de Santa Maria de Belém (PT0311063220005), a O. o Forte do Bom Sucesso (PT031106320616), e a N., a Casa do Governador da Torre de Belém (PT031106320289), a Antiga residência do Governador do Forte do Bom Sucesso (PT031106320290) e a Capela de S. Jerónimo (PT031106320054).

Liga-se a terra por uma ponte sobre lençol de água retido por dique semicircular com amplos degraus.”

O sítio de Belém, incluindo-se o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de S. Vicente é considerado o apogeu da Dinastia de Avis, sendo um dos elementos mais representativos do poder dos portugueses na época das grandes descobertas.

“Belém constitui o testemunho excecional sobre uma civilização, direta e materialmente associada a acontecimentos portadores de significado histórico Universal.”

Esta foi a avaliação feita pelo ICOMOS em maio de 1983, ao Sítio do Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém.

Reflete efetivamente o espírito do local situando eventos históricos ocorridos nos Sítios preponderantes para a avaliação do Valor Universal Excecional na nomeação a Património Mundial dos Monumentos em questão.

3 – Conservação

Preservação Local: A gestão deste Património Histórico é da responsabilidade direta do Governo através da Secretaria de Estado da Cultura (anteriormente era o IGESPAR).

Nesta qualidade e por transmissão das considerações consignadas aos estatutos e organizações da anterior instituição governamental para a Secretaria de Estado da Cultura, temos:

Missão: A gestão, salvaguarda, conservação e valorização do bem que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integram o património cultural arquitetónico e arqueológico classificado do País.

Valores: Respeito pelo Património no cumprimento da Lei em vigor:

- Rigor Técnico e científico,
- Ética e transferência,
- Qualidade e aperfeiçoamento contínuo,
- Crescimento e desenvolvimento,
- Interdisciplinaridade.

Uma vez que a classificação do Património Mundial abrange os dois Monumentos (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém) assim a sua gestão é também comum.

Por outro lado, verificamos através da avaliação efetuada em 2006 pelo Comité do Património Mundial, relativamente ao estado de conservação da Propriedade Património Mundial na Europa, que o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, não possuem próprio e adequado Plano de Gestão, nem se prevê vir a existir, pelo menos a curto prazo.

A Gestão é protagonizada através de diretivas e regulamentos emanados da Secretaria de Estado da Cultura, para todos os Monumentos e Património sob a sua responsabilidade, portanto não equacionando pequenas subtilezas, características culturais e sociais, e tradições locais, que influenciam a forma de vivenciar e proteger os espaços património.

Monitorização: Verifica-se igualmente neste caso, uma falha com a omissão de um Plano ou Estratégia de Monitorização do Património em questão.

Disto nos dá conta, a análise do Comité Património Mundial ao Estado de Conservação das Propriedades Património Mundial da Europa, realizada em 2006, onde se refere “A inexistência de um programa formal de monitorização.

... Sendo o IPPAR, a organização responsável por este conjunto de monumentos, é igualmente sua responsabilidade a transmissão do conhecimento e conservação dos valores do Património como é o caso do Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém.”

Ameaças e riscos ao Património face a pressões de desenvolvimento e pressões derivadas do turismo/visitantes.

Poluição do ar, colónias de pombos residentes no claustro, conservação de portas e fachadas.

Sem uma monitorização eficaz, torna-se mais difícil controlar e gerir estes acontecimentos, e antecipadamente prevenir a deterioração dos Monumentos.

Transmissão: Considera-se salvaguardada a integridade e autenticidade do património em causa, uma vez que a sua gestão e conservação está a cargo da Secretaria de Estado da Cultura através das suas Direções-Gerais, integrando técnicos especialistas altamente qualificados, no âmbito da manutenção e preservação do património, em observância dos cânones e técnicas dos autores/construtores da obra de arte, apoiados obviamente nos princípios básicos dos valores por que se pautava o IGESPAR.

4 – Função/Uso

Turismo: Verifica-se mais uma vez, que a vertente do turismo é um fator importante de crescimento económico, ainda que no caso do património deve ser cuidadosamente gerido, não obstaculizando naturalmente a fruição dos espaços pelos visitantes, mas protegendo e salvaguardando eficazmente a integridade e autenticidade dos monumentos.

Estatisticamente verificou-se em 2004, 700.934 visitas ao Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, principalmente nos seguintes espaços: Igreja, Claustro, Refeitório, Sala do Capítulo, Coro Alto, Antiga Biblioteca, e Terraços da Torre de Belém.

Apesar desta afluência, constata-se haver pouca informação e divulgação relativamente ao valor Património Mundial que o Monumento representa.

De acordo com o Comité Património Mundial em relação ao património em causa, assinala, não existirem sinais e informações suficientes referentes ao sítio Património Mundial nomeadamente:

- O símbolo da Convenção Património Mundial é utilizado apenas em algumas publicações,
- Conhecimento deficiente sobre o Sítio Património Mundial a transmitir aos visitantes, pelas comunidades locais, autoridades locais e comerciais,
- Inexistência de eventos e exposições respeitantes ao estatuto dos Sítios Património Mundial,
- Envolvimento da população local: Atividades diversas para transmissão de conhecimentos a escolas locais e outras associações, tais como grupos séniores.

Utilização: No caso destes monumentos, a atividade humana desenvolvida nos seus espaços, quando controlada e bem gerida é benéfica para a continuidade da integridade e Autenticidade do Património.

Ao mesmo tempo que gera prazer no conhecimento histórico que transmite aos visitantes, também gera recursos financeiros, que vai permitir a sua adequada conservação e divulgação do valor histórico intrínseco.

Hoje em dia as funções mais adequadas aos espaços destes monumentos é a musealização, considerando-se no entanto também a utilização dos mesmos para a realização de eventos da mais diversa índole cultural.

8.2.3.1 – CONCLUSÃO

As conclusões e recomendações do Comité Património Mundial na avaliação do Estado de Conservação da Propriedade Património Mundial, no que diz respeito ao Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, referem o seguinte:

- Os maiores benefícios do estatuto de Património Mundial: Gestão económica, social e conservação do Património,
- Pontos fortes de Gestão: Abertura de novos espaços ao circuito dos visitantes; melhoramento à receção dos visitantes, serviços de apoio, receção, loja de brindes, sinalização, I.S., e circulação de deficientes; publicações de guias de monumentos e outras publicações relacionadas; criação de website interativo para visitas escolares; melhoria das condições de trabalho dos funcionários;

exposições, concertos, teatro, debates e conferências sobre monumentos e outros assuntos relacionados,

- Pontos fracos de Gestão: Orçamento insuficiente para proteção e conservação; necessidade de funcionários com formação em relações públicas, educação, programação computacional e segurança.

Pelo presente constata-se que a ausência de um “fio condutor”, um guia estruturado, assente sobre a realidade cultural nacional, resulta em processos incompletos, com omissões e falhas no tratamento temático dos valores do Património Histórico.

Entendemos assim a importância desta nossa abordagem no desenvolvimento de uma solução esquemática, ponderada em critérios sustentados nas Orientações Técnicas para Aplicação da Conservação do Património Mundial da Convenção Património Mundial, mas que reflitam essencialmente a Autenticidade dos Valores Culturais do nosso Património Histórico enaltecendo a sua originalidade e singularidade.

CAPÍTULO IX - CONCLUSÕES

9.1 – INTRODUÇÃO

Concluída a fase de aplicação e demonstração prática dos Critérios de Autenticidade propostos, em nosso entender de forma satisfatória, tendo em atenção os resultados atingidos, realçando a evolução teórica e dinâmica do conceito de Autenticidade dando naturalmente ênfase aos objectivos preconizados no início do presente trabalho.

Para efectivamente finalizar, resta-nos apresentar as necessárias conclusões, de forma clara e abrangente a todo o trabalho, para o efeito este Capítulo integra uma Conclusão Geral integrando o conhecimento sobre a matéria a nível Internacional, uma Conclusão Especifica relativa a Portugal e aos Critérios de Autenticidade propostos e ainda uma chamada de atenção para Perspectivas de Desenvolvimento nesta área do conhecimento com incidência no Valor de Autenticidade.

9.2 – CONCLUSÃO GERAL

O testemunho duradouro do carácter e beleza das formas esculpidas, tranquilas, inalteradas, dos monumentos ou sítios históricos, reflete-se nas sensações de uma expressão profunda, conservada ao longo dos tempos sob uma letargia misteriosa, e que é transmitido pelo contacto humano nos espaços imbuídos de história, plena de sentimento e glória.

Estes sentimentos sensoriais e espirituais suscitam-se pela idade e vetustez dos bens património em presença, e naturalmente através da verdade autêntica das obras de arte e materiais componentes.

Já Boito (1880) aconselhava a não se ludibriar as gerações presentes ou futuras, com mimetismos ou modas transitórias, devendo pelo contrário valorizar-se o estilo próprio da arquitetura nacional, preservando-se deste modo a Autenticidade das raízes culturais de cada Povo ou Nação.

O valor histórico-cultural memorial do bem património reside na Autenticidade dos elementos que o compõem e dotado de significado representativo para nós particularmente, de uma forma única e singular.

Devemos então aceitar que as diversas formas de expressão, materiais e imateriais, de qualquer comunidade, constituem o seu património, devendo como tal ser respeitado.

Por outro lado, e conforme analisado anteriormente, a avaliação da Autenticidade do bem património está ligada a uma enorme variedade de fontes de informação, dependendo também da natureza do monumento ou sítio, do contexto cultural onde se insere e da sua evolução no tempo.

Estas fontes vão permitir a descrição do património cultural nas suas dimensões artísticas, históricas, sociais e científicas.

A avaliação e análise deve incidir sobre a forma e a conceção, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e a evolução histórica.

Devemos ainda assinalar as principais fontes e textos teóricos e científicos, que serviram de base e guia orientador para a investigação e desenvolvimento da presente Tese, nomeadamente:

- Convenção do património Mundial
- Documento de Nara
- Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial
- Cartas e Recomendações da UNESCO
- ICOMOS
- ICCROM
- IUCN
- Europa Nostra
- Conselho da Europa

Outro fator fundamental que tomámos em consideração na proposta apresentada, contempla a comunidade humana residente, que em nosso entender é elemento preponderante na salvaguarda e preservação da Autenticidade do Património Cultural ou Sítio Histórico, uma vez que a população local faz parte integrante do Sítio,

nomeadamente da Paisagem Cultural como o Centro Histórico ou a envolvente do Monumento.

Porque estas populações estão enraizadas no sítio, muitas vezes por gerações, têm um sentimento de “pertença” relativamente ao ambiente construído e ao património cultural integrado, por isso são também os principais interessados na proteção dos valores materiais e imateriais do bem, logo, são naturalmente intervenientes importantes a considerar para a gestão adequada do Património ou Sítio Histórico.

A questão pertinente diz respeito à determinação do Valor de Autenticidade do Património Cultural, como condição para validação do Valor Universal Excecional, refletindo-se na Declaração de Autenticidade obrigatória incluir na proposta do bem à Lista do Património Mundial.

Em Portugal o problema coloca-se pela multiplicidade de agentes interventores no património, sem no entanto existir um guia orientador, objetivo, consistente e prático, para a preservação do património cultural em causa e a salvaguarda dos Valores de Autenticidade.

Os conceitos teóricos subjacentes aos critérios de Autenticidade expressos sobre o Património Cultural Nacional, são o resultado da nossa realidade cultural em observância do significado dos Tratados Internacionais aos quais Portugal se encontra vinculado.

Procuramos alcançar com a definição dos Critérios de Autenticidade agora propostos, a criação de uma ferramenta prática e objetiva, para simplificar de forma sustentável, metodologias adequadas relativamente às intervenções no património, e inclusive na realização da Declaração de Autenticidade a incluir nas propostas candidatas à Lista do Património Mundial, porque passa a existir uma matriz orientadora, capaz de evidenciar o Valor Universal Excecional do bem património.

Considerando a existência de Estados Parte subscritores da Convenção do Património Mundial, que não obstante observarem as Cartas e Recomendações Internacionais relativamente à avaliação do Valor Universal Excecional do Património, enaltecem a singularidade do seu património cultural através de critérios específicos especialmente elaborados em função do seu espírito e sentimento como comunidade particular e

autónoma na forma de observar e validar a sua arte e património, nomeadamente os EUA, o Canadá e a Austrália.

9.3 – CONCLUSÕES ESPECIFICAS

Considerando estas posições de facto (de notar que são Nações recentes de acordo com a temporalidade histórica), entendemos ser oportuno referenciar devidamente os muito dignos e excepcionais valores históricos e culturais apoiados em centenas de anos de História e conhecimento, sem esquecer os compromissos assumidos por Portugal nesta área.

Consideramos deste modo que os valores dos Critérios de Autenticidade agora propostos refletem as orientações teóricas e experiências internacionais, com a adequada correção à realidade do Património Nacional, assumindo-se as nossas raízes culturais tangíveis e intangíveis.

Face ao anteriormente referido, propomos então para validação do Valor de Autenticidade do Património Cultural Português, os seguintes Critérios:

- ***Critério de Valor Cultural***, como vínculo da Autenticidade, deve satisfazer atributos de Tradição; Imaterial; Espírito e Sentimento e Forma e Conceção.
- ***Critério de Integridade***, satisfaz valor de Autenticidade, quando se verificam os atributos dos Materiais; das Técnicas e do Sítio.
- ***Critério de Conservação***, reflete Valor de Autenticidade, quando se verificarem os atributos de Preservação Local do bem; a Monitorização para salvaguarda do bem na Transmissão do mesmo às gerações futuras.
- ***Critério de Função/Uso***, satisfaz valor de Autenticidade através do atributo Turismo, importante para a preservação do bem quando devidamente gerido, e o atributo Utilização relacionado com a ocupação do espaço património.

Entendemos deste modo satisfazer uma lacuna existente em Portugal na abordagem a realizar em intervenções no Património Histórico Cultural, pois os Critérios de Autenticidade tornam-se num referencial Nacional na determinação de uma política de prioridades de intervenção, tendo em conta a crise económica e financeira sempre

presente e condicionante nos processos de classificação a propor à Lista do Património Mundial da UNESCO.

Deverá ser compreendido como um guia orientador, de fácil execução, como se pretende, para satisfação de um requisito fundamental inerente ao Património Cultural, e que é, a preservação da sua Autenticidade para transmissão dos valores identitários da nossa cultura ancestral às gerações futuras.

9.4 – PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Por outro lado o estudo da Autenticidade, veio alertar para a necessidade de se analisar um novo fator de valor cultural, como seja a Integridade do património.

Por conseguinte, a presente proposta de Tese deixa em aberto vários caminhos de estudo e investigação, relativamente ao Património Cultural Português, no sentido de aprofundar e clarificar mais o conhecimento existente sobre a nossa Identidade Cultural.

A este respeito devemos referenciar Teses de Dissertação em Doutoramento em desenvolvimento na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, sob os títulos:

- Critérios de Autenticidade na Reabilitação Urbana
- Critérios de Autenticidade na Reabilitação do Património Industrial no Arco Ribeirinho Sul, Relativamente ao Uso/Função do Edificado.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de

A cidade romana em Portugal

Renovação Urbana em Portugal na época romana

Fundação Calouste Gulbenkian

ALHO, Carlos

Authenticity Criteria for Conservation of Historic Places

University of Salford, Manchester, 2000

ALHO, Carlos. CABRITA, António

Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitetónico Europeu

1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo, LNEC, Lisboa, 1987

ALMEIDA, Fialho de

Lisboa Monumental

C.M.Lisboa, Lisboa, 1957

ALVES, José da Felicidade

Mosteiro dos Jerónimos, Vol. I e II

Livros Horizonte, Lisboa, 1989/91

ARAÚJO, Norberto de

Peregrinações em Lisboa, Lisboa, 1944

ARCHIVO PITTORESCO

Lisboa, 1857/1868

ARTHO, Karin; EGLI, Peter

Alla Ricerca dell'Autenticità nella Cultura Architettonica

L'Autenticità é un valore irrinunciabile

Il nostro Paese, Vol. 57, 2005

AUSTRÁLIA ICOMOS

The Burra Charter

ICOMOS, Camberra, 1999

BENJAMIN, W

The Work Of Art in the Age of Mechanical Reproduction

In: Benjamin, W Illuminations

Fontana, 1979

BOITO, Camilo

Restaurare o Conservare

Ulrico Hoepli, Milano, 1893

BOITO, Camilo

L'Architettura de Medio Evo in Itália

Sullo Stile Futuro dell'Architettura Italiana

Ulrico Hoepli, Milano, 1880

BRANDÃO, João

Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552

Livros Horizonte, Lisboa, 1990

BRANDI, Cesare

Teoria del Restauro

Giulia Ennauti Editores, Spa, Torino, 1977

BROGGER, J.

Authenticity and Identity, In: Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention.

Preparatory Workshop. K. E. Larsen and N. Marstein Editors, Riksantikvaren, Norway

BRUCE, David

Contested Identities

The Dissonant heritage of European Town Walls and Walled towns

International Journal of Heritage Studies, Vol. 12, nº 3, 2006

CABRITA, António Reis; ALHO, Carlos

Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Europeu

Relatório 155/87 – Núcleo de Arquitetura

LNEC, Lisboa, 1987

CALADO, Maria

Atlas de Lisboa, A Cidade no Espaço e no Tempo

Contexto Editora, Lisboa, 1993

CARITA, Helder

Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna
(1495/1521)

Livros Horizonte, Lisboa, 1999

CARVALHO, Ayres

D. João V e a Arte do seu Tempo

Mafra, 1962

CASTILHO, Júlio de

Lisboa Antiga – Bairro Alto

Lisboa, 1954

COELHO, Teixeira

O que é a Indústria Cultural

Brasiliense, São Paulo, 1993

CHOAY, Françoise

A Alegoria do Património, tradução de Teresa de Castro

Edições 70, Lisboa, 2006

COMISSÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

A Reabilitação Urbana nos Centros Históricos como Fator de Coesão Social e
Desenvolvimento Económico

Comissão do Património Cultural, CE, Estrasburgo, 1999

CONTI, A.

ICOMOS, Observations on the Information Document by the World Heritage
Centre on the Development of revised UNESCO Recommendation on the
Conservation of Historic Urban Landscapes (5 Dec. 2007, ICOMOS, Paris,
2008)

CONVENTIONS AND RECOMMENDATIONS OF UNESCO

Concerning the protection of the cultural heritage, UNESCO, 1985

DA CIDADE MEDIEVAL À CIDADE DA RAZÃO

Acontecimentos Urbanos – Lisboa: Morfologias Urbanas 1850/1950

C. M. Lisboa, Direção de Projeto de Planeamento Estratégico

Lisboa, 1993

DALKEY, N. C.

Memorandum RM 5888 PR

The Delphi Method: An Experimental Study of Group Opinion

Rand Corporation, 1969

DOCUMENTO DE NARA, Sobre Autenticidade

Aprovado na Conferência de Nara, Japão

Sobre a Autenticidade, organizada em cooperação com a UNESCO, ICCROM e ICOMOS, em 1994

Artigo 13º das Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial.

ECO, Umberto, Opera Aperta, Forma e Indeterminazione nelle Poetiche contemporanee

Bompiani, Itália, 1962

FÁVERO, Osmar

Cultura Popular e Educação Popular: Memórias dos Anos 60

Edições Graal, Rio de Janeiro, 1983

FEDERAÇÃO DO FOLCLORE PORTUGUÊS

FEILDEN, Bernard M.

Conservation of Historic Buildings

Architectural Press, Oxford, 1994

FERREIRA, V.

Lisboa a Metrópole e o Rio

Centralidade e Requalificação das Frentes de Água

Coleção Documentos, Editorial Bizâncio, Lisboa, 1997

FITZGERALD, Whitaker's

Dispute

DED.2, London, 1894

FRANÇA, José Augusto

Urbanismo e Arquitetura

Coleção Biblioteca Breve

ICALP, Lisboa, 1980

FRANÇA, José Augusto

Estudo de Zonas ou Unidades Urbanas de Caráter Histórico-Artístico em Lisboa

C. M. Lisboa, 1967

FREIRE, João Paulo

Alcântara, Apontamentos para uma Monografia

Imprensa da Universidade, Coimbra, 1929

GEDEÃO, António

Poemas Escolhidos, Poema das Coisas

Edições João Sá Costa, Lisboa

GIOVANNONI, Gustavo

Vecchie Città ed Edilizia Nuova

Luione tipográfico-Editrice, Turim, 1931

GLOBAL STRATEGY FOR A REPRESENTATIVE WORLD HERITAGE LIST

In relation with the Convention for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage

Bureau of the World Heritage Committee, Eighteenth session, UNESCO, Paris, 1994

GRAYSON, J.E.; CHAPMAN, M.G.

The Assessment of Restoration of Habitat in Urban Wetlands

Landscape and Urban Planning 43, 1999

GUIMARÃES, J. Ribeiro

A Velha Lisboa e as suas Ruas – Summario de varia História

Rolland & Semiond, 1872

HAJNÓCZI, Julius

The Problems of Authenticity and Identity as Reflected by Preservation of
Archaeological Monuments

ICOMOS Journal Scientifique, nº 6, 1995

HAUPT, Albrecht

A Arquitetura do Renascimento em Portugal (1890/1895)

Lisboa, 1985

HEYNEN, Hilde

Questioning Authenticity

Taylor & Francis, Bélgica, 2006

HERCULANO, Alexandre

Opúsculos, Vol. I, e III

Editorial Presença, Porto, 1982

(Conforme Monumentos Pátrios, 1843)

HOLANDA, Francisco de

Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa

Livros Horizonte, Lisboa, 1984

HUGO, Victor

Oeuvres completes

Massin, 1846

ICOMOS

Guidelines for Education and Training in the Conservation of Monuments,
Ensembles and Sites, 1993

INFANTE, Sérgio

Conservação e Desenvolvimento

Dissertação Tese de Doutoramento em Arquitetura, Universidade Técnica de
Lisboa, Lisboa, 1992

IPPAR – Património Arquitetónico e Arqueológico

Informar para Proteger

Printer Portuguesa, Lisboa, 1994

JENCKS, Charles

The Iconic Building – The Power of Enigma

Frances Lincoln Ltd, London, 2005

JOKILEHTO, Jukka

A History of Architectural Conservation

ICCROM, 1986

JOKILEHTO, Jukka

Questions about Authenticity, In Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention

Preparatory Workshop. K. E. Larsen and N. Marstein Editors, Riksantikvaren, Norway

JOKILEHTO, Jukka

Authenticity – A General Framework for the Concept

Nara Conference, Japão, 1994

LAMAS, José M. Ressano Garcia

O Desenho Urbano no Renascimento e no Barroco

Morfologia Urbana e Desenho da Cidade

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993

LEITE, Ana Cristina; VILHENA, Francisco

Pátios de Lisboa, Aldeias entre Muros

Gradiva, Lisboa, 1991

LOPES, Fernão

Crónica do Senhor Rei D. Fernando

Nono Rei Destes Regnos

Livraria Civilização Editora, Porto, 1966

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito

Património Arquitetónico e Arqueológico

Cartas, Recomendações

Livros Horizonte, Lisboa, 2004

MACDONALD, S.

The Real Thing: Authenticity, Heritage Significance & Conservation, in: The Double Dimension: Heritage and Innovation

The Royal Australian Institute of Architects, 2004

MADUREIRA, Nuno Luís

Perspetiva sobre a Cidade

Cidade: Espaço e Quotidiano, Lisboa, 1740/1830

Livros Horizonte, Lisboa, 1992

MANTAS, Vasco Gil

Olísipo e o Tejo

II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha

Departamento do Património Cultural

C. M. Lisboa, Lisboa, 1997

MATEUS, João Mascarenhas

A Questão da Tradição. História da Construção e Preservação do Património Arquitetónico

Parc, Vol.3, nº 4, Univ. Campinas, Brasil, 2013

MATEUS, João Mascarenhas

Baixa Pombalina: Bases para uma Intervenção de Salvaguarda

C.M.Lisboa, Lisboa, 2005

MATTOSO, José

História de Portugal

Círculo de Leitores, Lisboa, 1993

MEURS, Paul

A Charter for Each Intervention

From Generic to Specific Guidelines

City & Time, Vol 3, nº 3, 2007

MILLIN, L. A.

Antiquités Nationales ou Recueil des Monuments Historique en France

1790-1798

Grandmaison, Paris, 1807

MOITA, Irisalva

O Domínio Romano

Livro de Lisboa, Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura

Livros Horizonte, Lisboa, 1994

MORAN, Richard

Replies to Heal

Reginster, Wilson and Lear, London, 2004

MORRIS, William

Arts and Crafts

Kelmscott Press, London, 1891

MOURA, Carlos

História da Arte em Portugal

O Limiar do Barroco

Publicações Alfa, Lisboa

MÚRIAS, Manuel Maria

Chiado do séc. XII ao 25 de Abril

Nova Arrancada, Lisboa, 1996

MYRBERG, Nanouschka

False Monuments? On Antiquity and Authenticity

Public Archaeology, Vol. 3, nº 3, 2004

NATIONAL PARK SERVICE

Technical Preservation Services

Respectful Rehabilitation

Answers to Your Questions About Old Buildings

Washington D C, Preservation Press, 1982

OLIN, M.,

Forms of Representation

In Alois Riegel, Theory of Art

Penn State Press, USA, 1992

OLIVEIRA, Eduardo Freire de

Elementos para a História do Município de Lisboa

17 Vol., Lisboa, 1823

OLIVEIRA, Nicolau de

Livros das Grandezas de Lisboa

Lisboa, 1804

OMT – Organização Mundial de Turismo – UNWTO

Turism Highlights – 2011 Edition

PÁSCOA, Mário José Gomes

O Sítio da Baixa-Chiado: O Chiado do séc. XII ao séc. XV

Metropolitano de Lisboa, Lisboa, 1994

PEREIRA, J. Fernandes

História da Arte em Portugal

Publicações Alfa, Lisboa

PEREIRA, Paulo

História da Arte Portuguesa

Círculo de Leitores, Lisboa, 1995

PETZET, Michael

In the Full Richness of their Authenticity, and New Cult of Monuments

Nara Conference, Japão, 1994

PLENDERLEITH, H. J.; WERNER, A. E. A.

The Conservation of Antiquities and Works of Art Treatment, Repair and Restoration

Oxford University Press, London, 1976

RIEGL, Alois.

The Modern Cult of Monuments: It's character and It's Origin

Oppositions 25 – Monument – Monumentality

Kurt Foster, New York, 1982

REABILITAÇÃO URBANA 01

A Intervenção Conservação e Restauro

Igreja do Menino Deus

Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana

C. M. Lisboa, Lisboa, 2005

RIAUBIENE, E

Evolution and Trends of Understanding of Authenticity in Heritage Preservation

Urban Heritage, 2007

ROBERTS, P. Sykes

Heritage Urban Regeneration – A Handbook

Sage Publications, London, 2000

RUSKIN, John

The Seven Lamps of Architecture

J.M. Dent and Sons, London, 1956

RUSKIN, John

Les Sept Lampes de L'Architecture

La Lampe du Souvenir

Editions Denoel, Paris, 1987

SANTANA, Francisco

Lisboa na Segunda Metade do séc. XVIII

Plantas e Descrições das suas Freguesias, Lisboa

SASSEN, S.

Whose City is it, in Sustainable Cities into the 21st Century

University of Singapore Press, 1999

SOROMENHO, Miguel

Paço da Ribeira

Dicionário da História de Lisboa

C. M. Lisboa, Lisboa, 1994

STOVEL, Herb

Authenticity in Conservation Decision-Making

The World Heritage Perspective

Journal of Research in Architecture and Planning, Vol. 3, 2004

SWINGEWOOD, Alen

The Myth of Mass Culture

Macmillan, Londres, 1978

TAYLOR, C.

The Ethics of Authenticity

Harvard, USA, 1991

TEIXEIRA, G. Barbosa; BELÉM, M. da Cunha

Diálogos da Edificação, Técnicas Tradicionais de Construção

CRAT, Porto, 1998

TEIXEIRA, Manuel

A Forma da Cidade de Origem Portuguesa

Editora UNESP, São Paulo, Brasil. 2012

TRATADO DA MAJESTADE

Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa no séc. XVI

Lisboa, 1923

UNESCO – Comité do Património Mundial

Convenção do Património Mundial

Utilização Sustentável

Conceito de Integridade

Conceito de Autenticidade

Definição de Património Mundial, Artº 1º e 2º

Centro Património Mundial, Paris, 2005

USA, NATIONAL PARKS SERVICE

Preservation Assistance Division

Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties
with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring and Reconstructing
Historic Buildings

U.S. Government Printing Office, Washington D C, 1995

VIÑAS, Salvador

Contemporary Theory of Conservation

Elsevier Butterworth, Heinemann, Exford, England, 2005

VIOLLET-LE-DUC

Entretiens sur l'Architecture

Revue Générale de l'Architecture, 1852

VIOLLET-LE-DUC

Fragments

Revue d'Architecture, Paris, 1937

VITET

Entretiens sur les Beaux-Arts

Paris, 1835

WEAVER, Martin E

Conserving Buildings

A Manual of Techniques and Materials

John Wiley and Sons, New York, 1997

WEEKS, Kay D

Historic Preservation Treatment

Toward a Common Language

CRM Bulletin 19, nº 1, 1996

WORSLEY, L.

Changing Notions of Authenticity

Presenting a Castle Over Four Centuries

International Journal of Heritage Studies, 2004

<http://www.agenda21culture.net/>

<http://www.cultura.coe.int/>

<http://www.europanostra.org/>

<https://www.ffp.pt/index.php>

<http://www.gecorpa.pt/>

<http://www.icom.museum/>

<http://www.iccrom.org/>

<http://www.icomos.org/>

<http://www.igespar.pt/pt/>

<http://www.monumentos.pt/>

<http://www.prorestauro.com/>

<http://whc.unesco.org/en/list/>

<http://www2.unwto.org/>

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

BENJAMIN, W

The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction, pág. 108

In: Benjamin, W. Illuminations

Fontana, 1979

BOITO, Camilo

Restaurare o Conservare, pág. 50

Ulrico Hoepli, Milão, 1893

BOITO, Camilo

L' Architettura de Medio Evo in Itália

Sullo Stile Futuro dell' Architettura Italiana, pág. 59

Ulrico Hoepli, Milano, 1880

BRANDI, Cesare

Teoria del Restauro, pág. 53 e 108

Giulia Ennauti Editores, Spa, Torino, 1977

CABRITA, António Reis; ALHO, Carlos

Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Europeu

Relatório 155/87 – Núcleo de Arquitetura, pág. 181

LNEC, Lisboa, 1987

CHOAY, Françoise

A Alegoria do Património, tradução de Teresa de Castro,

pág. 43,44,45,49,50 e 51

Edições 70, Lisboa, 2006

CONTI, A.

ICOMOS, Observations on the Information Document by the World Heritage Centre on the Development of revised UNESCO Recommendation on the Conservation of Historic Urban Landscapes (5 Dec. 2007, ICOMOS, Paris, 2008), pág. 128.

DOCUMENTO DE NARA, Sobre Autenticidade

Aprovado na Conferência de Nara, Japão

Sobre a Autenticidade, organizada em cooperação com a UNESCO, ICCROM e ICOMOS, em 1994

Artigo 13º das Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial, pág. 61

FITZGERALD, Whitaker's

Dispute, pág. 104

DED.2, London, 1894

GEDEÃO, António

Poemas Escolhidos, Poema das Coisas, pág.41

Edições João Sá Costa, Lisboa

GIOVANNONI, Gustavo

Vecchie città ed edilizia nuova, pág. 45 e 92

Luione tipográfico-editrice, Turim, 1931

HERCULANO, Alexandre

Opúsculos, Vol. I, pág. 90

Monumentos Pátrios

Editorial Presença, Porto, 1982

HERCULANO, Alexandre

Opúsculos, Vol. III, pág. 54 e 58

Monumentos Pátrios

Editorial Presença, Porto, 1982

HUGO, Victor

Oeuvres completes, pág 48

Massin, 1846

IPPAR – Património Arquitetónico e Arqueológico

Informar para Proteger, pág. 166

Printer Portuguesa, Lisboa, 1994

JENCKS, Charles

The Iconic Building – The Power of Enigma, pág. 130

Frances Lincoln Ltd, London, 2005

JOKILEHTO, Jukka

Authenticity – A General Framework for the Concept

Nara Conference, Japão, 1994

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito

Património Arquitetónico e Arqueológico

Cartas, Recomendações, pág. 26 e 53

Livros Horizonte, Lisboa, 2004

MACDONALD, S.

The Real Thing: Authenticity, Heritage Significance & Conservation, in: The Double Dimension: Heritage and Innovation, pág. 133

The Royal Australian Institute of Architects, 2004

MILLIN, L. A.

Antiquités Nationales ou Recueil des Monuments Historique en France

1790-1798

Capítulo III, pág. 44

Grandmaison, Paris, 1807

MORAN, Richard

Replies to Heal, pág. 174

Reginster, Wilson and Lear, London, 2004

MORRIS, William

Arts and Crafts, pág. 47

Kelmscott Press, London, 1891

PETZET, Michael

In the Full Richness of their Authenticity, and New Cult of Monuments, pág. 114

Nara Conference, Japão, 1994

ROBERTS, P. Sykes

Heritage Urban Regeneration – A Handbook, pág. 134

Sage Publications, London, 2000

RUSKIN, John

The Seven Lamps of Architecture, Capítulo VI, pág. 44 e 46

J.M.Dent and Sons, London, 1956

RUSKIN, John

Les Sept Lampes de L'Architecture

La Lampe du Souvenir, pág. 58

Editions Denoel, Paris, 1987

SASSEN, S.

Whose City is it, in Sustainable Cities into the 21st Century, pág. 126

University of Singapore Press, 1999

UNESCO – Comité do Património Mundial

Convenção do Património Mundial

Utilização Sustentável, pág. 89

Conceito de Integridade, pág. 95 e 96

Conceito de Autenticidade, pág. 100

Definição de Património Mundial, Artº 1º e 2º, pág. 118 e 119

Centro Património Mundial, Paris, 2005, 120 e 121

USA, NATIONAL PARKS SERVICE

Preservation Assistance Division

Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties
with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring and Reconstructing
Historic Buildings

U.S. Government Printing Office, Washington D C, 1995, pág.149 e seguintes.

VIÑAS, Salvador

Contemporary Theory of Conservation, pág. 89

Elsevier Butterworth, Heinemann, Exford, England, 2005

VIOLLET-LE-DUC

Entretiens sur l'Architecture, pág. 47

Revue Générale de l'Architecture, 1852

Fragments, pág. 47

Revue d'Architecture, Paris, 1937

VITET

Entretiens sur les Beaux-Arts, pág. 48

Paris, 1835